

LEONARDO LIMA BREDAS

“Ó do Brasil! Alerta!”:

**Cipriano Barata e o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*
(1823)**

**Assis
2022**

LEONARDO LIMA BREDÁ

“Ó do Brasil! Alerta!”:

**Cipriano Barata e o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*
(1823)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: André Figueiredo Rodrigues

Assis

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

B831d Breda, Leonardo Lima
"Ó do Brasil! Alerta!": Cipriano Barata e o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* (1823) / Leonardo Lima Breda. Assis, 2022.
128 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

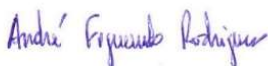
1. Brasil - História - Império, 1822-1889. 2. Sentinela da Liberdade
(Jornal). 3. Almeida, Cipriano José de, 1762-1838. 4. Jornais
brasileiros - Pernambuco - Séc. XIX. 5. Imprensa - História - Aspectos
políticos - Brasil.

I. Título.

CDD 079.81

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LEONARDO LIMA BREDÁ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ASSIS.

Ao 1º dia do mês de julho do ano de 2022, às 14 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LEONARDO LIMA BREDÁ, intitulada **“Ó do Brasil! Alerta!”: Cipriano Barata e o Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco (1823)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Orientador - Participação Virtual) do Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. WILTON CARLOS LIMA DA SILVA (Participação Virtual) do Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. RENATO DA SILVA DIAS (Participação Virtual) do Departamento de História / UNIMONTES. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in blue ink, reading "André Figueiredo Rodrigues", is centered on the page.

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

BREDA, Leonardo Lima. *Ó do Brasil! Alerta!*: Cipriano Barata e o Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco (1823). 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022.

Resumo

Durante as primeiras décadas do século XIX, o projeto institucional que daria vida ao nascente império do Brasil veria a formação de uma conjuntura histórica de intensos debates entre as diferentes vertentes jornalísticas da imprensa periódica, pelas mãos de seus editores, intelectuais membros das elites da América portuguesa e engajados com as discussões políticas de seu tempo. Deste cenário ideológico efervescente, criador de culturas políticas únicas, o sujeito histórico do homem “letrado” ergue-se como figura combativa, incendiária e mobilizadora da opinião pública de seus leitores, no que os métodos de análise da argumentação retórica, conjuntamente com os estudos léxico-linguísticos, puderam desvelar a natureza deste personagem. E em um primeiro momento de investigação histórica, a análise do periódico “*Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*”, publicado durante o ano 1823, por Cipriano José Barata de Almeida, mostra-se como uma luz experimental para um projeto de tipificação ulterior. Em meio a diversos brados de “Alerta!”, Cipriano Barata construiu a sua guarita em Pernambuco, onde se portou como “sentinela” do liberalismo brasileiro.

Palavras-chave: Império do Brasil; Sentinela da Liberdade; Cipriano Barata; Análise Retórica; Lexicologia.

BREDA, Leonardo Lima. *Ó do Brasil! Alerta!:* Cipriano Barata e o Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco (1823). 2022. 128 p. Thesis. (M.Sc. in Liberal Arts) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis. 2022.

Abstract

During the first decades of the 19th century, the institutional project that would give life to the nascent empire of Brazil would see the formation of a historical conjuncture of intense debates between the different journalistic strands of the periodical press, at the hands of its editors, intellectuals members of the Portuguese America's elites and engaged with the political discussions of their time. From this effervescent ideological scenario, creator of unique political cultures, the historical subject of the "lettered" man rises as a combative, incendiary figure that mobilizes the public opinion of its readers, in which the methods of the rhetorical argumentation analysis, together with the lexical-linguistic and semantic studies were able to reveal the nature of this character. And in a first moment of historical investigation, the analysis of the periodic "*Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*", published during the year of 1823, by Cipriano José Barata de Almeida, shows itself as an experimental light for a further typification project. In the middle of several cries of "Alert!", Cipriano Barata built his guardhouse in Pernambuco, where he behaved like a "sentinel" of Brazilian liberalism.

Key-words: Empire of Brazil; Sentinel of Liberty; Cipriano Barata; Rethorical Analysis; Lexicology.

Agradecimentos

Em especial à minha família, minha mãe Meire, meu pai Sidnei, e minha irmã Lívia, por todo o apoio, ajuda e paciência investidos em mim durante esses anos, a qual só tenho a agradecer imensamente.

Aos meus avós, por todo o carinho e zelo nos momentos do dia a dia; além do exemplo de pessoas que vocês são e que com certeza levarei para a minha vida toda.

Aos amigos, em especial Ellan, pelas diversas discussões de cunho filosófico que tivemos, e que foram responsáveis por aclarar algumas das questões de pesquisa.

Aos meus orientadores, o Prof. Dr. André Figueiredo, por me guiar nesta importante fase acadêmica que é o Mestrado, e ao Prof. Dr. Thiago Granja, por ter me auxiliado a “caminhar com as próprias pernas” na época da graduação.

E, por fim, ao grande amor da minha vida, Luana, por estar ao meu lado em todos os momentos; só tenho a agradecer.

O resultado de todo este trabalho não seria possível sem a ajuda de cada um de vocês...

Obrigado!

Tabelas e Gráficos

Tabela lexicométrica I.....	73
Tabela lexicométrica II (Parte 1).....	75
Tabela lexicométrica II (Parte 2).....	76
Gráfico de frequência diacrônica I.....	79
Gráfico de frequência diacrônica II.....	81
Gráfico de frequência diacrônica III.....	83
Gráfico de frequência diacrônica IV.....	85

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: Analisando o “Sentinela”: abordagens para o discurso argumentativo	13
1.1 Definindo o <i>corpus</i> : o <i>Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco</i>	14
1.2 O orador e o discurso: teorias e metodologias da análise argumentativa	22
Capítulo 2: Cipriano José Barata de Almeida: a tipificação do homem letrado	29
2.1 A aproximação conceitual: o “homem de letras” e os homens “letrados”	30
2.2 O tipo ideal em História: a compreensão sociológica dos homens “letrados”	45
Capítulo 3: O editor e o seu editorial: relações de palavras e ideias	54
3.1 O estudo do léxico: a construção do discurso	55
3.2 Tabelas lexicométricas: estruturação e funcionamento do discurso	73
3.3 Relações lexicais: os gráficos de <i>frequência</i> diacrônica	79
Capítulo 4: “Ó do Brasil! Alerta!”: as estratégias argumentativas do “Sentinela”	89
4.1 As técnicas de retórica: argumentos, figuras e presunções	90
4.2 Categorização do discurso: a enunciação semântica do editor	99
4.3 O enredo histórico: o “Sentinela” e a conjuntura política de 1823	107
Conclusões	124
Referências	127

Introdução

Quando o historiador se volta para a análise da conjuntura histórica dos anos 1820, do universo político e social luso-brasileiro, uma das características que mais chamam a atenção é o fato de ser este um período agitado, de instabilidades políticas e efervescência de ideias, entorno de um nascente espírito liberal e revolucionário. Tal conjuntura resumia-se através das discussões acerca da funcionalidade das Luzes emanadas da Universidade de Coimbra em relação com a convocação de representantes políticos da América portuguesa a se sentarem nas cadeiras parlamentares de uma nova constituinte em Lisboa. Ao mesmo tempo, retóricas “recolonizadoras” e, posteriormente independentistas, eram exploradas pelos escritores da imprensa periódica brasileira daquele momento.

Eis que dessa imprensa emergente uma série de panfletos, pasquins e “folhetinhos” começaria a incitar a opinião pública, no ataque aos inimigos políticos de seus editores, convocando-os a “pegarem em armas”, na luta contra aquilo que ainda representava, em seus ideais, os resquícios históricos de um absolutismo português.

Na América portuguesa, estes editores fariam, pois, verdadeira cruzada ideológica, no persuadir das ações políticas de seus leitores, em especial durante os anos de 1822 e 1824, dando origem às guerras de independência que as diferentes províncias brasileiras teriam de lutar, para enfim verem-se livres do jugo lusitano, modificando com isso, o universo da cultura política de então.

Sob os estigmas das guerras independentistas, que carregam em seu arcabouço o processo de emancipação política da nação bragantina, adviriam tensões políticas e diplomáticas que se deram por diversas regiões provincianas, envolvendo a sede metropolitana da corte fluminense no Rio de Janeiro, passando pelas pradarias da província cisplatina, no Sul, e pelas praias, matas e sertões do então Norte da América portuguesa, em um cenário belicoso, cansativo e sangrento.¹

¹ Alguns destes trechos introdutórios foram inspirados em capítulos de minha autoria presentes na obra organizada pelo historiador Flávio José Gomes Cabral, *A independência do Brasil em foco: história, cultura e instituições*. Ver: Cabral, 2021.

Partiu-se então, do questionamento de como a imprensa periódica se relacionou com sua conjuntura política no surgimento de sujeitos históricos (editores) e seus trabalhos escritos (editoriais), nos quais estes fitavam a mobilização da opinião de uma elite letrada que agia politicamente, sob os auspícios da emancipação brasileira.

Muitas foram as abordagens empregadas nesta elaboração teórica, na definição de seus temas, objetivos e problematizações. Um dos principais pontos dentre estes, balizou-se na tentativa de *tipificar* o que viria a ser esta elite “letrada” e, especificamente, seus editores “letrados”, imersos na conjuntura histórica da independência do Brasil.

Partindo do estudo de uma individualidade, para enfim tipificá-la, estabeleceu-se um método pautado na análise destes homens “letrados”, que levou em consideração suas estratégias argumentativas (retóricas), as relações com os seus leitores, as estruturas de seus periódicos, suas características linguísticas (lexicais e semânticas), e as interações sociais entre estes sujeitos, entendidos como uma espécie de cultura, ou grupo, político e histórico.

Na busca de discussões historiográficas que levavam em conta a análise dos homens “letrados”, chegou-se na obra do historiador francês Michel Winock (2006), nos seus postulados teóricos acerca dos “homens de letras” franceses do século XIX. Nas palavras do autor, se tratavam de sujeitos eruditos, versados em premissas filosóficas e que viveram estritamente de suas *letters*, ou seja, das suas ideais “materializadas” no papel escrito, consumidas por um público leitor que, por sua vez, garantia a subsistência destes escritores.²

Teorizados, originalmente, em um ambiente historiográfico francês, foram eles aqui aproximados a uma conjuntura histórica luso-brasileira³, através de alguns pontos de semelhança entre a figura do “homem de letras”

² Mais detalhes acerca dos “homens de letras” winockianos e sua aproximação com os homens “letrados” brasileiros estão presentes nas discussões teóricas do capítulo 2.

³ O *vintismo*, enquanto tema historiográfico, é identificado como sendo a conjuntura política dos primeiros anos da segunda década do século XIX, do universo luso-brasileiro, num contexto de choque entre duas ideologias dominantes: a de um conservadorismo com tendências ao “despotismo antigo”, e a de um liberalismo inspirado no movimento das Luzes portuguesas. Das relações sincréticas entre ambas, surgiria o que se poderia considerar como a cultura política vintista. Para maiores informações, recomenda-se a leitura da obra *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, da historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003).

francês, e a elite de “letrados” presente na América portuguesa daquele momento, sempre atentando-se ao fato de que tal adaptação foi realizada em níveis de inspiração teórica, não se tratando de uma transposição prática de conceitos, visto serem eles distintos em alguns de seus alicerces.

A homogeneidade de capital cultural e de uma formação acadêmica liberal e erudita, fez com que estes editores da imprensa periódica dos oitocentos depositassem em seus editoriais partes marcantes de suas ideologias políticas, pensamentos sobre a sociedade contemporânea a eles, e opiniões pessoais sobre o sistema institucional de sua época. Em alguns casos, este discurso se extremaria, até se tornar radicalizado, ou incendiário.

Tendo por inspiração historiadores brasileiros como José Murilo de Carvalho (2008) e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2006), esta dissertação seguiu buscando o identificar dos componentes de uma imprensa brasileira incendiária, mobilizadora, liberal e exaltada. Alguns pontos teóricos foram reunidos para tal, como as historiografias voltadas para os estudos do iluminismo português, elites políticas, cultura política e o uso de tipos ideais em História, além de aproveitamentos práticos, como o emprego do método linguístico de estudos do léxico (lexicologia e lexicometria) e dos métodos do campo da nova retórica.⁴

Devido à complexidade do tema, preferiu-se partir de um inaugural estudo de caso de um dos indivíduos que, após análises de caráter empírico, demonstrou-se ser o “estereótipo”⁵ destes editores letrados do século XIX, do contexto histórico luso-brasileiro: seria ele Cipriano Barata, e o seu periódico circulado durante o ano de 1823, o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*.

Nas *Sentinela*⁶, Barata acompanhou e debateu as guerras de independência do Brasil, noticiou informações do contexto político e social

⁴ A respeito da discussão destes diferentes termos, ver o exposto nos tópicos referente à teoria e metodologia de pesquisa, entre as páginas 21-53.

⁵ O tipo ideal do homem “letrado” é caracterizado como um sujeito que, formado pelas Luzes do século XVIII, desenvolver-se-ia como escritor da imprensa periódica brasileira, atuando socialmente como político, professor, editor, mas também como médico e advogado.

⁶ Se faz necessário explicar que, referente ao nome do periódico editorado por Cipriano Barata, a fins de não se incorrer em uma exaustiva repetição de termos, quando seu título não constar em sua forma completa durante o decorrer da dissertação, abrevia-se o mesmo na forma de *Sentinela*, apenas. Preferiu-se assim devido a questões de fluidez textual. Atenta-se ainda que não se pôde realizar a abreviação na forma já conhecida de *Sentinela da liberdade* devido ao

européu e americano, opinou sobre as decisões da assembleia constituinte do império do Brasil, além de participar ativamente nas discussões institucionais antecederam o ano de 1824⁷, levando ao fechamento de seu periódico e sua respectiva prisão, em novembro de 1823. Após este período, passaria alguns anos preso em diferentes cadeias dentro do território brasileiro, continuando a redigir suas gazetas acerca de temas ligados à política imperial até finais da década de 1820 (PRADO FILHO, 2017, p. 1-2).

Sempre marcado pela sua atividade editorial incendiária, e vestindo o papel do editor que escrevia para uma elite letrada, Cipriano Barata se mostrou o sujeito histórico ideal para as indagações e objetivos de pesquisa, e a sua gazeta, a *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, o material de onde a atividade heurística pôde encontrar o seu caminho.

Logo, no capítulo 1º são apresentados, após uma primeira parte biográfica, os motivos da escolha de Cipriano Barata e de seu periódico como objetos de análise (tópico 1), além de uma seguinte discussão teórica e metodológica, das maneiras pretendidas para se trabalhar com o seu discurso (tópico 2).

Já no capítulo 2, pretendeu-se focar nos estudos acerca da adaptabilidade historiográfica do conceito do “homem de letras” francês, na aproximação com a figura dos homens “letrados” do contexto brasileiro (tópico 1), e, secundamente, em uma elaboração de tal conceito, a partir dos postulados teóricos de tipos ideais, do campo da sociologia compreensiva (tópico 2).

O capítulo 3 é responsável por apresentar os resultados empíricos da aplicação dos métodos linguísticos, do léxico e da semântica, na construção do discurso editorial de Cipriano Barata (tópico 1), além da listagem de tabelas (tópico 2) e gráficos (tópico 3) de *frequência* diacrônica.

fato de que, durante aquela conjuntura histórica, alguns outros periódicos terem surgido em outras províncias com este nome, o que poderia causar certa confusão desnecessária em pesquisas futuras. Para todos os fins, a abreviação simples de *Sentinela* ou a forma completa de *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* são as duas únicas empregadas nesta dissertação. Em relação a uma listagem de todas as referidas *Sentinelas* publicadas por Barata em vida, ver: Sodré, 1998, p. 67-68.

⁷ Durante a segunda metade do ano de 1823, as discussões presentes na pauta da assembleia constituinte do império do Brasil giraram em torno do que viria a ser o projeto de constituição, tema amplamente abordado por Cipriano Barata, que o revisa, julga e combate nas páginas de sua gazeta. Para maiores detalhes acerca do dito projeto de constituição e suas discussões durante as sessões da assembleia constituinte, ver: Florindo, 2020.

Por fim, o capítulo 4 desenvolve uma análise que se utiliza dos estudos do campo da nova retórica, precisamente acerca das análises de estratégias argumentativas, para identificação daquelas utilizadas pelo editor durante todo o ano de 1823, focalizando as maneiras quais o seu discurso veio a persuadir o seu público leitor (tópico 1), as categorias enunciativas e de semântica, possíveis de serem investigadas (tópico 2) e uma exemplificação dos dados levantados através de uma narrativa histórica dos principais temas desenvolvidos pelo *Sentinel*a (tópico 3).

Após as sessões dos capítulos, e seguindo-se às conclusões desta dissertação, o referencial bibliográfico buscou reunir, juntamente à bibliografia empregada, as fontes de pesquisa, tanto de periódicos quanto de documentação oficial do período, e as fontes de acervos digitais, que seguem discriminadas, respectivamente.

Capítulo 1º

Analisando o “*Sentinela*”: abordagens para o discurso argumentativo

1. Definindo o *corpus*: o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*

Filho do tenente baiano Raymundo Nunes Batista com sua esposa Luiza Josefa Xavier, Cipriano José Barata de Almeida nasceu em 26 de setembro de 1762, na freguesia de São Pedro Velho, Bahia. Viveu boa parte de sua infância na região de Salvador, juntamente com seus outros dois irmãos, Joaquim e José Raymundo Barata. Segundo Marcos Morel, em sua obra *Sentinela da liberdade e outros escritos (1823-1835)*, de fato, não se sabe muito a respeito da infância de Cipriano, que enquanto criança e adolescente, vivenciou um contexto político e social de massacres a escravos e indígenas na capital baiana, e de taxações cada vez maiores à produção colonial, realizadas pelas autoridades portuguesas, de onde, especula-se, possa ter surgido partes de seu patriotismo nativista (MOREL, 1986, p. 14).

Ao se aproximar dos finais dos setecentos, Cipriano é enviado por seus pais para receber educação adequada na Universidade de Coimbra, assim como faziam outros indivíduos da sociedade colonial portuguesa, que viam na burocracia estatal e na vida acadêmica, certo meio de ascensão social. E deste modo foi Cipriano para a metrópole, com os seus vinte e quatro anos de idade, estudar na renomada universidade, no ano de 1786, onde ficaria até 1790, bacharelando-se em Filosofia e cursando as matérias de Medicina (Cirurgia) e Direito. Destas últimas, não teve a oportunidade de alcançar o grau de bacharel devido ao falecimento de seu pai, motivo qual o fez retornar ao Brasil (MOREL, 1990, p. 28).

Da sua estadia como aluno em Coimbra, pode-se citar o turbulento momento político e social que vivenciou de perto, estando em Portugal no auge dos eventos da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Vale ressaltar que, quando iniciou os seus estudos em Coimbra, Cipriano teve contato direto com o iluminismo português, visto que a referida universidade havia passado por uma reforma institucional no ano de 1772, devido às políticas pombalinas.⁸

Somando-se então à educação iluminista que recebeu no recém-criado curso de Filosofia, além dos eventos históricos que estava acompanhando de perto, chega-se à conclusão de que Cipriano, desde a casa dos seus vinte

⁸ Mais informações acerca da reforma da Universidade de Coimbra e questões sobre o caráter iluminista português encontram-se discurridas nas páginas 38-41.

anos, radicalizara o seu discurso cada vez mais, de tal modo que, no ano de 1788, enquanto estudante de Medicina, foi acusado de heresia pelo Tribunal do Santo Ofício.

Enquanto aluno em Coimbra, Cipriano pôde interagir com outras personalidades que, posteriormente, seriam detentores de papéis importantes na política imperial brasileira, tais como José Bonifácio de Andrada e José da Silva Lisboa. Diferente de Cipriano Barata, que nutria um liberalismo exaltado, secessionista, estes últimos viam na possibilidade de manutenção dos moldes portugueses na política brasileira, um meio de conservação do *status quo* elitista.

De fato, as rusgas entre Barata e estes outros estudantes de Coimbra se tornariam acirradas quando estes viessem a ocupar cargos importantes dentro da corte fluminense. No contexto dos escritos do *Sentinel*a durante o ano de 1823, José Bonifácio de Andrada, juntamente com seus irmãos, dominavam politicamente boa parte do ministério do Rio de Janeiro, enquanto que José da Silva Lisboa, por um bom tempo atuou ativamente como chefe da imprensa nacional. De ambos, ácidas críticas e ameaças chegavam a Cipriano, visto como revolucionário, no que este os rebatia em suas gazetas (MOREL, 1990, p. 30).

Todavia, do seu retorno ao Brasil em 1790, com vinte e oito anos de idade, Cipriano Barata se instalara em Salvador, e passaria a atuar como profissional liberal, como médico, cirurgião e professor de latim, grego e filosofia. Neste ponto de sua vida, na casa dos trinta anos de idade, casou-se com Anna Joaquina de Oliveira, com quem teve seis filhos, dois homens e quatro mulheres.

Com o passar do tempo, o sustento qual Barata trazia ao lar, através de suas atividades liberais, não supria as necessidades da família. Preocupado com o seu bem estar, Cipriano adentrou o mundo dos empreendimentos agrários da colônia, arrendando uma sesmaria e atuando como lavrador nas terras do senhor de engenho Joaquim Inácio da Siqueira Bulcão, por quem passou a ter certa proximidade.

Passados oito anos desta relação, em 1798, Cipriano Barata, convencido dos ideais liberais e iluministas do grupo político e intelectual organizado por Bulcão, é convidado a juntar-se à chamada sociedade dos

Cavalheiros da Luz, composta por membros da aristocracia agrária baiana, e que planejavam uma revolta nativista contra o sistema colonial, visando especificamente suas taxações. Sua função para o grupo era atuar através de suas letras, ou seja, no redigir de panfletos incendiários que convocavam o povo baiano a pegar em armas contra a administração da metrópole lusa.

Proferindo os seus discursos em praças públicas, Cipriano pregava ao povo de Salvador contra o domínio monopolista do sistema colonial, pedindo a abertura dos portos para as “nações amigas”, exigindo a proclamação da independência do Brasil, além do desligamento da Igreja em relação ao Vaticano, o que, de maneira acentuada, gerou atrito com o sacerdote português José da Fonseca Neves, que passaria a denunciar o movimento, os seus participantes, e dar ênfase no envolvimento do dito “baratinha” em meio aos revoltosos de Joaquim Bulcão (MOREL, 1986, p. 21).

Cerca de quarenta e nove indivíduos foram presos através das ações repressivas advindas da administração colonial portuguesa, com a revolta tendo sido desfeita. Anos mais tarde, durante os eventos de 1823, Cipriano Barata seria ferrenho opositor do padre José da Fonseca Neves, seu delator durante os eventos da conjuração baiana, acusando o sacerdote de corrupção e incompetência política, quando este passou a receber o financiamento do governo imperial.

Acusado de inconfidência, aos 36 anos, Barata é preso, ficando então em cárcere até a data de seu julgamento, que se dá um ano depois, em 1799, do qual é absolvido, pois não se conseguiu comprovar que os panfletos que circularam em Salvador no auge da revolta, serem de sua autoria.

Ao retornar para casa, para sua mulher e seus seis filhos, Cipriano deixa de atuar politicamente, contentando-se com as suas atividades liberais pelos próximos anos. Teoriza-se que a prisão pela qual passou Cipriano, por cerca de um ano, possa ter alterado a sua visão em relação ao poder colonial, de modo que este não deixou de nutrir sentimentos exaltados, vulgo incendiários, mas que passou a tomar um pouco mais de cuidado em suas atividades como agitador dos ânimos da opinião pública nortista.

Seu envolvimento em questões políticas só se daria mais de uma década depois, durante os eventos revolucionários de 1817, quando um grupo de senhores de terras e profissionais liberais membros da elite nortista, se

organizaram em torno de uma “lei orgânica” para enfim derrubar o governo colonial, através da formação de um governo republicano com sede em Pernambuco, mesmo que provisório. Em meio a tentativas de repressão por parte da metrópole lusa e discussões que surgiam nos antros de sociedades secretas, as notícias do movimento chegaram aos ouvidos de Cipriano Barata, residente nesta época na capital baiana.

Através de diálogos com um dos mensageiros dos revolucionários, o padre de nome Roma, Cipriano arquitetava a sua entrada no movimento, a fim de vê-lo se difundir na província da Bahia. Infelizmente para Barata, o emissário mandado a seu encontro, o próprio padre Roma, foi preso assim que desembarcou em Salvador, sendo fuzilado logo em seguida.

Impedido de participar diretamente da revolução de 1817 pela infelicidade da prisão do dito padre, Cipriano buscou outras maneiras de ver vingar os ideais dos revolucionários pernambucanos. A partir do diálogo com os familiares dos revolucionários, foi capaz de organizar, em sua casa, um comitê de anistia, com o intuito de arrecadamento de fundos, quais seriam destinados para a preservação do bem-estar dos revolucionários presos no processo de repressão portuguesa.

O comitê, em si, funcionou durante os anos de 1818 a 1820, angariando para Barata reconhecimento político entre os participantes de tal movimento, transformando-o em uma referência no combate ao sistema colonialista, e propulsor de um primeiro sentimento “antilusitanista” que alguns anos mais tarde, levá-lo-ia a defender o processo de independência do Brasil.

Em 1820, Cipriano, bem estabelecido em Salvador, e com largo reconhecimento das elites locais, faz-se saber dos ocorridos da revolução que se dava na cidade do Porto, em Portugal, no que os revolucionários exigiam a criação de um sistema constitucional para a metrópole lusitana. Através de tal conceito, Barata passa a agitar os ânimos na capital baiana, convocando as elites de Salvador a destituírem a junta governativa da cidade, completamente portuguesa, na substituição por uma junta mista, composta por portugueses e brasileiros.

O sucesso de tal empreitada rendeu-lhe ainda mais fama política, que, em certa medida, propiciaram a sua eleição como deputado destinado a integrar as cortes constituintes em Lisboa, no ano de 1821, como representante

da província da Bahia. Em Lisboa, Cipriano era um dos poucos deputados das cortes que demonstravam uma espécie de nacionalismo brasileiro, mais assemelhado a um nativismo antilusitano, vestindo-se com casaca de algodão, sapato de couro de bezerro, chapéu de palha e bengala, todos utensílios de vestimenta originários de sua terra.

A sua estadia em Lisboa como deputado constituinte não foi das melhores, envolvendo-se em conflitos políticos com outros deputados lusos por defender pautas espinhosas, como a questão da liberdade de imprensa, ensino e comércio, o fim da insalubridade das prisões portuguesas, além de diversas extinções de impostos e matérias de questão jurídica (MOREL, 1990, p. 77-78).

Durante o ano de 1822 a tensão entre Cipriano Barata e seu grupo de deputados brasileiros, começaria a crescer em relação aos outros integrantes das cortes, de modo que, ao datar das discussões acerca do processo de independência do Brasil e extinção do pacto colonial, Barata e mais outros seis deputados fogem de Lisboa, indo primeiramente para Londres, na Inglaterra, e depois para o Brasil, instalando-se em Recife, no Pernambuco. Mesmo que Cipriano quisesse retornar para a sua cidade natal, Salvador, Bahia, esta se encontrava no auge dos conflitos das guerras de independência do Brasil, sendo sitiada pelas tropas revolucionárias brasileiras, que tentavam, a todo custo, derrubar o general português Luís Carlos Madeira de Melo.

Não tardaria para, em 1823, Cipriano dar início à circulação de sua primeira gazeta, a *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, vindo a acompanhar o cenário político nacional da sua tipografia em Recife, opinando sobre assuntos como a guerra de independência do Brasil, os projetos constitucionais da corte do Rio de Janeiro, além de outras matérias de locais e informes políticos internacionais.

Devido à notoriedade que passara a receber, tanto de sua atuação em Lisboa, quanto dos escritos de sua gazeta, Cipriano Barata acaba por ser convocado a ser parte da assembleia constituinte que se desenrolaria com sede no Rio de Janeiro, oferta qual o mesmo recusa, por saber que tal assembleia estava sob o controle de um de seus ex-colegas de universidade em Coimbra. É durante o ano de 1823 que as rivalidades políticas e ideológicas com José Bonifácio de Andrada e seus irmãos, cresceria ainda mais, até

alcançar o seu auge no datar da prisão de Cipriano, e fechamento de sua gazeta, em novembro do mesmo ano.

De vida efêmera, mas enérgica, a *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, legou a Cipriano o reconhecimento de autores da imprensa periódica por diversas regiões do Brasil, como é o caso de Luís Augusto May, redator do jornal incendiário *A malagueta*.

Devido ao fato de ter que passar sete anos em cárcere, de 1823 a 1830, Cipriano continuou a sua atividade jornalística, escrevendo as inúmeras *Sentinelas da liberdade* que recebiam os nomes das prisões por onde esteve, legando aos seus leitores uma grande quantidade documental acerca de suas ideias. Barata retorna para Salvador, de onde passa a escrever novamente, mas desta vez, de maneira livre.

Acusado de se envolver em uma possível rebelião de escravos, em 1833, aos setenta e um anos de idade, o editor das *Sentinelas* é preso novamente, ficando em cárcere por cerca de um ano. Através de protestos de seus leitores, e por complicações de saúde, Cipriano, em 1834, é liberto. Muda-se com a família para Natal, onde passa os últimos anos de sua vida, vindo a publicar na imprensa periódica pela última vez no ano de 1835. Falece, em 1838, aos 76 anos de idade, em sua residência em Natal, no Rio Grande do Norte (MOREL, 1990, p. 175).

Destarte, deparando-se com a necessidade de se abordar e definir um *corpus* que abrangesse, ao mesmo tempo, certa “totalidade” do tema em questão, mas que o fizesse a partir de um estudo de caso, e tendo-se como ponto de partida a convicção de se estar trabalhando com uma análise de imprensa e, consecutivamente, o seu contexto social circundante, valeu-se aqui da afirmação do historiador André Figueiredo Rodrigues, acerca do fato de que “a imprensa como fonte deve ser tomada como um espaço de representação, ou melhor, de momentos particulares da realidade; sendo sua existência fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (RODRIGUES, 2020, p. 13).

Citando a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, Rodrigues ainda nos leva a refletir sobre a questão de que a produção material realizada por esta imprensa deve ser vista como “um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desveladas” (CAPELATO. *Apud.* RODRIGUES, 2020, p. 13).

Devendo debruçar-se inicialmente na escolha de um periódico ou grupo de periódicos que atendessem aos requisitos teóricos de comporem uma imprensa dita "incendiária", a primeira guinada rumo a tal processo se deu com a escolha de um escritor letrado dentre muitos presentes nos inícios do século XIX do mundo luso-brasileiro, para servir de aporte inicial a todo o referencial gestado.

Feita tal escolha, balizou-se temporal essa atividade, situando-a em meio aos anos em que a imprensa brasileira encontrara maiores níveis de liberdade de atuação e de expressão, ou seja, no biênio 1822-1823, conjuntura histórica que contém a presença de um conjunto de leis de liberdade de imprensa, advindas de Lisboa.⁹ Contendo-se temporalmente dentro destes dois anos, objetivou-se um recorte espacial a fins de se iniciar a investigação desta imprensa "incendiária".

Todavia, a decisão de qual província da América portuguesa os estudos acerca destes periódicos deveriam partir foi uma primeira dúvida que se fez presente: se do Rio de Janeiro, fonte de maior atividade editorial, visto ser o centro cosmopolita da América portuguesa, ou se de regiões mais afastadas da capital fluminense, mas que, porém, não se deixavam passar quando o quesito era a discussão política em meios jornalísticos, como é o caso das províncias de Maranhão e Grão-Pará. Imerso nesta indagação, pensou-se ainda na possibilidade de um estudo dual acerca da circulação "extra provinciana", como das relações entre os periódicos do eixo Rio de Janeiro-Bahia-Maranhão, ou Cisplatina-São Paulo-Rio de Janeiro.

Entretanto, nenhuma destas opções se mostrou viável quando aplicadas à prática, visto que se incorria sempre a entrar em dois extremos: ou se tinha pouquíssima disponibilidade de material publicado, principalmente em se tratando de províncias do Norte, ou, quando a escassez não era um problema, não se tinha um "ineditismo" de pesquisas historiográficas acerca deste ou daquele periódico, como se observa com a imprensa do Rio de Janeiro, amplamente pesquisada pela historiografia brasileira.

⁹ A construção gradual de um cenário histórico de liberdade de imprensa no Brasil possibilitou o surgimento de escritores da imprensa periódica que vieram a deter peso ideológico entre as elites políticas da América portuguesa. Os passos rumo a este espaço de liberdade editorial se encontram descritos entre as páginas 32-35.

Adveio então a possibilidade de se trabalhar com a província de Pernambuco, visto que, especificamente um periódico daquela região, destacou-se em níveis de interesse acima dos outros, justamente devido a dois fatores: o primeiro deles, da sua disponibilidade quase que integral e de fácil acesso através da ferramenta de pesquisa da Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional¹⁰, e, segundo ponto, o teor de seu discurso, facilmente identificado como de caráter político, incendiário, e que não havia sido totalmente trabalhado pela historiografia, abrindo diversas possibilidades de abordagem.

Foi pelas páginas da gazeta *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* que se teve acesso ao seu editor. Naquele biênio de 1822-1823, Cipriano Barata vestiria claramente o papel de escritor erudito, engajado com a situação política de seu tempo, e de um intelectual que falava para uma elite letrada. Logo, percorridos estes caminhos investigativos, definiu-se enfim o *corpus* de pesquisa, que passou a ter a gazeta *Sentinela*, redigida por Cipriano Barata, como objeto de sua análise, e o desvelar das características intelectuais de seu editor (composição do léxico e estratégias de retórica), um dos objetivos da mesma.

Dito isso, atenta-se ainda para uma questão: ao decorrer desta atividade, se analisou apenas aquilo que fora escrito diretamente por Cipriano, ou seja, suas sessões de editoriais, no que textos de outra natureza, tais como anúncios, comunicados, proclamações, documentos oficiais, cartas de leitores e afins, que não são de sua autoria, foram deixados de fora. Acerca das cartas de leitores recebidas pelo editor, estas foram trabalhadas apenas em caráter de investigação das redes de sociabilidade entre Cipriano e os seus leitores, e o emprego destas atreladas a estratégias argumentativas do próprio Barata. Feita tal exposição, adentra-se agora na metodologia elegida para se vir a trabalhar com os editoriais do *Sentinela*¹¹.

¹⁰ O periódico encontra-se disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759961&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 12 jun.2022.

¹¹ A abreviação de *Sentinela*, identificada em nota de rodapé anterior (nr. 8), além de fazer alusão ao nome do periódico editorado por Cipriano Barata, o *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, também referencia a própria figura de seu editor, dito *Sentinela*, denominado desta forma pelo seu próprio público leitor, qual detinha a visão de que Cipriano vigiava, “fazia guarita”, para que seus direitos e suas liberdades não fossem violados. Ver a análise realizada durante o capítulo 4.

1.2 O orador e o discurso: teorias e metodologias da análise argumentativa

Tendo em vista o que foi apresentado até este ponto, pode-se elencar os caminhos de uma trajetória de pesquisa que buscou identificar a possibilidade de se pensar os homens “letrados” brasileiros, no contexto do ano de 1823, não somente como sujeitos históricos particulares, isolados, e nem conquanto “parte” de uma generalização abstrata, mas sim como um tipo ideal. Buscou-se o preenchimento de um modelo que atendesse a certas perguntas, dos “comos” e dos “porquês” do agir deste personagem, compreendendo-se, na esteira weberiana de análise, os sentidos de ação social destes.

Inclusa no conjunto teórico dessa dissertação está a essência das indagações que se fizeram a este “ser” tipificado, interrogado sob a luz do método historiográfico. Logo, pode-se afirmar que o que se buscou identificar como os traços marcantes deste tipo ideal são definidos a partir das seguintes características:

Primeiramente que, se incorreu no levantamento de dados voltados para um mapeamento biográfico acerca da “persona” de Cipriano Barata. Os termos que, de fato, mais importaram à tipificação do mesmo, foram as informações que disseram respeito à sua origem social, formação acadêmica, erudição, ocupação profissional e participação em cargos políticos, além do próprio periódico editorado. Todas estas categorias respondem diretamente ao que Michel Winock, em seu artigo *As Ideias políticas*, presente na obra organizada de René Rémond (2003, p. 271-294), puderam elucidar como importantes ao historiador em seus processos investigativos.

Um segundo grupo de características traçadas se resume a uma parte majoritariamente “mental” de Cipriano Barata, a partir de suas ideias e crenças acerca de política, religião e valores culturais, todos desvelados mediante a análise argumentativa empregada por Cipriano em seus editoriais.

Por fim, em terceiro lugar, a intelectualidade de Cipriano Barata foi visada. Mediante os termos apresentados por Jean François-Sirinelli, em seu artigo *Os intelectuais*, também incluso na obra organizada de René Rémond (2003, p. 231-270), e nos próprios exemplos dados por Michel Winock (2006, p. 9-19), em Barata interrogou-se sobre seu itinerário intelectual, suas redes de

sociabilidade, suas cadeias de afetividades, familiaridades e antagonismos, sejam eles acadêmicos, amorosos ou políticos.

Através dessa tentativa de enquadramento por estas frentes teóricas, pôde-se avançar para a escolha de uma metodologia de pesquisa que satisfizesse suas necessidades. O que será apresentado a partir deste ponto se resume não mais a conjuntos teóricos e articulações conceituais, mas sim aos métodos empregados na atividade empírica.

Optou-se pelo método linguístico de análise do discurso, nos moldes definidos pela historiadora francesa Régine Robin, escolhida como alicerce para vir a se trabalhar com este editor. Em Robin (1973), o texto aparece como discurso, na divisão clássica empreendida pela linguística saussuriana¹², onde Regine Robin pretenderia “constituir no campo da História o nível discursivo como novo objeto de estudo” (ROBIN, 1973, p. 27).

E é desta maneira que se encara os escritos do *Sentinela*, como “discursos” de natureza política, carregados em si de significados e ideologias, não podendo ser identificados ingenuamente como neutros, apáticos ou não tendenciosos. Nas definições de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, em sua obra organizada, *Domínios da história*:

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da *forma* do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais, etc. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 539).

¹² Segundo a historiadora Régine Robin (1973, p. 24-25), o linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure seria responsável por realizar a divisão entre os conceitos de língua e fala, para que estes pudessem ser considerados os objetos de análise da Linguística enquanto disciplina, separando-se “o que é *social* do que é *individual*”, ou seja, o que é a própria estrutura da linguagem do que são os ditos *discursos* sobre a mesma. Destes *discursos*, a característica política seria uma das que mais se sobressairiam em relação às demais.

Tendo o texto de Cipriano Barata como, essencialmente, um discurso, na maioria das vezes de natureza política, elaborou-se um roteiro metodológico de “duas leituras”. Em cada uma destas se analisou o referido *corpus* através de visões diferentes, definidas, pois, pelos métodos: léxico (tanto lexicológico quanto lexicométrico), e retórico.

Os estudos lexicais em História, derivativos do campo da Linguística, apesar de manterem-se fixados em sua natureza quantitativa, quando relacionados com as teorizações e métodos de análise do discurso, desenvolvidos pelos pesquisadores da área da nova retórica, ganham, por sua vez, um peso qualitativo maior que chama a atenção do historiador, preocupado menos com a constância de usos e desusos de palavras no tempo e mais com a sua natureza volátil e diacrônica em períodos específicos da História. No mais, a investigação sob a ótica de “duas leituras” que parte das estruturas mentais de Cipriano Barata, em seu caráter cognoscivo e de formulação de ideias, e que vai até as escolhas de estratégias argumentativas empregadas no convencimento daqueles que o leem, tornaram frutíferos os resultados de pesquisa.

Deste modo, partindo-se da lexicologia, essa se inspira na já citada historiadora Régine Robin, que em vida almejou o desenvolvimento de um método linguístico voltado para a pesquisa e para as perguntas do historiador (ROBIN, 1973, p. 12). Em sua obra *História e linguística*, Robin apresenta os métodos lexicológico e lexicométrico, testados primeiramente pelo Instituto de Saint-Cloud, na década de 1970, para pesquisa em História.

O método se consiste em partir de um inventário exaustivo do *corpus* pretendido, mediante análise lexicométrica, numa atividade de contagem e categorização de repetições de palavras, ou seja, as *ocorrências* do texto, estabelecendo-se assim listas de *frequências* de palavras, das que mais se repetiram durante a extensão analítica às que menos se encontraram presentes na mesma, subdividindo-as em três zonas arritmo-semânticas: *Palavras-Tema*, *Palavras-Base* e *Palavras-de-Characterização*, aqui nesta dissertação abreviadas, respectivamente, como PT, PB e PdC (ROBIN, 1973, p. 137-138). Acerca destas três zonas arritmo-semânticas, Régine Robin as define da seguinte forma:

PT: “Geralmente são encontradas em todas as frases; quer dizer que é quase impossível exprimir uma ideia sem recorrer a elas. É em torno delas que se organiza o pensamento, donde seu nome de ‘palavras-tema’”.

PB: “As *palavras de base*, ou seja, as 4.000 palavras que vem em seguida, e que constituem a substância do discurso”.

PdC: “Finalmente, 20.000 palavras de *baixa frequência*, de grande restrição de sentido, e, portanto, muito precisas. São denominadas “palavras de caracterização” (ROBIN, 1973, p. 139-143).

É necessário dizer que se teve que adaptar o método linguístico de Régine Robin na medida em que se constatou uma ordem de fatores que atrapalhavam a obtenção de resultados empíricos. Nota-se que Robin advoga o uso de seu método inspirando-se nos resultados aferidos das pesquisas lexicométricas e lexicológicas do Instituto de Saint-Cloud, em um contexto histórico diferente do desta pesquisa, o que acarretou na exigência de sua adaptação, em termos metodológicos.

Fato é que, em questões de proporcionalidade de *corpus*, aquela selecionada pelo Instituto de Saint-Cloud se mostra severamente maior do que a do *corpus* que deu origem a esta dissertação. Ao invés de se estar trabalhando com um texto que facilmente pode abarcar listas de *frequência* de mais de 20.000 *ocorrências*, esta pesquisa veio a se deparar com uma lista de pouco menos de 500 *ocorrências*. O uso *ipsis literis* da metodologia robiniana, ao final, não se demonstraria satisfatório, com os riscos de, ou acabar se incorrendo à obriedade, ou até mesmo constatar-se a inaplicabilidade do método.

Tendo isso em vista, e pautando-se pelo fato de que a própria autora em determinado momento discorre sobre questões de relativa arbitrariedade de escolha de ocasionais limites de *frequência* entre as zonas arritmo-semânticas (ROBIN, 1973, p. 139), buscou-se reduzir em certa escala a progressão matemática que distinguia as três zonas de *Palavras-Tema*, *Palavras-Base* e *Palavras-de-Characterização*.

Originalmente, em Robin, se tem um modelo de progressão exponencial que se dá na seguinte proporcionalidade: PT = 50 a 100 palavras de maior repetição; PB = 4.000 palavras seguintes; PdC = 20.000 palavras posteriores a estas; num gráfico de porcentagem que se apresenta tal como: PT = 0,5%; PB

= 16,5%; PdC = 83%; do total de *ocorrências* proposto pelo Instituto de Saint-Cloud. (ROBIN, 1973, p. 139-143).

O que esta pesquisa se propôs a fazer é a adaptação do método robiniano para uma relação de progressão cúbica onde se teria PT = 17%; PB = 30%; PdC = 53%; de um total de 454 *ocorrências* identificadas a partir do texto de Cipriano Barata. A principal vantagem de tal adaptação é tornar os resultados muito mais qualitativos do que quantitativos, trazendo para a interpretação destes dados, uma visão focada menos na linguística e mais na história.

Além disso, outros conceitos robinianos foram empregados no auxílio dos estudos lexicológicos e lexicométricos do texto, tais como as noções de *lematização* e a categoria especial de *Palavras-Chave* (ROBIN, 1973, p. 143). Da *lematização* possibilitou-se a extração de uma maior densidade léxica e semântica das *ocorrências* identificadas, com a formação, quando possível, de respectivos campos léxicos e campos semânticos¹³.

Já da utilização do conceito analítico de *Palavras-Chave* – abreviada aqui, a partir da sigla de PC –, tornou-se plausível a extensão de um gráfico de listagem de *frequência* não somente em níveis estáticos, como fez o Instituto de Saint-Cloud, mas, sim, em uma relação diacrônica, onde se pôde observar, em um recorte temporal que vai de abril a novembro de 1823 – meses de publicação e circulação do periódico *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* – palavras que detinham maiores repetições em inícios do ano, mas que perderam em *frequência* até finais do ano, e vice-versa, alinhando-as sempre à conjuntura histórica que estavam inseridas, juntamente com balanços de oscilação entre diferentes palavras, sincronizando-as em gráficos de *frequência*.¹⁴

Além de Régine Robin, o método utilizado por Jean Dubois (1962), em sua obra *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, serviu de inspiração para a formação, quando possível, de quadros léxicos a fins de se

¹³ Para definições mais aprofundadas dos conceitos metodológicos robinianos, ver as páginas 55-57, onde os mesmos são devidamente articulados.

¹⁴ Ver as tabelas lexicométricas listadas nas páginas 73-78, que trazem estas relações de *frequência* entre as principais *ocorrências* do léxico de Cipriano Barata durante sua atividade editorial daquele ano de 1823.

compreender quais seriam as relações de oposição, associação e identificação entre as diferentes *ocorrências* presentes no texto (ROBIN, 1973, p. 153-158).

Em Cardoso; Vainfas (1997, p. 543-544), o método empregado por Jean Dubois demonstra-se como um suplemento qualitativo aos estudos do léxico, vindo a complementar os postulados linguísticos de Régine Robin, auxiliando na pesquisa em história, na identificação de cadeias de relações entre as *ocorrências* de um discurso. Para Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), “o pressuposto de Dubois é o de que ‘o léxico não é um simples aglomerado de uma quantidade de palavras isoladas, mas um sistema em que todas as unidades se coordenam entre si ou se opõem entre si’”.

Feita esta primeira leitura, avança-se para um segundo momento de análise semântica dos grupos de enunciados presentes no texto. A justificação para uma metodologia de complemento aos métodos do léxico se encontra presente na própria obra de Robin, no que a mesma viria a expor que:

O historiador, numa primeira abordagem, deve utilizar os instrumentos que podem permitir que ele construa suas primeiras hipóteses de trabalho, determine as palavras-tema e as palavras-chave do corpus, para as quais atentará mais particularmente e que tratará por outros métodos. Estatísticas lexicais e métodos de análise do discurso são, freqüentemente, complementares e, muitas vezes, um - que mais não fosse pelas insuficiências e questões suscitadas - abre caminho para o outro. (ROBIN, 1973, p. 150).

Para tal, a utilização dos estudos da nova retórica, do filósofo polonês da área do Direito, Chaïm Perelman (2005), voltados para a análise argumentativa do discurso, serviram de abordagem capaz de interpretar as estratégias empregadas por Cipriano Barata, na figura de um homem “letrado”, no diálogo com os seus leitores, participantes de uma elite “letrada”. Nos termos de Perelman, um *orador* que dirige o seu *discurso* para convencimento de seu *auditório*¹⁵.

¹⁵ O campo de estudos retóricos aberto pela famosa obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, desenvolvida em conjunto pelos filósofos poloneses da área do Direito, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), deu renovação às teorias e metodologias de análise argumentativa do discurso. Inspirando-se e tendo por alicerce a vertente da retórica aristotélica clássica, sua adaptação ao campo historiográfico pôde se realizar devido ao seu entendimento de *discurso* aparentar-se com a visão de “discurso” adotada nesta dissertação.

O uso dos estudos retóricos do autor se tornou possível sem muitos entraves, visto que tanto Chaïm Perelman, quanto Lucie Olbrechts-Tyteca, co-autora da obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, definem o *discurso*, principal objeto de sua análise conjunta, como sendo tanto o “texto falado” quanto o texto escrito. Logo, o pesquisador que se propõe a analisá-lo segue como “um lógico desejoso de compreender os caminhos do pensamento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 6), inclusive daqueles que se encontram em meio às brumas do passado.

Tendo apresentado as principais características metodológicas e de construção do *corpus*, além de algumas das inspirações teóricas, segue-se agora para o início do segundo capítulo, que se inicia com uma discussão a respeito da adaptabilidade conceitual do “homem de letras” francês ao cenário da elite letrada brasileira, de inícios do século XIX, e quais os pontos historiográficos que permitem a existência deste aporte.

Acerca de seus termos característicos, de *orador*, *discurso* e *auditório*, os mesmos representam as três instâncias da discussão retórica, sendo o primeiro, aquele que promove o debate argumentativo, o segundo, a própria substância da argumentação, e o terceiro, aqueles que validam ou desacreditam dos argumentos suscitados, ou seja, seu público e/ou leitores. Para maiores informações, ver: Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005.

Capítulo 2

Cipriano José Barata de Almeida: a tipificação do homem letrado

2.1 A aproximação conceitual: o “homem de letras” e os homens “letrados”

Pensando-se nos objetivos aqui estabelecidos, buscou-se uma teoria que fosse aplicável aos mesmos, a partir de uma série de interpretações a respeito do *corpus* disponível. Desde o trato de conceitos pertencentes a matizes teóricas diferentes, multidisciplinares, à definição do procedimento metodológico selecionado.

Vale ressaltar que, apesar da diversidade teórica que se tinha para se vir a tratar dos ditos homens “letrados” da imprensa brasileira do séc. XIX, na medida em que a atividade empírica prosseguia, foram elas, aos poucos, sendo descartadas, em uma análise qualitativa que fez perdurar, dentre muitas, as teorizações do historiador político francês Michel Winock (2006), presentes em *As vozes da liberdade: escritores engajados do século XIX*, obra qual retrata as trajetórias, redes de sociabilidade e itinerários, de indivíduos que, em sua maioria, eram escritores, jornalistas, membros do Estado francês, ou que à época buscavam participarem de seus respectivos governos.

O “homem de letras”, sujeito histórico winockiano, escritor atento à política de seu século, que escreve em meio a crises e revoluções, é definido pelo próprio autor, como pertencente a um grupo de indivíduos que:

Engajam-se, pró ou contra a liberdade, pró ou contra a Monarquia ou a República, pró ou contra os socialistas. (...) Ambicionam cadeiras no Parlamento, alguns se tornam até ministros, quando não chefes de governo. Querem arcar com suas responsabilidades e convicções nessa sociedade censitária e totalmente elitista. Aristocratas por nascimento ou aristocratas pelo saber e pelo talento consideram que, se pensam e comentam a política, é preciso que a pratiquem também. (WINOCK, 2006, p. 16).

Ao se analisar a história da liberdade durante o século XIX, e admitindo que a mesma pode ser “concebida de diversas maneiras”, Winock decide por escolher a história “das lutas que os homens de letras, escritores ou escrevinhadores (...) desfecharam, simultaneamente, contra os poderes e contra outros homens de letras, servidores da autoridade reacionária ou da

autoridade utopista” (WINOCK, 2006, p. 15). E Michel Winock ainda continua definindo-os em sua atividade intelectual, como sujeitos que:

Redigem profissões de fé, fazem campanhas, participam de banquetes cívicos, expõem seu amor-próprio ao veredicto das urnas, ocupam cadeiras na Assembléia, interpelam, participam dos governos, bradam ao povo: menos que a ambição (geralmente tem mais a perder do que a ganhar), é uma voz interior que os impulsiona, a vontade de servir, o desejo mimético de conduzir, de dirigir, de guiar. (WINOCK, 2006, p. 16).

O ato de encará-los como “sujeitos de carne e osso”, como diria Winock, imersos em seus agitados cotidianos, traz consigo uma luz de hermenêutica, que busca tratá-los não de maneira simplista, de achar que se pode subsumi-los unicamente em suas ideias, mas sim como partícipes de seus meios sociais e políticos. Em muitos momentos, apesar de suas divergências em questões de projetos institucionais e visões filosóficas, contribuiriam todos para o avanço do ideal jornalístico de “liberdade” na França (WINOCK, 2006, p. 61).

Porém, o mais marcante da obra de Michel Winock é o escopo que este empregou no tratamento destes sujeitos, vendo-os não apenas meramente como produtores de ideias políticas e filosóficas, no que “falar de seus estilos de vida, seus amores, suas ambições rasteiras, suas vaidades e fraquezas também explica suas ideias, sem que isso os diminua a nossos olhos” (WINOCK, 2006, p. 17). E ainda, respondendo a possíveis críticos desta visão muito mais humanizada da análise destes “homens de letras”, o autor conclui que não se trata de desenvolver uma história literária, pois a trama de seu livro é, em sua natureza, política (WINOCK, 2006, p. 15). Nas palavras de Michel Winock:

Não se trata de uma epopeia edificante em que os protagonistas, como anjos da paz, transmitem a chama sagrada de geração em geração; trata-se da travessia de um século trepidante, contraditório, por vezes desesperador, mas cujas obras de pensamento permanecem nossa herança inalienável. (WINOCK, 2006, p. 15).

Entretanto, é necessário ressaltar que quando Winock escreve acerca de escritores engajados, vulgo “homens de letras”, este o faz de um determinado lugar e o articula pensando exclusivamente no cenário francês.

De fato, admite-se que apesar da existência de características históricas que possibilitam a aproximação entre os “homens de letras” franceses do século XIX, e os homens “letrados” da imprensa brasileira, dos anos 1820, ainda assim, suas particularidades, principalmente em questões de contexto social e político, tornam impossível uma adaptação conceitual aprofundada, sendo a utilização de tal aproximação pertinente apenas em níveis de inspiração teórica para se vir a pensar na tipificação ideal destes escritores “letrados”.

Foi deste ponto que se iniciaram as primeiras experimentações de aproximação de um conceito de um historiador francês preocupado com a história dos intelectuais e escritores políticos de seu país, a uma realidade brasileira. E esta aproximação se guiou pelo postulado bourdieuano, de que em todo o desenvolvimento de pesquisa, a “prática” deve fornecer os materiais necessários para a interpretação da “teoria”, como no caso dos “homens de letras” winockianos, e figuras históricas brasileiras tais como Cipriano Barata.

Ao todo, duas foram as características utilizadas nessa aproximação, que são: um cenário precoce de liberdade de imprensa que possibilitara a atividade intelectual destes escritores engajados; uma mesma formação cultural e acadêmica, responsável pela homogeneização de um grupo ou cultura política únicos, dotados de mesmos hábitos e condutas.

Além destas, também pode ser citada a existência distinta de um discurso voltado para a mobilização de pessoas, ou seja, para a “tomada de ação” social mediante condicionamento da opinião pública, por meio de escritos cunho ideológico, onde o “ser-jornalista” confundia-se com o “ser-educador”, no que a imprensa periódica detinha o papel de porta-voz das ideias de seus editores “letrados”. A partir daqui, estes dois pontos de aproximação pontos serão tratados, respectivamente, ficando a parte da análise do discurso mobilizador, para ser trabalhada conjuntamente com a aplicação da metodologia proposta.

Primeiramente que, a existência na França do século XIX de um cenário de liberdade de imprensa, precoce para aquele momento, propiciou o

surgimento e sustento de um grupo social de escritores, engajados politicamente, durante boa parte de todo o século XIX, possibilitando a circulação de diversos textos impressos que, por sua vez, tiveram papel ativo na formação da opinião pública da época (WINOCK, 2006, p. 9-19), o que torna necessária a procura de um cenário semelhante a este no caso brasileiro dos homens “letrados”.

Seguindo nesta investigação, deparou-se com a existência de uma série de leis de liberdade de imprensa, emitidas durante os anos de 1820 e 1822, primeiramente pelas cortes constituintes de Lisboa e, depois, pelo próprio imperador D. Pedro I, que tornam possível a atividade editorial irrestrita destes intelectuais, que puderam surgir e se manter no Brasil do período vintista.

Tendo por fontes os documentos oficiais emitidos pelas cortes constituintes de Lisboa, que se encontram nos *Diários do governo*¹⁶, juntamente com as decisões, e decretos presentes na *Coleção de leis do império do Brasil*¹⁷, além da obra de historiadores especialistas na área¹⁸, constata-se que de 1808 – ano que assistira ao surgimento da tipografia nacional, mediante portaria emitida pelo então príncipe regente D. João VI, no contexto da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil – a 1821 se experimentou um momento de controle governamental sobre a imprensa, através da utilização da censura prévia e do monopólio sobre as tiragens impressas, imposto pela necessidade de ter que se utilizar da impressão régia para tal.

A respeito da temática da censura régia no universo luso-brasileiro, salutar é o trabalho do historiador brasileiro Luiz Carlos Villalta (2015), que, durante a parte II de sua obra, no capítulo intitulado *A censura sob o reformismo ilustrado*, definiria a atitude de preocupação dos governos nacionais em relação às denominadas obras de “caráter político” que

¹⁶ Cujos documentos se encontram na íntegra na página da Hemeroteca Digital, presente no site da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/MonarquiaC.htm>. Acesso em 12 jun. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em 12 jun. 2022.

¹⁸ Dentre as quais pode ser citada a obra de Luiz Carlos Villalta, *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censuras e contestações*, qual aborda de maneira profícua as relações entre o reformismo ilustrado português, as práticas censórias da Coroa e a circulação de obra de caráter erudito pelo mundo luso-brasileiro. Ver: Villalta, 2015.

passariam a circular durante o período das Luzes europeias. Na definição do autor, pode-se pensar que:

Na Europa do século XVIII, no bojo de um conjunto de reformas promovidas pelos governos, desenvolveu-se uma política de estatização da censura, que foi acompanhada pelo crescimento da preocupação com as obras de caráter político em detrimento das religiosas. Em Portugal, em 1768, criou-se a *Real Mesa Censória*, tribunal régio em cuja composição havia um maior número de clérigos que de leigos. A instalação desse órgão acompanhava a tendência geral de secularização da censura e fazia parte da política reformista, absolutista e regalista, teórica e prática, seguida pela Coroa portuguesa a partir do reinado de D. José I, expressando, desse modo, os interesses específicos do Reformismo Ilustrado Português. (VILLALTA, 2015, p. 171).

Este cenário só passaria a se alterar durante os movimentos que deram origem à constituição de Portugal, em 1821. A partir da abolição da censura prévia, pelo decreto de 2 de março deste mesmo ano, instituído pelas cortes constituintes de Lisboa, ficava suspendida a “prévia censura que pela actual Legislação se exigia para a impressão dos escriptos que se intente publicar”¹⁹. Entretanto, o “fim” desta censura prévia viria com uma série de outras pré-disposições, que dificultariam a aplicabilidade do próprio decreto.

Assim como afirma a historiadora Tassia Toffoli Nunes, em sua dissertação intitulada *Liberdade de imprensa no império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*, se pode anuir que:

A não observação destas ordens acarretaria em penas que iam de multas até a detenção, além do confisco dos materiais apreendidos. Dessa forma, o efeito prático desse decreto não era, como ele próprio afirmava, extinguir a censura prévia, mas sim mudar o procedimento pelo qual se encaminhavam os impressos para a Censura, a fim de acelerar o processo. (NUNES, 2010, p. 37).

Depois deste decreto, de março de 1821, seria somente em julho do mesmo ano que a liberdade de imprensa seria regulamentada oficialmente, por

¹⁹ BRAZIL. *Coleção das Leis*. Decreto de 2 de março de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

intermédio, primeiramente, de um decreto expedido por D. João VI, no dia quatro, e, posteriormente, pela lei de liberdade de imprensa, instituída no dia doze pelas cortes constituintes de Lisboa.²⁰ O acatamento oficial destas disposições acerca da liberdade de imprensa seria atendido no Brasil pelo ministério do reino em 28 de agosto de 1821, através de uma decisão de governo, que determinaria:

Tomando S. A. Real em consideração quanto é injusto que depois do que se acha regulado pelas Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa sobre a liberdade da imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos á publicação dos escriptos que pretenderem imprimir: E' o mesmo Senhor servido mandar que se não embarace por pretexto algum a impressão que se quizer fazer de qualquer escripto, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Côrtes tem determinado sobre este objecto. (REINO, n. 51, 28 de agosto de 1821).

A partir deste ponto, inicia-se enfim um cenário histórico de liberdade de imprensa no Brasil, qual propiciaria a atividade editorial de diversos homens “letrados” brasileiros, dentre eles, Cipriano Barata. No entanto, mesmo após a instauração destes termos, a nascente imprensa livre viveria ainda um cenário de instabilidades, numa trajetória de constantes avanços e recuos (NUNES, 2010, p. 37-38) porque, como aponta a historiadora Isabel Lustosa, em sua obra *O nascimento da imprensa brasileira*:

É importante lembrar alguns aspectos dessa imprensa que nascia em meio a tanta disputa. A legislação relativa aos usos e abusos da liberdade de imprensa ainda não fora regulamentada. Valia o que fora estabelecido nas bases da constituição portuguesa e, na prática, iam-se adaptando as velhas leis. (LUSTOSA, 2003, p. 31).

E estas “adaptações” de velhas leis seguiriam por dois anos, em um jogo político truncado, entre o governo, constituído pelo grupo de ministros, imperador e deputados constituintes, e uma série de escritores “letrados” que lhes atacavam por meio dos periódicos, pasquins e folhetinhos, que passaram

²⁰ BRAZIL. *Coleção das Leis*. Decreto de 12 de julho de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

a circular pelas ruas em mãos da elite letrada de então, num verdadeiro jogo de “insultos impressos” ²¹, como diria a própria Lustosa (2000).

Todavia, as disputas jornalísticas só amainariam em finais de 1823, quando o imperador D. Pedro I redigiria o decreto de 22 de novembro, acerca da liberdade de imprensa, substituindo o que fora definido anteriormente pelas disposições das cortes constituintes de Lisboa, e assegurando-se de que, a partir daí, fosse dado cabo de uma emergente imprensa de oposição ao seu governo, através da imposição de limites à atividade editorial, perdurando até o final de seu reinado, em 1830²².

Eis que se observa a existência de uma lacuna historiográfica que toma por ponto de partida a decisão de 28 de agosto de 1821, emitida pelo ministério do reino, com a finalidade de acatar as atribuições das cortes de Lisboa, indo até meados de novembro de 1823, contabilizando dois anos de uma “liberdade de expressão” quase que irrestrita na imprensa brasileira, onde até mesmo se podia escrever sob a segurança de pseudônimos. Frutificara-se então o caminho editorial para a atividade destes escritores, no que, por exemplo, na imprensa do Rio de Janeiro:

De qualquer maneira, o debate estava aberto e as gazetas e panfletos que agora faziam parte do cotidiano dos cariocas se digladiavam em torno das diversas tendências que começavam a emergir. (...) no espaço livre da imprensa, onde se tinha o direito de escrever sob pseudônimo, choviam ataques (LUSTOSA, 2003, p. 30).

Seria este um primeiro ponto de viabilização conceitual da teoria francesa dos “homens de letras”, analisada em paralelo aos homens “letrados” do Brasil, a partir dos anos de 1821-1823. A existência deste cenário conjuntural de liberdade de imprensa em um país que se formava como nação independente, a seu próprio modo, possibilitou o surgimento e crescimento jornalístico de escritores políticos amplamente engajados, participantes das principais discussões políticas do nascente império e criadores eles de artigos

²¹ Para mais definições destas disputas jornalísticas entre estes escritores “letrados” brasileiros, no contexto independentista, recomenda-se a leitura da obra de Lustosa (2000), *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*.

²² O decreto encontra-se na íntegra em: <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyear/monthday?ano=1821&mes=9&tipo=a-diario&res=>. Acesso em: 12 jun. 2022.

de opinião que repercutiriam por meses nos cafés, tribunas, clubes e debates do dia a dia de uma elite letrada, ávida por seus textos (CARVALHO, 2008; NEVES, 2003, p. 36).

Um segundo ponto de reflexão, além do cenário de liberdade de imprensa exposto até este momento, se apresenta na questão da homogeneidade social e cultural destes sujeitos, ao compartilharem um mesmo contexto de formação acadêmica e vivenciarem um universo de erudição filosófica e debate político semelhante, constituindo-se em uma elite de letrados. A fim de se trabalhar esta questão, é possível pensar em algumas das premissas historiográficas presentes na obra de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, origem do livro no qual o autor discute questões como as da formação das elites políticas brasileiras e o seu desenvolvimento durante todo o século XIX.

Primeiramente que, pensar sobre este conceito teórico exige uma melhor definição do mesmo. No *A construção da ordem*, José Murilo de Carvalho (2008, p. 25-27) se utiliza de conceitos como os de “elite política”, provenientes das ciências políticas e da sociologia, elaborados por pesquisadores como Gaetano Mosca (1939) e Vilfredo Pareto (1966). Pela visão de Carvalho, pode-se definir que:

Para Mosca, a classe política constrói e mantém o domínio na medida em que suas habilidades possuam algum sentido social, na medida em que controle alguma ‘força social’ (dinheiro, terra, conhecimento, religião) que seja predominante. (...) A elite dirigente de Pareto também está em perpétuo fluxo, dependente da distribuição dos resíduos, e de sua incapacidade de manipular ao mesmo tempo a força e a persuasão. (CARVALHO, 2008, p. 25)

No cenário brasileiro, estas elites políticas foram geradas, em grande medida, pelas políticas coloniais portuguesas, que por sua vez surgiram de um contexto histórico de “revolução burguesa abortada”, onde o caráter burocrático da elite sobressaía-se em relação ao caráter capitalista, ou liberal, no que se tinha uma necessidade de “treinamento” funcional dos futuros membros desta mesma elite, voltado para o exercício do governo, dando início ao que seria um movimento de “profissionalização” da figura do empregado público como sujeito

importante dentro dos procedimentos burocráticos da monarquia portuguesa (CARVALHO, 2008, p. 31-32).

José Murilo de Carvalho argumenta, portanto, que a elite política brasileira, surgida da burocracia estatal portuguesa, era caracterizada, sobretudo, pela homogeneidade ideológica, de treinamento, e, em partes, social (CARVALHO, 2008, p. 21). Segundo o autor, tal homogeneidade era devida às questões de socialização, ocupação profissional, carreira política e educação recebidas pela elite letrada, sendo o aprendizado homogeneizado o seu ponto de maior relevância. Existiriam três possíveis razões, ou “porquês”, para esta homogeneização, que, como atesta Carvalho, se deu a partir do ensino superior:

Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela (...). Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra (...). A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes de várias capitanias e províncias e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil. (CARVALHO, 2008, p. 65)

Chega-se enfim à questão da universidade de Coimbra, como formadora de toda uma geração de escritores políticos que, posteriormente, durante o biênio de 1822-1823, se tornariam os escritores “letrados” da imprensa brasileira nascente. Não à toa a importância da formação acadêmica recebida de Coimbra, visto que boa parte da elite política imperial passaria pelas suas salas de aula, durante o período pós-reforma institucional pombalina²³, de 1772 a 1821, onde se mudara o quadro de ensino tradicional, de alcunha jesuítica, em substituição por um modelo pautado pelos preceitos iluministas (CARVALHO, 2007, p. 29-32).

²³ A respeito das tratativas políticas que levaram ao surgimento da reforma institucional de Coimbra, além de análise do novo quadro curricular de disciplinas que passaram a ser ensinadas pela aquela instituição após o ano de 1772, recomenda-se a leitura da tese de Flávio Rey de Carvalho, intitulada *Um iluminismo português. A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Especificamente sobre a reforma, ver: Carvalho, 2007, p. 29-54.

Atenta-se que nesta dissertação a questão do iluminismo é tida menos como a de um movimento unificado e teleológico, organizado de cima, automatizado, e mais como “uma série de problemas e de debates, revestida sob formas e aspectos particulares, conforme os diferentes contextos nacional e cultural” (CARVALHO, 2007, p. 18). Para tal, o historiador Flávio Rey de Carvalho segue na esteira daquilo que pesquisou a historiadora norte-americana Dorinda Outram (1995), acerca do Iluminismo, em sua obra *The enlightenment*. A respeito do trabalho de Outram, Rey de Carvalho a caracterizaria dizendo que:

Outram sugeriu pensar a questão do Iluminismo como série de problemas e de debates, revestida sob formas e aspectos particulares, conforme os diferentes contextos nacional e cultural. O posicionamento da autores tornou mais complexa a a imagem que se tem na atualidade do Movimento Iluminista, pois as ideias nele contidas não seriam mais mapeadas de cima, por um olhar distante, nem consideradas como objetos autônomos (...), mas consideradas como encravadas na sociedade, sendo emolduradas por ela. (CARVALHO, 2007, p. 18).

Citando a obra de Dorinda Outram, Flávio Rey de Carvalho afirmaria ainda que a autora teria sugerido “pensar o Iluminismo não como uma expressão que fracassou em englobar a complexa realidade histórica, mas, preferivelmente, como uma *cápsula* contendo conjuntos de debates, tensões e preocupações” (OUTRAM. *Apud.* CARVALHO, 2007, p. 18).

Balizando-se ainda pelo que escreveu o historiador Luiz Carlos Villalta (2015), a respeito do que o autor chamou de “reformismo ilustrado português”, pode-se afirmar que a atitude adotada pela Coroa portuguesa se deu de maneira singular, para com as novas ideias que irradiavam dos debates filosóficos proporcionados pelo contexto sociocultural das Luzes europeias. Nas palavras de Villalta:

A Coroa portuguesa, sob o Reformismo Ilustrado, fez uma incorporação seletiva das ideias das Luzes, rechaçando aquelas que ameaçavam as prerrogativas absolutistas do trono, o domínio colonial e a religião. Com isso, a Ilustração constituiu, ao mesmo tempo, referência e alvo de ataque. O Reformismo buscava conciliar a valorização da Razão e das ciências à

anteposição de obstáculos ao que soava como ameaça ao absolutismo monárquico, à religião católica e à manutenção do Império Colonial, cerceando a influência das vertentes mais radicais da Ilustração. O Reformismo Ilustrado, além disso, procurava romper com o panorama cultural estabelecido, atacando especificamente os milenarismos, o anticientifismo e as teorias de poder corporativas. (VILLALTA, 2015, p. 27-28).

Logo, a existência de um iluminismo de matiz portuguesa se torna claramente possível, seja mediante a ideia de um “reformismo ilustrado” (VILLALTA, 2015), ou por outras terminologias, tais como “iluminismo católico”, “ecletismo” e “ilustração de compromisso”.²⁴ Nas palavras de José Murilo de Carvalho, este iluminismo que atingia enfim Portugal, vinha na “sequência, se não na dependência, de novo surto de fortalecimento do poder estatal, agora engajado num esforço para soerguer a economia”, sempre ameaçada pelo “início da decadência do ciclo do ouro, pelas flutuações do preço do açúcar e pela sempre presente dominação inglesa” (CARVALHO, 2008, p. 67). Ainda continuaria o autor dizendo que:

Surgindo nesse contexto, o Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres do Oratório, com Luís Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformismo e pedagogismo. Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico. (CARVALHO, 2008, p. 67).

²⁴ Flávio Rey de Carvalho desenvolve uma análise de cunho historiográfico acerca de diferentes conceitos que tiveram presença marcante no ideário ilustrado de Portugal. A começar pela ideia de “iluminismo católico”, Carvalho, inspirando-se no trabalho do jurista português Luís Cabral de Moncada (1950), expõe a forma qual a forte tradição religiosa do catolicismo italiano, na figura de eruditos católicos, pôde firmar-se em Portugal nos tempos das Luzes, pactuando-se com um reformismo que não viesse a ferir a ortodoxia da Igreja. A respeito do “ecletismo”, esta é uma visão defendida pelo historiador e filósofo luso Pedro Calafate (1994), adotando o sentido de uma ilustração desprovida de uma doutrina fechada em si mesma, aberta para o diálogo com outras vertentes, numa atitude de se seguirem gradativas medidas de conciliação entre a fé católica e a razão ilustrada. Por fim, o conceito de “ilustração de compromisso” se fez presente a partir da obra do historiador português Norberto Ferreira da Cunha (2001), na medida em que este defenderia a existência de uma noção supostamente adotada pelos ilustrados lusos, de seguirem com o compromisso de não ferirem, em seus postulados, as tradições e práticas culturais católicas da nação portuguesa. Para definições mais aprofundadas destes três conceitos de iluminismo português, ver: Carvalho, 2007, p. 19-27.

Formados pelas luzes do iluminismo português, a elite letrada brasileira, e os homens “letrados” da imprensa detinha em si o debate público acerca dos preceitos ideológicos que deveriam ou não reger, em teoria, o funcionamento institucional do recém-nascido Estado imperial brasileiro²⁵, enquanto que boa parte da população se via excluída das discussões. Constituíram assim uma verdadeira “ilha de letrados em meio a um mar de analfabetos” (CARVALHO, 2008, p. 65).

Apesar das diferenças essenciais entre as vertentes francesa e portuguesa dos processos, ou movimentos, de cunho iluminista, essa mesma formação cultural “intra-elites” é outro fator que viabiliza a aproximação conceitual dos homens “letrados” brasileiros, como Cipriano Barata, para com os “homens de letras” franceses, teorizados por Michel Winock (2006), mesmo que ainda mantenham as suas especificidades.

Trazendo a reflexão para o lado da imprensa, e assumindo o pressuposto de que os seus editores eram, em grande medida, membros desta elite política definida por José Murilo de Carvalho (2008), e que tiveram sua formação acadêmica a partir da irradiação das luzes portuguesas, principalmente advindas da Universidade de Coimbra, pode-se atestar que a própria atividade jornalística se dava no sentido de disseminação das ideias provindas desta nova formação, sob as Luzes portuguesas. Como aponta Isabel Lustosa:

O próprio papel da imprensa naquele momento era visto de outra maneira. Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto o jornalista se confundia com o educador. (LUSTOSA, 2003, p. 15).

Logo, já era de se esperar que, se os jornalistas se confundiam com educadores, que também vestissem a roupagem de políticos, participando

²⁵ Acerca dessa geração de letrados formados pelo movimento das Luzes europeias, que tiveram atuação direta na política brasileira do contexto histórico da independência, recomenda-se a leitura de Maxwell, 1999, especialmente, o capítulo *A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro*.

diretamente dos discursos apresentados na tribuna. E é este o ponto ressaltado na análise de José Murilo de Carvalho (2008), quando este descreve a imprensa durante o período do império do Brasil.

O Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. (...) Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. (CARVALHO, 2008, p. 54).

Pode-se incluir ainda nesta breve análise da homogeneidade cultural das elites letradas do Brasil oitocentista, os postulados expostos pela historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, na sua já citada obra *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*:

Entre 1820 e 1822, o mundo luso-brasileiro assistiu a um intenso debate em torno das ideias liberais, propiciado pela divulgação, sem precedentes, de escritos diversos, sob a forma de folhetos e jornais, cuja circulação teve início na maioria das vezes em Portugal, mas que logo chegavam também ao Brasil. (NEVES, 2003, p. 16).

Lúcia Neves também compartilha da ideia de que a homogeneidade cultural da elite brasileira nasce do chamado movimento do iluminismo português, a partir das políticas pombalinas e, especialmente, por meio da reforma curricular de 1772²⁶, qual deu origem à geração “coimbrã” de intelectuais, juristas e políticos brasileiros. Muitos dos escritores “letrados” que atuariam posteriormente durante os anos da independência do Brasil tiveram

²⁶ A Coroa portuguesa, a partir do ano de 1772, nas intenções de modernizar o ensino institucional de sua nação, até então de caráter jesuítico, empreendeu a reforma da Universidade de Coimbra, considerada um marco da entrada das ideias pertencentes ao movimento das Luzes no país, institucionalizando muitos dos princípios da chamada “República das Letras” francesa. Dentre as principais mudanças da dita reforma, conta-se a reformulação da Faculdade de Leis e a importante criação da Faculdade de Filosofia, ambas pautas em preceitos iluministas. Uma profícua discussão acerca de tal reforma é desenvolvida em Carvalho, 2007.

sua formação nas luzes de Coimbra, graduando-se em cursos como os de filosofia, direito, medicina e matemática (NEVES, 2003, p. 29-31).

Outro fator interessante a ser pensando, acerca da comunhão “intra-elites” existente no Brasil vintista, reside no fato de que os artigos dos periódicos, a partir daquele momento, passaram a criar certas redes de sociabilidade, sendo discutidos publicamente em cafés, livrarias e academias frequentadas por estes homens “letrados”, ainda mais com a difusão secreta de obras de caráter iluminista, em sua maioria, francesas.

Nas palavras de Lucia Neves, “utilizando-se principalmente de uma linguagem política, os jornais traziam à tona os novos paradigmas do liberalismo” (NEVES, 2003, p. 36). Estes homens “cultos” acompanhavam as novidades advindas da Europa, no que muitos deles, mesmo às escondidas, liam e recitavam, ou até mesmo detinham em suas bibliotecas particulares, obras de teóricos e revolucionários franceses, revestindo-se do papel de intelectuais.

Atenta-se que aqui entendeu-se “intelectual” tão somente através dos termos de “escritor político”, no que foram deixadas de lado outras definições para esta personalidade histórica. Escolheu-se este sentido levando-se em consideração as teorizações do próprio Michel Winock (2006) enquanto membro integrante do movimento da nova história política francesa, organizada pelo historiador René Rémond (2003). Trilhou-se este caminho interpretativo menos pelas premissas do autor aqui citado e mais pelo campo teórico original da historiografia voltada aos estudos dos escritores do “Político”, e que escrevem sobre a “política”.

Todavia, como já explicitado anteriormente, os “homens de letras” franceses diferenciam-se dos homens “letrados” brasileiros em alguns quesitos, sendo o principal deles o fato de que estes escritores, no caso francês, conseguiam viver somente de suas *letters*, ou seja, daquilo que publicavam, sejam seus escritos políticos ou até mesmo obras de conhecimento geral, o que dificilmente se observa no caso do Brasil (NEVES, 2003, p. 52). Deste lado do Atlântico, ser escritor de matérias políticas significava, antes de tudo, que estes homens “letrados” precisavam se sustentar por outros meios de remuneração que não as suas *letters*.

No caso do escritor “letrado” em análise, Cipriano Barata, este passaria alguns anos após a sua formação acadêmica atuando profissionalmente como professor. Após este período, migraria, primeiramente, para o campo político, sendo um dos deputados eleitos para participar das discussões empreendidas pelas cortes constituintes de Lisboa, e, posteriormente, ao datar de sua cisão interna com os deputados lusos, devido à sua visão de “nativista radical” que não agradava aos seus pares, retornaria ao Brasil (SODRÉ, 1998, p. 66-68).

Impedido de se instalar na Bahia, por conta das forças armadas reunidas do general português Inácio Luís Madeira de Melo, no contexto das guerras de independência do Brasil, se instalaria em Recife, no Pernambuco, onde começaria a elaborar o projeto editorial do *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*. Vestindo a figura do *Sentinela* sempre em “Alerta!”, como diria o mesmo inúmeras vezes em sua gazeta, tornou-se assim, um dos escritores “letrados” daquele século XIX. (SODRÉ, 1998, p. 67).

Este terceiro ponto, que diferencia conceitualmente os “homens de letras” franceses, dos homens “letrados” da elite brasileira finaliza, por sua vez, este tópico inicial. A partir daqui, já se torna possível pensar e articular outras concepções teóricas, como da questão dos tipos ideais em História e a inclusão destes homens “letrados” através de uma categoria tipificada, que condiz não somente a um sujeito singular, mas sim a uma ideia de sujeito, a níveis gerais de análise.

2.2 O tipo ideal em História: a compreensão sociológica dos homens “letrados”

A fim de se realizar esta empreitada de tipificação, recorreu-se à aplicação da sociologia compreensiva de Max Weber ²⁷ à área do conhecimento histórico, de onde alguns historiadores brasileiros da teoria da História, que realizaram semelhante aporte, serviram de baliza no momento de pensar acerca do conceito. Foi através, principalmente, de José Carlos Reis (2012), em sua obra *Teoria e história*, e Virgínia Fontes, no capítulo *História e modelos*, incluso na obra coletiva de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), *Domínios da história*, que se chegou às definições pretendidas no procedimento da atividade de tipificação.

Para se entender o “trabalhar-se” com a categoria teórica de “tipos ideais” em História, é importante que se parta de uma base de compreensão filosófica da própria realidade, pautada pela ação social, objeto de estudo da sociologia weberiana, no que a exposição realizada por José Carlos Reis (2012) possibilitou a simplificação de um tema complexo como este.

O autor persegue a premissa de Max Weber, de que “a ação social é uma atividade de sujeitos racionais”, e que logo, é “inteligível” e “se dá à compreensão” (REIS, 2012, p. 159) de outros sujeitos racionais, eis o porquê ser ela uma característica humana e que serve de base para os estudos das ciências sociais.

Entretanto, “compreender não é participar”, nem mesmo “reviver” o outro, mas sim o realizar de um discurso sobre ele, no que “não é preciso ser César para compreender César, isto é, não é preciso ter tido uma experiência pessoal para compreender uma ação. E compreender César não é tornar-se César, o que seria impossível” (REIS, 2012, p. 159). Tendo essa reflexão por

²⁷ A ideia de sociologia, em Weber, é gestada a partir do conhecimento científico que tem por objeto de estudos as ações sociais dos indivíduos inclusos em sociedade, na medida em que estas se dão de infinitas maneiras, a partir de um incontável número de motivações. A fim de estudar esta característica social, Max Weber (1910) propôs a criação do conceito de “tipos ideais”, espécie de constructos mentais dotados de teoria científica, capazes de, se não explicar a ação social em seu substrato, ajudar na busca pela compreensão de seu acontecimento. A sociologia compreensiva baseia-se na tentativa de mensuração das motivações dos diferentes agentes sociais, que geram a realidade das relações sociais em sua totalidade. Para um estudo acerca da teoria weberiana aplicada ao meio historiográfico, recomenda-se a leitura das obras de Reis, 2012, p. 161-169; Weber, 2004.

pressuposto teórico, não se é preciso ser um membro da elite “letrada”, nem mesmo um escritor da imprensa do século XIX, para se compreender tais sujeitos.

E José Carlos Reis continua sua reflexão dizendo que em Weber, “para compreender pode-se recorrer à construção do ‘tipo ideal’ de uma ação puramente racional”, e que o tipo ideal, além de uma construção racional, também é “uma hipótese, que permite abordar e apreender o real. É uma construção racional que permite conhecer fatores irracionais” (REIS, 2012, p.160). Em outras palavras:

Um tipo ideal é uma síntese, um quadro ideal não contraditório de relações pensadas, uma utopia lógica, uma forma, uma construção de realidades objetivamente possíveis, um meio de conhecimento, um conceito limite, puramente ideal, visando a apreensão de individualidades históricas. Ele não avalia, não é uma utopia ética, um imperativo categórico. É perfeito apenas logicamente. (...) A construção conceitual é a única via para a superação da obscuridade retórica e determina clara e rigorosamente a diferença entre pontos de vista possíveis. (REIS, 2012, p. 160-161).

Fazendo então um paralelo com as reflexões da historiadora Virgínia Fontes, pode-se afirmar que:

O tipo ideal não deve, segundo Weber, em momento algum ser pensado como aquilo que “deveria ser” ou como o caso “exemplar”, aliás nem mesmo sequer como “típico”, pois ele não existe como tal na realidade, mas às ideias que podemos constituir dessa realidade. (...) Seu objetivo é atuar como meio para o conhecimento e não enquanto conhecimento em si mesmo. (FONTES, 1997, p. 521).

Para Virgínia Fontes, historiadora que aborda o uso de modelos analíticos em meio à pesquisa histórica, o “tipo ideal” weberiano, ou melhor, a sua noção como teoria aplicável às ciências sociais, aproxima-se do trabalho com modelos históricos, no que, a “construção de modelos utópicos (pela caricatura de traços difusos que se encontram na sociedade)”, gerariam “um novo ‘personagem’ que passaria a funcionar como ‘padrão’ de comparação e de medida para os demais indivíduos de seu grupo”, logo, no que diz respeito, especificamente, à conduta dos indivíduos, “segundo Weber, sendo sempre

particulares, só podem ser apreendidas pela elaboração de tipos ideais de condutas” (FONTES, 1997, p. 521-522). A autora conclui dizendo que “desse ponto de vista, o modelo não é a própria instância do conhecimento, mas um dos momentos da elaboração cognitiva” (FONTES, 1997, p. 513).

Além da tipificação deste sujeito histórico, o escritor “letrado” brasileiro dos anos 1820, entendido no sentido de “escritor político”, que é engajado, principalmente em defesa da liberdade de imprensa, e que escreve para uma elite letrada, também se fez necessária a sua inclusão em um grupo social, emergido da lógica contextual de uma cultura política inerente à sua atividade como intelectual.

Deparou-se então com o conceito de imprensa “incendiária”, como sendo o local de pertencimento cultural e social destes escritores “letrados”. Entenda-se, o homem “letrado” brasileiro dos anos 1820, além de todas as suas características próprias, possuía também ligações socioculturais e políticas que o incluíam em uma atividade jornalística sempre disposta ao “incendeio” do discurso público.

O conceito de imprensa que é “incendiária” veio de inspiração a partir dos pensamentos e trabalhos coletivos dos historiadores José Murilo de Carvalho, Lúcia Neves e Marcelo Basille, através de um seminário participante da série *200 anos da independência*, organizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Nesta apresentação, intitulada *Os “panfletos incendiários da independência”*²⁸, José Murilo de Carvalho, conjuntamente com outros, além de apresentar os conceitos de *guerra literária*, desenvolve a ideia de uma imprensa que seria dotada de um linguajar radical, combativo e ideológico, o que serviu de guia para se pensar na elaboração teórica de uma pesquisa voltada não para os ditos panfletos, mas sim para uma imprensa “incendiária” brasileira, também ela radical em seus editoriais, combativa em relação a seus opositores e claramente ideológica.

Em vias de regras, o termo incendiário, dentro do dicionário Aurélio da língua portuguesa, é identificado como: *Substantivo*: aquele que incendeia; que comunica fogo a alguma coisa; *Figurativo*: revolucionário, exaltado (INCENDIÁRIO. In: DICIONÁRIO Aurélio, 2010). Utilizou-se desta definição de

²⁸ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/11/200-independencia-panfletos-incendiarios-independencia>. Acesso em: 12 jun. 2022.

“Incendiário” por se estar construindo tal conceito a partir de uma visão do Presente acerca daquele momento histórico.

Logo, uma imprensa que é incendiária, se posiciona ativamente como exaltada e/ou revolucionária, em confronto direto ou indireto com a ordem política estabelecida. Teoriza-se que estes homens “letrados”, através de sua atividade editorial, buscaram o “incendeio” da opinião pública de uma elite letrada, impelida à tomada de posicionamento, ação e identificação política. Seguindo-se por estes caminhos teóricos, chegou-se ao conceito de cultura política como resultante das atividades da imprensa “incendiária” brasileira.

Cultura política, por sua vez, é um conceito que surge nos anos 1960, dentro do cenário de desenvolvimento das ciências políticas norte-americanas, com o artigo dos pesquisadores Gabriel Almond e Sidney Verba, primeiramente publicado em 1963 sob o título de *An approach to political culture*, incluso dentro da obra *The civic culture*, a fim de pensar o mundo democrático após a eclusão da I e da II Guerra Mundial, em um contexto social onde o aspecto cultural passou a fazer parte do cotidiano de reivindicações políticas da sociedade (NASCIMENTO, 2018, p. 11).

Vale ressaltar que, apesar de recente em termos de escala historiográfica, essa concepção de “encarar” o “Político” como uma instância da realidade, mediante a interação de diversos aspectos culturais dos indivíduos e coletivos históricos, puxa suas raízes intelectuais em trabalhos de pensadores ainda do século XIX, como Alexis de Tocqueville²⁹, em suas reflexões feitas acerca da democracia norte-americana.

Lúcio Rennó (1988) categorizaria que, para Almond e Verba (1963), ambos cientistas políticos de vertente *behaviorista*, cultura política é definida como:

Um conjunto de orientações subjetivas de determinada população. Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na

²⁹ A obra do historiador francês do século XIX, Alexis de Tocqueville, intitulada *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos pelo seu estado social democrático*, serviria posteriormente de inspiração para o surgimento das primeiras discussões acerca do conceito de “cultura política” dentro do campo das ciências políticas. Ver: Tocqueville, 2019.

infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. (RENNÓ, 1998, p. 71).

No entanto, como aponta a historiadora brasileira Eliana Dutra (2002), em seu artigo “História e culturas políticas: definições, usos, genealogias”, esta seria uma visão de cultura política “geral, e comportamentalista”, deixando de apreender a dimensão histórica dos atos políticos. O conceito seria então importado, primeiramente, pela historiografia francesa, através dos estudos sobre as origens da política norte-americana, do historiador Bernard Baylin (1969), e, posteriormente, pelo projeto da nova história política de René Rémond (1988).

Rémond, apesar de em nenhum momento de sua obra chegar a empregar ou falar sobre o conceito de cultura política diretamente, conseguiu reunir uma gama de pesquisadores que vez ou outra se utilizaram do conceito em suas análises teóricas, no que o projeto do *Por uma história política*, seria um divisor de águas na relação entre o historiador do campo do Político e a categoria teórica de culturas políticas.

Para a nova história política, tal conceito resume-se a um dos níveis mais profundos do universo do Político enquanto campo de experiências sociais. É por meio da cultura política que os sujeitos-históricos do passado podem ser apreendidos em suas disputas pelo poder institucional e social. A “comunhão política”, que é a atitude geradora de grupos organizados, por meio do aglutinar de suas superstições, crenças, ideologias, ritos, costumes, *vulgatas* e manifestos, se faz ser compreendida pelo historiador quando este se desdobra na busca de uma cultura comum a estes indivíduos e grupos, numa incessante investigação dos vetores socioculturais que levaram tais sujeitos a se comportarem desta e não daquela maneira, diante de determinado evento histórico. (BREDA, 2021, p. 97)

Seguindo nesta via de análise, os historiadores franceses Jean François-Sirinelli e Serge Berstein (1998), ambos inclusos dentro do projeto rémondiano de renovação da história política, dariam cada um as suas próprias definições

para o emprego do conceito³⁰. Preocupados em tratarem de problemas de âmbito “coletivo”, vieram a estudar as ditas “grandes famílias políticas” da sociedade, e as suas respectivas “tradições políticas” de longa data, além da relação hierarquizada entre culturas “tradicionais”, ou “dominantes”, e culturas “minoritárias”, ou “revolucionárias”.

Para o historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta (2009), Serge Berstein e Jean François-Sirinelli são compositores do grupo historiográfico francês que veio a tratar do conceito de “pluralidade de culturas políticas”, no que, em uma sociedade, diversas culturas disputariam o espaço ideológico e representativo dos grupos sociais, tais como as culturas comunista, socialista, conservadora, liberal, dentre outras. Motta ainda continua afirmando que:

É importante considerar, seguindo sugestiva análise de Serge Berstein (desenvolvendo argumento original de Almond e Verba), a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos. Nada mais natural, quando lidamos com categoria que pressupõe que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos e/ou a tradições. A essa lista vale agregar outros vetores de socialização, como as Igrejas, e também adicionar a importância dos veículos de disseminação impressos, como periódicos e livros. (MOTTA, 2009, p. 11)

Todavia, pensando-se que esta pesquisa busca partir do estudo de uma individualidade histórica para enfim tipificá-la, pedindo um aporte teórico que seja fundado na sociologia compreensiva weberiana, as definições de cultura política presentes na nova história política francesa (Serge Berstein e Jean François-Sirinelli), ou nas ciências políticas norte-americanas (Gabriel Almond e Sidney Verba) não serviriam para os seus propósitos, devido ao fato de partirem do estudo de grande famílias, tradições e grupos políticos. Deste

³⁰ Para Jean François-Sirinelli (1992, p. 03-04), cultura política define-se a partir da ideia de “uma espécie de código e conjunto de referências, formalizados no seio de um partido, de uma família ou de uma tradição política”, ou, de forma mais clara, cultura política entende-se por um grupo de indivíduos que possuem uma leitura comum do passado e uma projeção conjunta no futuro (SIRINELLI, 1995). Serge Berstein (1998), por sua vez, entende que cultura política, enquanto categoria de análise do historiador, é formada por uma série de elementos constituintes, surgida de momentos sociais específicos, de crise ou dificuldades históricas, e que, assim como um organismo vivo, evolui, molda-se socialmente, e tende a tornar-se hegemônica em relação a outras culturas políticas pré-existentes. Para mais definições, ver: Sirinelli; Rioux, 1998.

modo, esta dissertação teve que se voltar para o estudo dos indivíduos em seus cotidianos, em suas ações sociais e em seus contextos históricos particulares. Logo, as proposições teóricas de outros autores alinhados a uma visão weberiana de culturas políticas passaram a gozar de maior sentido dentro desta análise.

Após uma investigação em busca de uma teoria que fosse condizente com o que se propunha, chegou-se, enfim, ao sociólogo Daniel Cefaï (2001). Nas palavras da historiadora Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento (2018), que analisa a obra do referido autor, em seu artigo intitulado “Culturas políticas: contribuições da sociologia compreensiva para a história política e uma proposta metodológica”, Cefaï privilegia os estudos de cultura política através de uma vertente baseada nos indivíduos e em suas ações, recorrendo-se a contextos menores, mediante utilização da sociologia compreensiva, no que “os atores sociais, com suas experiências e formas de ver e dar sentido ao mundo, tornam-se o objeto de análise da perspectiva de culturas políticas que Cefaï propõe” (NASCIMENTO, 2018, p. 18). Michelle Vasconcelos ainda continua dando maior introdução ao pensamento do sociólogo francês:

Tomando em conta os atores sociais como sujeitos ativos, operadores e transformadores sociais, para Cefaï estes deixam de ser considerados passivos, meros reprodutores de práticas e de culturas. São, sobretudo, agentes que criam, interpretam e modificam, dentro das práticas de interação social. Logo, faz-se necessário focalizar os indivíduos em suas interações para analisar as culturas políticas. (NASCIMENTO, 2018, p. 19).

Unindo as premissas sociológicas de Cefaï, expostas por Vasconcelos (2018), com os objetivos de pesquisa desta dissertação, conclui-se serem estes indivíduos, os homens “letrados” dos anos 1820, o ponto de arranque para os estudos de suas respectivas culturas políticas. Todavia, se faz necessário dizer que ainda existe margem para se realizar uma possível dissociação argumentativa, na questão de ser a imprensa incendiária uma verdadeira cultura política ou não, no sentido ortodoxo do termo.

Para isso, pode-se afirmar que se segue na mesma esteira argumentativa de Nelson Ferreira Marques Júnior, para definir o grupo da imprensa áulica do Rio de Janeiro, presente em seu artigo “A elite intelectual

áulica: jornais, ideias e os seus redatores na corte fluminense (1822-1831)". O autor se propõe a pensar os indivíduos que faziam parte do universo editorial do Rio de Janeiro, presentes na corte de D. Pedro I, como um "grupo político", participante de uma cultura política própria. Segundo ele:

Os áulicos não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram o termo áulico para se auto identificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos não se autodenominando como áulicos, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum permitindo reconhecê-los como um grupo. (MARQUES JÚNIOR, 2013, p. 3).

Marques Júnior ainda ressalta que o grupo político dos áulicos, apesar de serem desfalcados de um núcleo rígido organizado, se fizeram partícipes do jogo político imperial como "representação" de grupo, levando-se em consideração que "a representação de um grupo ou de uma cultura política pode se representar e apresentar de maneira sensorial (direta) ou fazer-se presente, mesmo sendo ausente fisicamente" (MARQUES JÚNIOR, 2013, p. 2). Para ele, a respeito dos áulicos:

Não há um amplo partido formalizado, institucionalizado, com reuniões periódicas para encaminhamento de propostas. Mesmo que tivesse só corroboraria a dimensão da parte física do grupo. Na verdade, a presença do grupo foi pouco percebida em sua materialidade, mas parte dessa ausência foi compensada pelo conjunto de ações, valores, ideias, tradições, linguagens que foram propaladas por esses indivíduos na imprensa e no Legislativo; ambos considerados vetores de socialização por excelência, mobilizando, portanto, símbolos, discursos e uma identidade coletiva que fornecia inspiração para a identificação de um projeto político de grupo, transformando em uma poderosa arma de defesa da Monarquia Constitucional perante a opinião pública. (MARQUES JÚNIOR, 2013, p. 2-3).

O ato de se pensar a imprensa incendiária como grupo político, definido assim pela atividade historiográfica, ausente de um núcleo físico organizado, mas dotada de uma representação própria, torna-a se não uma cultura política de fato, ao menos uma criadora e disseminadora de tais características, associada a um ideal de liberalismo exaltado, assim como no caso da imprensa

áulica, que, segundo Marques Júnior (2013, p. 3), se aproximaria de um conservadorismo liberal. Logo, percorridas as características teóricas, metodológicas, de balizamento de *corpus* e aproximações conceituais, segue-se agora para o início do terceiro capítulo, responsável pelo desenvolvimento e análise dos dados coletados a partir da obra de Cipriano Barata.

Capítulo 3

O editor e o seu editorial: relações de palavras e ideias

3.1 O estudo do léxico: a construção do discurso

Tendo em vista os estudos linguísticos de Régine Robin (1973), e inspirando-se no exemplo das pesquisas acerca do vocabulário político da França, de Jean Dubois (1962), termos como os de **ocorrência** e **frequência**, somados às categorias arritmo-semânticas de **Palavras-Tema**, **Palavras-Base**, **Palavras-de-Characterização** e **Palavras-Chave**, conjuntamente com os sistemas de relações de **oposição**, **associação** e **identidade**, e a categoria especial da **lematização**, são reunidos aqui para dar sentido a um todo coeso, logo, necessitando de serem especificados, de maneira que, durante as próximas páginas, os mesmos serão tratados respectivamente.

Inicia-se então a explanação a partir do conceito de **ocorrência**, termo que se refere às ditas “palavras de significação”, e/ou palavras “fortes” de um determinado *corpus* lexical, ou seja, uma palavra com diversas repetições de si mesma ao decorrer do texto estudado. No caso do *Sentinela*, durante as 66 edições redigidas por Cipriano Barata. Já a **frequência** diz respeito à intensidade, logo, o número proporcional de repetições que tal **ocorrência** apresenta em relação a outras **ocorrências** e a períodos específicos do ano, de onde foi possível a extração de um gráfico diacrônico de **frequência** (ROBIN, 1973, p. 137)

Sobre as zonas arritmo-semânticas, estas guiam o pesquisador na decifração do campo lexical e semântico inerente ao discurso, sempre partindo da tipificação de determinada **ocorrência**, de onde quanto maior a sua **frequência**, mais chances de esta ser incluída no grupo das **Palavras-Tema** – de forma abreviada, PT –, quase que impossíveis de não serem notadas ao se ler o texto. As PT são tão presentes no léxico de um autor que, em alguns momentos, podem existir casos de se deparar com uma média de mais de dez repetições da mesma palavra por página – no *Sentinela*, em edições de quatro a oito páginas cada, o que deduz uma taxa de **frequência** que vai de quarenta a oitenta repetições de uma mesma palavra por edição, a depender sempre do número de páginas da mesma (ROBIN, 1973, p. 139-144).

Já as **Palavras-Base**, apesar de não serem elas o “tema” de um discurso, possuem o importante papel de fornecer a fundamentação léxica de onde o autor o estrutura. Geralmente as PB sempre se relacionarão às PT de

alguma forma específica, seja sendo em contraponto ou a favor de algum “tema”, de onde se tem, respectivamente, as relações de *oposição* e *associação*, ou até mesmo dando sequência e estruturando o discurso para outras palavras que se seguem, no que surgem as relações de *identidade* (ROBIN, 1973, p. 141-142).

Por fim, as PdC – *Palavras-de-Characterização* – e as PC – *Palavras-Chave* – possuem uma natureza parecida, porém cada qual com sua especificidade. *Palavras-de-Characterização* são termos de aparição restrita no léxico do autor, na maioria das vezes associadas a formas predicativas e dentro de contextos particulares de uso. Em uma questão de proporcionalidade proximal entre os termos, as PdC viriam acopladas à relação PT-PB, para dar maior intensidade ou até mesmo esmiuçar um discurso (ROBIN, 1973, p. 143).

As *Palavras-Chave*, apesar de também serem, assim como as PdC, *ocorrências* de baixa *frequência*, tornam-se únicas quando incluídas em um gráfico diacrônico de análise. Em termos claros, as PC seriam a “crista da onda” léxica de alguns períodos específicos do ano, certas palavras que não saem da mente do autor em determinado mês, mas que desaparecem por completo nos meses seguintes. Seriam elas aqueles termos de grande oscilação de *frequência*, que em um primeiro olhar panorâmico sequer apareceriam na análise lexicológica de um linguista, mas que se fazem essenciais ao historiador, que trabalha sumariamente com a diacronia histórica.

A *lematização* de *ocorrências* é, por sua vez, outra categoria de análise empregada aos estudos do léxico e que se mostra fundamental para uma boa atividade lexicométrica do discurso. Segundo Régine Robin (1973, p. 143), a *lematização* consiste-se em “a partir de um índice hierárquico das formas lexicais, agrupar todas as formas que pertencem a um mesmo lexema”.

Lexema pode ser definido como “uma unidade lexical básica do discurso”. Parafraseando Charles Muller (1968), Régine Robin definiria que:

Segundo Ch. Muller, “destinar-se-á o termo *lexema* as unidades que compõem o léxico; quando estas unidades virtuais são atualizadas no discurso, chamar-se-á cada uma delas *vocabulo*, designando o termo *palavra* toda ocorrência de qualquer vocabulo”. Na realidade, a maior parte do tempo, utiliza-se indiferentemente lexema, vocabulo ou unidade léxica (ROBIN, 1973, p. 233).

A título de exemplificação, Robin demonstra a equivalência conceitual das *ocorrências* de *sans-culotte*, *sans-culottes* e *sans-culotterie*, possuidoras de um mesmo significado léxico e pertencentes a um mesmo campo semântico. As referidas *ocorrências* citadas pela autora, foram analisadas dentro do contexto de estudos lexicométricos do vocabulário francês dos tempos da Revolução de 1789, agrupadas em uma mesma *lematização*.

Discriminados os principais termos e conceitos deste primeiro momento de análise, qual visa à identificação do léxico do autor, segue-se então com a explicação do modelo de apresentação dos dados escolhido. Aqui se inspirou na forma como a historiadora brasileira Lúcia Neves (2003) veio a trabalhar com o conteúdo das palavras e ideias presentes nos folhetos e jornais da época da independência.

Na segunda parte de sua obra, intitulada *A Mise-en-scène: as palavras e as ideias nos folhetos e jornais da época da independência*, Lúcia Neves (2003, p. 117), ao tratar do vocabulário político deste período histórico, buscou “uma relação dos vários significados que esses conceitos adquiriram a partir das mudanças estruturais do governo e da sociedade”. Partindo deste ponto, Lúcia Neves desenvolveria cada um dos conceitos levantados por sua pesquisa de forma a esmiuçar os seus possíveis significados, para depois, correlacioná-los em redes de oposição ou de associação práticas, a partir do discurso dos sujeitos históricos analisados. Inspirando-se em sua forma de escrita, esta dissertação tentou seguir um caminho semelhante.

Faz-se, todavia, um adendo à escolha do modo estilístico de exposição das exemplificações que se seguem adiante. A fim de não tornar a leitura cansativa, nem conquanto a cometer erros de ambiguidade ou repetição textual, as citações referentes às alegações apresentadas neste tópico serão discutidas em tópicos posteriores, e comentadas de maneira narrativa no decorrer do texto.

Durante a análise do *corpus* lexical, as *ocorrências* que de um modo geral se mantiveram detentoras das maiores *frequências*, e que por conta disso, se tornaram as *Palavras-Tema* do léxico de Cipriano Barata, formariam o

seguinte grupo de palavras e de *lematizações*: **nós**, **governo**, **liberdade**, **imperador**, **províncias** e **Brasil**³¹.

De todas as *ocorrências*, o pronome possessivo **nós** aparece com uma *frequência* superior a 700 repetições durante todo o *corpus* de pesquisa. Sempre utilizado de forma ativa, o “nós” relaciona-se com a grande maioria das outras PT e PB, definindo e sendo o cerne do discurso do orador³², onde muito se vê a utilização da relação axiológica do “nós” em oposição ao “eles”. Para o orador, o “nós” pode se referir àqueles que ele chama de “liberais”, de “povo”, de “brasileiros”, de “patriotas” e de “pernambucanos”, enquanto que o “eles”, faz a alusão a “portugueses”, “marotos”, “déspotas” e/ou “despóticos”³³.

Em questões de *lematização*, “nós” se interliga ao lexema de *nosso/nossa*, sumariamente proporcionando uma ideia de afirmação de posse sobre algo, este sendo na maioria das vezes de natureza ideológica. Por exemplo, “nossa pátria”, “nosso povo”, “nossa liberdade”, “nossa vingança” e afins³⁴. Cipriano Barata se utiliza de discurso do “nós x eles” para tornar a sua voz e os seus ideais como sendo os do seu auditório, ao mesmo tempo neutralizando boa parcela da responsabilidade daquilo que se é dito em seu periódico – visto que não é o orador quem fala, mas sim o auditório quem clama por ser ouvido – e passando a impressão de que aquilo que defende, se trata não menos do que um argumento de normalidade³⁵.

³¹ Grafia original: Brazil.

³² Como já exposto em nota de rodapé anterior (n. 19) as terminologias de “orador”, “auditório” e “discurso” fazem parte da base teórica presente nos estudos retóricos dos pesquisadores poloneses da área do direito, Chaïm Perelman e Lucie Olbreschts-Tyteca, 2005.

³³ Ao decorrer do capítulo, como poderá se observar, a *ocorrência* “nós” se encontrará presente em quase que a totalidade das citações em nota de rodapé de pequenos excertos do texto de Cipriano Barata, a título de exemplificação do que se está sendo alegado pela análise lexical do discurso do *Sentinel*a. Preferiu-se referenciar o texto de Cipriano Barata desta forma para que, na medida do possível, não se corresse o risco da perda de fluidez ou de sentido durante a explicação dos resultados obtidos pela pesquisa empírica. Todavia, como se verá nos tópicos do capítulo 4, cujo foco narrativo é menos uma análise textual e mais a construção de um enredo histórico, a estilística das citações altera-se para um modelo direto e no corpo da dissertação.

³⁴ “Deos eterno mudai a natureza perfida e furiosa destas gentes de Portugal, a fim de que se não esgotem as fontes da nossa paciência, e não sofram então estes brutos os furores do nosso recentimento, da nossa vingança!” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 10, 7 de maio de 1823, p. 1).

³⁵ Baseando-se na tese de que toda argumentação exige que se parte de um conjunto de premissas, para que haja o debate retórico, muitas vezes algumas destas premissas surgem de presunções que não são passíveis de serem averiguadas no momento da argumentação, como é o caso da referida “presunção de normalidade ou universalidade”, onde o que se está sendo argumentado, é tido como parte integrante da realidade, logo, aceitável. Para maiores informações, ver Perelman; Olbreschts-Tyteca, 2005, p. 79-83.

Levando-se em conta o exposto até o momento, e somando-se a constância diacrônica com que o “nós” se faz presente no *corpus*, com uma média de 2,3 *ocorrências* por página, pode-se constatar que todo o discurso de Cipriano Barata, durante o ano de 1823, orbitou ao entorno da validação de seus ideais, diluídos em meio às vozes clamantes de seus leitores, contra um inimigo criado na figura do “eles”, de natureza fictícia ou não.

A segunda *ocorrência* que é tema do discurso de Cipriano Barata, com uma taxa de *frequência* de mais de 500 repetições, é o substantivo **governo**, interligado aos lexemas de *governar/governador/governadores*, estando quase sempre em associação a locais físicos, tais como “governo do Rio de Janeiro”, “governadores das províncias”, “governador de Pernambuco”, ou em consonância com predicativos subsequentes, por exemplo, “governo liberal”, “governadores despóticos”³⁶, etc.

Seguindo para a análise da constância diacrônica da *ocorrência* em questão, constatou-se que, além das formas associativas apresentadas, relação especial se é identificada em meados do ano, quando o substantivo de “governo”, lematizado na forma de *governador*, associa-se diretamente com a *ocorrência* “armas”, visto ser o “governo das armas”³⁷ um cargo político e militar que se tornou o assunto majoritário daquele momento no *Sentinel*a.

Liberdade é a terceira PT do *corpus*, com mais de 400 repetições, frequentemente lematizada em *liberal/livres/libertador*, comportando-se principalmente como adjetivo, está em associação direta com *ocorrências* que expressão certo sentido ideológico para Cipriano Barata, vindo a funcionar da mesma forma que o pronome “nós”. Uma rede de oposição especial é observada em relação à *ocorrência* “despotismo”, no que o “nós-liberais” entra em vias de antagonismo discursivo com o “eles-despóticos”³⁸.

³⁶ “Não hé preciso mais do que pôr os olhos nas falas dos Illustres Senhores Deputados, para se conhecer logo o espirito do servilismo creador do monstruoso Governo Dispotico” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 28, 9 de julho de 1823, p. 1).

³⁷ “Temos obrigação de bradar, representar, reclamar, e faser opposição ao estabelecimento desta criação de Governador das armas; e cazo obstinada e dispoticamente se queira continuar a meter a força nas Porvincias taes Authoridades das Armas será necessario regeitalas como contrarias a boa ordem e socego publico” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 44, 3 de setembro de 1823, p. 4).

³⁸ “Primeiramente he preciso notar que todo o recrutamento he violencia, he ataque, e despotismo contra a seguran individual e liberdade” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 56, 22 de outubro de 1823, p. 1).

De maneira mais amiúde, “liberdade” e “despotismo” demonstram ser uma das principais relações de oposição de todo o *corpus* analisado. Cipriano Barata, ao euforizar a “liberdade” enquanto adjetivo, a coloca como um ideal a ser alcançado, seja por ele, por alguma instância real ou abstrata do Poder, pelo seu auditório ou pelas personalidades quais ele vem a apoiar, na forma de se vir a falar em termos como os de “Brasil liberal”, “povo livre”, “imperador liberal”³⁹ entre outros, enquanto que “despotismo” estaria muito mais associado a uma ideia de substantivo que age, materializado pelo discurso do orador, dando ele vida a um inimigo que deve ser combatido. Por exemplo, fala-se em um “despotismo português”, “despotismo ministerial”, “despotismo do Rio de Janeiro”⁴⁰, etc.

Com uma constância diacrônica reduzida em comparação com as duas primeiras *ocorrências*, quase que 40% das vezes, “liberdade” irá se comportar mais como PB do que como PT, o que simboliza a necessidade de Cipriano Barata de utilizar a “liberdade” como fundamentação de seu discurso perante o seu auditório e os seus opositores.

Em quarto lugar, também com mais de 400 repetições durante o *corpus*, se encontra o substantivo **imperador**, lematizado em *S.M.I. – Sua Majestade Imperial* – sempre se comportando como um dos principais temas do discurso do *Sentinela*. Associado à “imperador”, se observa constantemente uma série de adjetivos que caracterizam como Cipriano vinha a enxergar a figura do monarca brasileiro durante o decorrer do ano de 1823, no que se pode observar uma inconstância diacrônica que vem a formar um gráfico parabólico em V, apresentando uma queda da taxa de *frequência* em meados do ano⁴¹.

Isso tudo se explica mediante uma rede de oposições axiológicas que se faz entre “imperador” e o substantivo de “ministros”. Em inícios de 1823, “imperador” associa-se à ideia de “imperador liberal”, “imperador libertador”,

³⁹ “Viva o Imperador Liberal Constitucional. Agora digão esses Viz Corcundas serviz e abominaveis; respondão esses intrigentos obscurantes se se deve calar como escravo, ou alçar a voz como livre? Por isso não sessarei de bradar O’ do Imperador alerta!” SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 38, 13 de agosto de 1823, p. 03).

⁴⁰ “Hoje está descoberto na Europa que as machinações da Sancta Aliança são derigidas a estabelecer o governo militar por toda parte; o despotismo ministerial deve mandar, e o despotismo militar deve fazer obedecer” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 18, 4 de junho de 1823, p. 3).

⁴¹ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

“imperador salvador” e “imperador constitucional”⁴², vindo a diferir do teor valorativo que se tem com a *ocorrência* de “ministros”, vistos como “ministros despóticos”, “ministros portugueses”, ministros tiranos”⁴³, etc.

A queda de meados do ano explica-se pela forte presente da PC “armas” naquele momento, associada ao substantivo “governo”, como já explicado anteriormente, fazendo com que assuntos variados tais como a oposição entre “imperador” e “ministros” fosse deixada de lado. Contudo, as relações de oposição entre “imperador” e “ministros” passam, gradativamente, a se tornarem relações de associação em finais do ano, visto a guinada ideológica qual Cipriano Barata teve ao ver os atos considerados por eles “despóticos” advindos do imperador D. Pedro I, no contexto da elaboração do projeto de constituição do império do Brasil.

Em sequência a estas, as *ocorrências* de **províncias** e **Brasil**, com cerca de 370 repetições cada, completam o grupo das *Palavras-Tema* do léxico. “Província” não apresenta lematização, sendo uma das poucas *ocorrências* do *corpus* com esta condição, enquanto que “Brasil” encontra-se lematizada em *brasileiros*. Ambas possuem relações de associação e de oposição quando inclusas em um grupo de *ocorrências* que fazem referência a locais, reais ou abstratos, tais como “Rio de Janeiro”, “Pernambuco”, “Portugal” e “pátria”, sendo que destas, “províncias” vem a apresentar uma relação de oposição com “Rio de Janeiro”, enquanto que “Brasil” se opõe, respectivamente, a “Portugal”.⁴⁴

No que concerne às taxas de *frequência* diacrônica, “províncias” é *ocorrência* de aparição esporádica em inícios do ano, mas que se estabiliza na segunda metade de 1823. A *ocorrência* “Brasil” acompanha a mesma diacronia em V de “imperador”, seguindo o contexto de outras PT que sofrem com esta mesma alteração de *frequência* devido à ascensão da temática do “governo

⁴² “Criamos para nossa escolha e vontade, coroamos e aclamamos o nosso Imperador; que he dotado de ideias liberaes e boas intenções para o Brazil”. (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 2).

⁴³ “Mas os Ministros abuzando de sua sinceridade e pouca experiencia, illudem sua candura: e vem praticando sem Elle perceber violencias e dezacertos que podem ter funestas consequencias”. (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 2).

⁴⁴ Ver o exposto no gráfico de *frequência* diacrônica, presente na página 79.

das armas”, por volta de julho e agosto, que altera, momentaneamente, o enfoque do discurso de Cipriano Barata.⁴⁵

Em consonância com as PT descritas, existe ainda um grupo de palavras que, apesar de não possuírem altas taxas de *frequência*, se comportam como temas em alguns momentos específicos do ano, por isso denominadas *Palavras-Chave*. Nesta primeira sessão de PC, podem ser citadas as seguintes *ocorrências*: **constituição**, **ministério**, **povo**, **Rio de Janeiro**, **armas** e **julgar**. Vale ressaltar que, com exceção da *ocorrência* “julgar”, que é uma PdC, todas as outras são pertencentes originalmente ao grupo das PB, ou seja, aquelas que organizam e fundamentam todo o discurso do autor.

A começar pelo substantivo **povo**, que soma mais de 300 repetições e que se encontra lematizado em *população*, o mesmo é usado como um identificador do público leitor de Cipriano Barata. O uso das estratégias retóricas do orador, visando se portar como porta-voz da opinião pública, torna possível identificar a natureza deste “povo”, tão citado em suas edições.

Para Cipriano, o “nós”, tema principal de seu discurso, relaciona-se com a ideia de *Brasil* e de *brasileiros*, no sentido de “nós brasileiros” e “nosso Brasil” – sempre associado aos conceitos de “Brasil pátria” e “Brasil liberal” – e em todo momento em seu discurso ocorre uma aproximação entre os desejos do “nós” e aquilo que o orador chama de “vontade do povo”, da qual ele, o *Sentinela*, é o seu arauto e guardião. O “povo”, em Cipriano Barata, que é definido pelos ideais de brasileiro, logo, também o é pelos de “patriota” e “liberal”. Toda as vezes que Cipriano fala em “povo” ele busca referir-se ao seu auditório, composto por patriotas e por liberais, ou seja, por seus apoiadores diretos.⁴⁶

A segunda PC que aparece neste momento é o substantivo **constituição**, com mais de 270 repetições, lematizado nos termos de *constituinte/constitucional*. Associada quase sempre à ideia de “liberdade”, como por exemplo, em “liberdade constitucional”, “constituição livre”,

⁴⁵ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

⁴⁶ “Tem continuado os homens de juízo, e todo o Povo Liberal, a perguntar o que devem fazer as Províncias, no caso de que os Batalhões do Rio de Janeiro, insubordinados, ignorantes, escravos sem amor a Pátria, acommetão e dissolvão o Congresso” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 47, 13 de setembro de 1823, p. 1).

“constituição liberal”⁴⁷, etc., apresenta seus picos de *frequência* em momentos em que se fala de projetos constitucionais, mais precisamente em inícios e em finais do ano. “Constituição” também é *ocorrência* que serve como base de articulação argumentativa para desmoralizar os opositores políticos do orador, quando o mesmo vem a atacar os defensores do que ele chama de “constituição despótica”.⁴⁸

Rio de Janeiro, por sua vez, é PC com cerca de 260 repetições, não lematizada, e associada constantemente às *ocorrências* de “ministério” e de “despotismo”, geralmente utilizada no sentido de “despotismo do ministério do Rio de Janeiro”⁴⁹. Com o passar dos meses, a utilização da expressão acima, a fins de se criar um fantasma a ser combatido, iria amainar, devido à queda do ministério dos irmãos Andrada, opositores diretos de Cipriano Barata e de sua gazeta. Após este evento, a utilização da *ocorrência* “Rio de Janeiro” oscilaria, até enfim diminuir em finais do ano.⁵⁰

Seguindo na mesma linha de análise, o substantivo **armas** e o verbo **julgar** fecham o grupo das principais PC dentre as temáticas lexicais do *Sentinela*. Com uma média de 180 e 110 repetições, respectivamente, não se pode dizer que apresentam altas taxas de *frequência*, apesar de se encontrarem entre os principais temas percorridos pelo orador naquele ano. Fato é que tanto “armas”, que não apresenta lematização, quanto “julgar”, lematizada em *julgamento/justiça*, foram PC de momentos muito específicos do ano.

Primeiramente que, “armas”, em associação à “governo”, durante os meses de julho e agosto de 1823 foi quase que tema único do periódico de Cipriano Barata, quando este deixou de lado seus outros assuntos para

⁴⁷ “Em huma palavra o Brasil não admite se não Leis, de Constituição Liberal; para isto he que os povos se ajuntarão, e as Provincias se unirão (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 44, 3 de setembro de 1823, p. 4).

⁴⁸ Exaqui pois o estado violento e lastimozo em que se acha a Corte do Rio de Janeiro: como se pertende formar e introduzir huma Constituição dispotica pela vontade dos Ministros, que he o mesmo que dizer que ficamos escravos como dantes” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 1).

⁴⁹ “Valhao-me as Chafas de Christo Senhor nosso! Não basta o que já temos sofrido do velho despotismo do Rio; ainda se luta para nos esmagarem com outro novo!” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 26, 2 de julho de 1823, p. 4).

⁵⁰ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

discorrer sobre o perigo de se ter governadores de armas nas províncias⁵¹. E, secundamente, “julgar” surge no contexto de finais de 1823, data de quando Cipriano começaria sua empreitada de análise e julgamento do projeto de constituição desenvolvido pelo soberano congresso do Rio de Janeiro, um dos motivos as quais levariam à sua prisão em novembro. Além da sua forma verbal mais comum, a *ocorrência* “julgar” também seria utilizada no formato de “justiça”, para se referir aos chamados “homens de justiça”, tais como juízes, desembargadores, advogados e etc.⁵²

Seguindo então para a análise das outras PB do léxico de Cipriano Barata, visto já se ter explicado algumas delas, que se encontram deslocadas em sua taxa de *frequência* habitual, por isso serem PC antes de serem PB, foi possível se identificar as seguintes *ocorrências*: **pátria, Portugal, despotismo, Pernambuco, senhor, &c. e alerta!**

Pátria é uma das principais PB do léxico do orador, geralmente utilizada como fundamentação para outros temas de seu discurso. Com uma média de 210 repetições, e lematizada na forma de *patriotas*, “pátria” inclui-se no grupo de ocorrências associadas ao conceito do “nós”.

Cipriano Barata busca identificar o sujeito “patriota” com o seu auditório, ou seja, o “brasileiro” e o “liberal”, e algumas vezes até mesmo com o “pernambucano” e com o “baiano”⁵³. Em algumas passagens, “pátria”, além de se referir à ideia de Brasil, em Cipriano, também se relaciona à “Bahia”, qual o orador se refere como “minha pátria”. É necessário dizer que, em questões etimológicas, “pátria” e “patriota” em Cipriano, aparecem muito mais ligadas ao

⁵¹ “Hum Governador das Armas, deffensor do Governo Dispotico Ministerial, ou deffensor Constitucional pouco liberal, de certo ha de julgar sempre que a segurança publica está comprometida, e deve persegui a quantos seguirem o partido de uma Constituição liberal, de sorte que ninguém poderá viver seguro em huma Cidade” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 40, 20 de agosto de 1823, p. 3).

⁵² “Os Desembargadores e mais pessoas de justiça, arrancão grandes riquezas dos povos por meio das Cauzas, Civiz, e por isso he que as embrulhão com misterios” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 56, 22 de outubro de 1823, p. 4).

⁵³ “Eu tenho por falço testemunho este boato; porque estou persuadido que o Ministro (...) que desse taes cartas brancas ou ordens para outras Províncias desprezíveis escravas, nunca as daria para Pernambuco, que hé uma das Províncias mais ciozas de sua liberdade e capaz de deffender os seus direitos: além disso eu me lembrei que segundo o caracter dos Pernambucanos nem haveria hum (?) traidor à patria que quizesse tomar a seo cargo taes cartas brancas” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 7, 26 de abril de 1823, p. 1).

conceito de sentimento de pertencimento do que ao sentido de lugar de nascimento de alguém.⁵⁴

Portugal, por sua vez, é um substantivo com cerca de 200 repetições, lematizado em *português/portugueses*, e que faz oposição à *pátria/patriotas* em alguns momentos do léxico⁵⁵. Geralmente associado ao grupo do "eles", "português" se torna adjetivo que define "despotismo", "absolutismo" e o já citado "ministério do Rio de Janeiro". Um "ministro português"⁵⁶ é sujeito não necessariamente nasceu e viveu do outro lado do Atlântico, mas sim que defende ou apoia medidas do dito "despotismo".

Apesar da disforização do termo, "Português" ainda se associa ao grupo do "nós" ao se referir àqueles sujeitos portugueses "nossos amigos", que não apoiam o projeto de "recolonização"⁵⁷ das cortes de Lisboa. Há aí uma diferenciação valorativa entre a ideia do "bom português" e do "mau português". No segundo caso, "português" associa-se a outras definições, tais como "marinheiro" e "maroto"⁵⁸, cujo significado seria o de uma pessoa que não vivenciaria a realidade do "patriota brasileiro", logo se torna seu inimigo, seu explorador, sujeito alienígena, aproveitador.

Em níveis de frequência diacrônica, a lematização *pátria/patriota* se mostra como uma das principais e mais constantes bases do léxico, enquanto que *portugal/português* teria aparições mais esparsas e situacionais durante o ano de 1823.⁵⁹

⁵⁴ Como bem o definira Lúcia Neves (2003) a palavra *pátria*, neste contexto histórico, é herdeira do vocabulário da revolução francesa, definida como "um ser ao qual se fazem sacrifícios", logo, ligada à questão da representatividade do "pertencer" mais do que à do "nascer". Ver Neves, 2003, p. 204-205.

⁵⁵ "Os Portuguezes tem o desaforo de se lembrarem, que podem apossar-se da nossa patria, como se nós ainda foramos Caboculos nus e desarmados" (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 34, 30 de julho de 1823, p. 1).

⁵⁶ "Quando no meo Nº 28 dice que vinha hum Dezembargador em commissão, o Claudio; esqueceo-me advirtir que este alem de tudo quanto se pode alegar he Portugues, isto hé Marinheiro, e que infalivelmente ha de ser sequaz do Despotismo Ministerial" (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 29, 12 de julho de 1823, p. 1).

⁵⁷ Acerca dos debates que ocorreram durante o período vintista, em relação aos possíveis planos de recolonização do Brasil, recomenda-se a leitura do capítulo *A retórica da recolonização*, da historiadora Marcia Regina Berbel, inclusa dentro da obra de Jancsó, 2005.

⁵⁸ "Sendo pois os Chefes da Igreja Marinheiros, podem athé sacrificar indirectamente esta Provincia aos nossos inimigos de Portugal, que machinão traidoramente a nossa dezunião" (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 29, 12 de julho de 1823, p. 2).

⁵⁹ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

Despotismo, como já apresentado anteriormente, possui uma relação de oposição especial com a *ocorrência* de “liberdade”, no que a primeira se torna um substantivo de caráter ativo, enquanto que a segunda, comporta-se muito mais como um adjetivo, o que expressa uma ideia de “despotismo” como um mal real e que deve ser parado, e “liberdade” como um bem ideal, que deve ser buscado por todos. Em questões de *frequência*, na diacronia, “despotismo”, com mais de 200 repetições, lematizado em *déspota/despótico*, participa da mesma reação parabólica de “imperador” e “Brasil”, com altas taxas em inícios e finais do ano, porém quase desaparecendo em meados de 1823.

Pernambuco e **senhor**, ambas com cerca de 180 repetições cada, finalizam o grupo das PB. A começar por “Pernambuco”, lematizada em *pernambucanos*, esta é *ocorrência* que possui semelhança de sentido com *pátria/patriotas*. Por vezes, “Pernambuco” seria a “pátria” da qual fala o orador. São os “pernambucanos” um dos principais auditórios de seu discurso, e a “vontade de Pernambuco” ou “opinião dos pernambucanos”⁶⁰, um argumento de universalidade que escuda os pontos de vista de Cipriano. Utilizada muitas vezes desse modo, “Pernambuco”, com o passar do ano, apresenta um gráfico diacrônico decrescente, visto os temas do *Sentinela* migrarem, de notícias mais localizadas, como o caso das “cartas brancas” que geraram estado de “terror público” de Pernambuco entre os meses de março e maio, para notícias políticas de cunho nacional, como a análise do projeto de constituição redigido no Rio de Janeiro, por volta de outubro e novembro.

Já “senhor”, lematizado em *senhores/V.S. - Vossa Senhoria* -, seria empregado como uma importante tratativa de cordialidade de época, geralmente advindo anterior a nomes próprios, apresenta certa formalidade do discurso editorial de Cipriano Barata, seja referindo-se a autoridades políticas, a aliados e amigos próximos, até mesmo aos seus opositores.⁶¹

Em termos de frequência diacrônica, a ocorrência “senhor” demonstra-se em uma constância linear de uso, tornando-a uma PB, com uma redução

⁶⁰ “E o mais he, que não tenho remedio, se não condecender com a vontade de Pernambuco, pois estou nesta guarita, e à ella toca o meo primeiro grito de -- alerta” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 5, 23 de abril de 1823, p. 1).

⁶¹ “O Illustre Senhor Deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada apresentou no Congresso Soberano huma Mossão ou plano de Governo para as Provincias, que certamente parece o modelo do Governo arbitrario, e systema descarnado da mais arrojada tyrannia” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 19, 7 de junho de 1823, p. 6).

apenas em finais do ano, momento em que as edições do *Sentinela* se impregnam de um discurso muito mais incendiário e virulento, comprovando uma quebra desta cordialidade presente o ano todo em seus textos.

Seguindo na análise do grupo das PB, tanto **&c.** quanto **alerta!** seriam expressões muito utilizadas pelo orador, com uma média de 170 e 130 repetições, respectivamente. Ambas não possuem lematização, e foram empregadas sempre como complemento ou finalização de uma argumentação, no intuito de buscar a ênfase daquilo que está sendo falado.

A ocorrência “&c” faz parte de uma característica estilística do orador, que permeia seu jogo de predicativos repetitivos, finalizando-os com um “&c.”, a fim de demonstrar certo continuar argumentativo.⁶² Já o “alerta!”, quase sempre presente em formato de exclamação, em meio a uma frase de efeito, ao início ao final das edições, funciona como um imperativo que tem a função de alertar o auditório sobre algum assunto que Cipriano Barata identifica como de importância ou de sua preocupação pessoal. Os exemplos mais comuns no *corpus* seriam os de “alerta ao Brasil”, ao “alerta ao povo”, além dos políticos no geral, ao imperador e a figuras qual Cipriano julga necessário alertar de seus atos⁶³, para que estes não comprometam a defesa da liberdade e o combate ao despotismo.

O “alerta!” justifica ainda a existência integral do periódico como verdadeiro *Sentinela* que zela pela *liberdade*, ou seja, aquele que faz vigília, mantendo-se *na guarita* e combatendo com suas palavras os erros dos fautosos, tudo a partir da província de *Pernambuco*.

Logo, também se faz necessária explicação acerca das PC presentes como PB durante o *corpus* estudado, mas que detém a sua origem em meio às PdC, tais como: **imprensa** ⁶⁴, **prisão** ⁶⁵, **deputado**, **obediência**, **cega**,

⁶² “He confiar e obedecer cegamente a todos os Vossos Superiores, do primeiro athe o ultimo em geral; &c. (...) isto hé que os Soldados devem obedecer às ordens de Seos Superiores em todos os cazos e circunstancias, ainda que seja para matarem seos Paes, Parentes, e Amigos: ainda que seja para queimarem suas Cidades e devastarem sua patria &c. &c.” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 37, 9 de agosto de 1823, p. 1).

⁶³ “Deos de Mizericórdia, acordai o nosso Imperador, alias seremos ingulidos pela voragem que os Ministros tem aberto diante do Brasil! O’ do Imperador alerta! O’ do Brazil alerta!” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 16, 28 de maio de 1823, p. 1).

⁶⁴ Grafia original: Imprença.

⁶⁵ Grafia original: Prizão.

projeto⁶⁶, **artigos**, **leis**⁶⁷, **marotos**, **congresso**, **soberano**, **Pernambuco**, **bem**, **cartas** e **público**.

Pode-se dizer que a presença das PC em meio às PB se dá de forma mais localizada e específica do que no caso das PC relacionadas às PT. Doravante, a análise destas PC pode ser realizada mediante o agrupamento de *ocorrências* que se identificam entre si – em muitos casos, que dependem destas conexões, para que se torne possível desvelar seus reais sentidos em meio ao léxico.

Como é o caso das *ocorrências* **projeto**, **lei** e **artigo**, com uma mesma média de 100 repetições, e que são empregadas em conjunto, mais especificamente durante os meses de outubro e novembro de 1823, data de quando Cipriano Barata realizaria a sua já citada análise do projeto de constituição redigido no Rio de Janeiro. Somadas à PC “julgar”, estas três *ocorrências* compõem uma das frases que definem o teor das últimas edições do *Sentinela*: “julgar as leis e artigos do projeto de constituição”.⁶⁸

Dentre estas, a que mais teria uso em outras situações seria a *ocorrência* “lei”, lematizada em *legislação*, para fins de análise dos trabalhos legislativos do soberano congresso do Rio de Janeiro, no decorrer do ano. As outras duas, “projeto” e “artigo”, teriam sua taxa de *frequência* exclusiva para os últimos meses de 1823.⁶⁹

Seguindo nesta mesma esteia, as PC **obediência** e **cega**, com cerca de 90 e 60 repetições, respectivamente, apresentam a mesma relação de identificação. Não lematizadas e de baixa frequência diacrônica quando comparadas com outras PC incluídas na mesma categoria arritmo-semântica, tornam-se parte de um dos temas mais marcantes do ano em Cipriano Barata, que seria a sua análise do governo das armas, onde o mesmo discute os males advindos de se “obedecer cegamente” aos governadores militares e ao governo do Rio de Janeiro.⁷⁰

⁶⁶ Grafia original: Projecto.

⁶⁷ Grafia original: Leys.

⁶⁸ “Prosseguindo na analize ou exame do Projecto da Constituição sigamos os de mais Artigos; &c” (*SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO*, n. 56, 22 de outubro de 1823, p. 1).

⁶⁹ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

⁷⁰ “Eu seria infinito se pertendesse apresentar todos os males que tem cauzado a obediencia cega, tão gabada pelos tyrannos, e tão proclamada pelos Chefes Militares, só porque essa

Por fim, pensando-se em uma análise de inícios do ano, durante os primeiros meses de circulação do *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, constatou-se a presença de algumas *ocorrências* chaves que não viriam a manter certa constância diacrônica em outros momentos. Seriam elas **prisão**, **imprensa** e **cartas**, todas com uma média de 70 repetições.

Destas três, a única lematizada seria “prisão”, na forma de *prender/preso*. De todos os empregos possíveis para a *ocorrência*, os que mais se destacaram foram nas relações com “imprensa”. A “prisão da imprensa”⁷¹ se mostra como um ponto fraco do orador, durante os meses de março e abril, momento em que seu discurso se intensifica contra o ministério do Rio de Janeiro, de quem adviria as chamadas “cartas brancas”⁷², espécie de leis em branco quais os ministros emitiram para que os governadores das províncias pudessem aplicar medidas consideradas pelo orador como de origem despótica.

A somatória dos sentidos de “prisão”, “imprensa” e “carta”, durante esta conjuntura, seria uma das principais bases argumentativas para se justificar o estado de “terror público” qual Pernambuco estaria vivenciando, segundo Cipriano Barata.⁷³

Outra relação de identificação muito presente durante o ano todo no léxico do orador é entre as *ocorrências* **congresso** e **soberano**, ambas com mais de 120 repetições e não lematizadas. Estas se fazem presentes diacronicamente durante o ano todo, em taxas de *frequência* dinâmicas que

obediencia cega he favoravel ao seo orgulho” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 37, 9 de agosto de 1823, p. 2).

⁷¹ “A escandaloza prizão da imprensa no Rio de Janeiro, reunida com a falta de segurança individual, ou pessoal para se escrever, ler, e falar com liberdade, fazem que todos andem inquietos, e aflictos em Pernambuco” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 19, 7 de junho de 1823, p. 1).

⁷² “Ha dias que se espalhou aqui hum rumor summanente perigozo, a que muitas pessoas cordatas tem acudido, a fim de desvanecerem as consequencias de tão funesta intriga. He o cazo: que do Rio de Janeiro tinhão chegado trez -- Cartas brancas -- (especie de Letres de cachet em francez) ou Decretos clandestinos escriptos só pela vontade do Ministro d’Estado sobre a memoria, discripção, arbitrio, e vontade de huns homens” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 7, 26 de abril de 1823, p. 1).

⁷³ “A palavra terror publico, que (?) o de que tractamos aqui, significa hum medo horrivel que se apodera de qualquer povo por meio de procedimentos crueis e perseguições do Governo” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 1).

aumentam ou diminuem conforme os temas do periódico se tornam ou deixam de ser as atitudes adotadas pelo governo do Rio de Janeiro.⁷⁴

Na mesma via que estas, a *ocorrência* **deputado**, com mais de 100 repetições e não lematizada, também possui uma taxa de *frequência* dinâmica e esporádica durante o ano todo, relacionando-se diretamente com temas que dizem respeito a assuntos de governo. Entretanto, “deputado” ainda possui relações de oposição com “ministro”, muitas vezes identificando-se com o grupo do “nós”, contra o “eles” Ao final do ano, “deputados” será sempre associado à “prisão”, no sentido de “deputados presos”⁷⁵, aludindo ao calar-se dos deputados do soberano congresso que permitiram a aprovação de um projeto de constituição despótico e tirânico, na visão de Cipriano Barata.

Outra PC de aparecimento localizado, porém com aumentos de taxa de *frequência* em finais do ano, é **marotos**. Numa média de 90 repetições, não lematizada e associada diretamente como predicativo de “português”, significando a natureza do inimigo do orador e, conseqüentemente, de todo e qualquer patriota ou liberal.⁷⁶ É pelo adjetivo de “maroto” - vezes, também sinônimo de “marinheiro” – que Cipriano Barata recorre ao *ad hominem* para descaracterizar seus opositores.

Dando sequência à análise, **público** é outra PC com cerca de 110 repetições, apresentando duas lematizações, uma de campo semântico, na espécie de *público* (bens públicos e órgãos públicos) e outra de campo léxico, na forma de *público* (opinião pública). A *ocorrência* em questão, de baixa *frequência* diacrônica, vem associada diretamente aos conceitos de “povo”, “popular” e “população”.⁷⁷

⁷⁴ “Viva a união, Viva o Soberano Congresso; Viva o Imperador Constitucional, liberal; morra o Governo absoluto, morra morra. O’ das Províncias alerta!” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 38, 13 de agosto de 1823, p. 4).

⁷⁵ “O Projecto tem decedido, que os Aristocratas monstruosos forcejão para levantar os altares do Despotismo; e que he por isso, que já se trama levar por violencia das armas os Deputados para o Congresso, em ar de Recrutamento forçado” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 62, 5 de novembro de 1823, p. 2).

⁷⁶ “Vivão as nossas Cortes Liberaes Constituintes Brasileiras – Morrão os Marotos e Marinheiros que forem traidores a nossa Pátria commum o Brazil” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, Idem. n. 10, 7 de maio de 1823, p. 3).

⁷⁷ “Em fim eu não creio na existencia de taes cartas brancas (...) para o Governo Provisorio surprehender, perseguir, ou degradar, ou mesmo matar occultamente a hum paizano honrado, ou Empregado publico só porque fala com alguma liberdade” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 7, 26 de abril de 1823, p. 2).

Por fim, **bem**, com 70 repetições e não lematizada, é predicativo usado a fim de intensificar ou justificar argumentos prévios. Cipriano Barata o inclui quando realiza a defesa de algum ponto de vista, anexando o “bem” ao final de sua argumentação, e, às vezes, continuando com a disforização daquilo que para si pode ser considerado como “mal”. Resumidamente, “bem” participa de um jogo de argumentação próprio.

Com isso, ainda restariam as outras PdC que não se encontram deslocadas no grupo de PC, sendo por isso de utilização assaz específica e localizada, empregadas no complemento de discursos pré-estabelecidos, entre temas e bases arritmo-semânticas. Seriam elas as *ocorrências* de **direitos**, **absoluto**, **ordem** e **homens**.

Direitos é um substantivo com uma média de 100 repetições, usado no sentido ideal de “direitos de algo/alguém”⁷⁸, como uma garantia fundamental de defesa de um ponto de vista. Suas maiores aparições se encontram nos finais do ano quando Cipriano vem a tratar da análise do projeto de constituição.⁷⁹

Absoluto, com 90 repetições, é usado tanto como substantivo quanto como adjetivo, sendo *ocorrência* lematizada em *absolutismo*, associada à ideia de “despotismo”. Apesar de ambos, “absolutismo” e “despotismo”, não possuírem o mesmo significado teórico, na prática, Cipriano Barata os inclui na mesma esteia. Os usos mais comuns de “absoluto” demonstram-se na forma de “governo absoluto”, “imperador absoluto” ou “absolutismo europeu”⁸⁰. Através da associação direta com “despotismo”, a ocorrência se inclui no grupo do “eles”, além de que é possível se observar um paralelo semântico entre as oposições de liberdade/despotismo e liberal/absoluto.

Ordem faz alusão ao verbo lematizado *ordenar*, e a um substantivo, com cerca de 90 repetições. Em Cipriano Barata, muito se fala, em alguns momentos do ano, acerca da “ordem” como um ideal a ser buscado ou um

⁷⁸ “Para que se fala em recrutamento forçado, que exige faser excepçoens nos direitos individuaes dos Cidadãos. Em o nosso Governo Representativo tudo se deve fazer respeitando os direitos individuaes, e a Liberdade e igoaldade civiz dos homens” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 56, 22 de outubro de 1823, p. 3).

⁷⁹ Ver as tabelas nas páginas 73-78.

⁸⁰ “Agora passemos ao Artigo 34, que se pode chamar o Ante Christo do Despotismo, o Percussor do Governo Absoluto e da tyrannia” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 59, 25 de outubro de 1823, p. 3).

preceito normativo que deve reger a atitude dos políticos e da população em geral.⁸¹

Enfim, a última PdC a ser analisada é o substantivo **homens**, não lematizada e com uma média de 90 repetições. “Homens” possui uma *frequência* diacrônica localizada, de baixa utilização, mas que se associa a duas ideias: a de “homem da política”, e a de “humano”.

No primeiro caso, “homens” é o substantivo utilizado pelo orador para se referir aos sujeitos políticos em geral, opondo-os ao conceito de “pessoas”, que visa tratar da população civil.⁸² No segundo caso, “homens”, enquanto seres humanos, é *ocorrência* que está inclusa em discussões de cunho iluminista, conjuntamente com “direitos” e “leis”, que deveriam proteger a essência daquilo que seria para o orador, a humanidade.⁸³

Em questão às PC que se encontram em meio ao grupo das PdC, estas não serão pormenorizadas neste momento, visto serem de uso extremamente restrito e que não contribuem consideravelmente para os estudos lexicais acerca de Cipriano Barata e do *Sentinela*. Em níveis de catalogação, são estas as *ocorrências* de: terror, Bahia, contra, bases⁸⁴, negócios, todos, mal, vós, rei, general, opinião, segurança, cidadão, sociedade, provisório⁸⁵, civil, escravos, fora, soldado, assembleia, crime, espião, réis, desembargador⁸⁶, dinheiro, federação, despacho, devassa, advogado, sistema⁸⁷, império, militar, poder, autoridade⁸⁸, comissão, nada, razão, exército, assassinar e tirania⁸⁹.

⁸¹ “Esta Província [Paraíba] marchando na melhor ordem foi interrompida pela seducção abominavel, do seo Ex Governador das Armas o Infame Albuquerque” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 52, 1º de outubro de 1823, p. 3).

⁸² “(?) desta casta de homens infames que uzão os Governos dispoticos para atacarem os direitos e prerogativas dos homens (...) estes homens abominaveis são as rodas e molas das machinas dos Despotas para aniquilarem as leis da Sociedade e manterem os tramas mais perfidos contra os direitos dos homens” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 09, 03 de maio de 1823, p. 3).

⁸³ “coitados! Porque se a Constituição he feita a vontade dos Ministros: isso não he Constituição; he captiveiro desfarçado debaixo de sertas formalidades; he illusão para gentes desacauteadas, aterradas; he violação dos mais sagrados inalienaveis direitos do homem social” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 2).

⁸⁴ Grafia original: Bazes.

⁸⁵ Grafia original: Provizorio.

⁸⁶ Grafia original: Dezembargador

⁸⁷ Grafia original: Systema

⁸⁸ Grafia original: Authoridade.

⁸⁹ Grafia original: Tyrannia.

3.2 Tabelas lexicométricas: estruturação e funcionamento do discurso

Em vias de validar o exposto até aqui, abaixo seguem duas tabelas lexicométricas detalhadas, cada qual subdividida em sessões diacrônicas, na horizontal, separadas em períodos médios de quinze a quarenta dias – quarenta para a primeira tabela, de escala 1/5; e quinze para a segunda tabela, de escala 1/10 –, escalonadas, em vertical, pelas categorias arritmo-semânticas já quantificadas pelas taxas de *frequência* lexical. A análise parte da quinta edição do *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, visto que as quatro primeiras edições não se encontram disponíveis na íntegra, no site da Biblioteca Nacional Digital. De qualquer forma, as edições faltantes não atrapalham o andamento da pesquisa, visto se tratar de um *corpus* coeso, contínuo e passível de lexicometria.

Após a primeira coluna, denominada (05-66) – que cobre as edições a um nível anual de análise, da quinta à sexagésima sexta edição – segue-se para as subdivisões, de quarenta dias (primeira tabela, com cinco subdivisões) e quinze dias (segunda tabela, com dez subdivisões). As *ocorrências* estão organizadas em uma ordem decrescente, onde as PT, PB e PdC apresentam maiores taxas de repetição quanto mais próximas estiverem do topo das tabelas, e, conseqüentemente, menores taxas de repetição quanto mais distantes estiverem do respectivo topo.

A título de exemplo, ao se analisar a subdivisão da primeira tabela que abarca o período entre 23 de abril e 18 de maio de 1823, cobrindo o espaço textual da quinta à décima-sexta edição, a *Palavra-Tema* (PT) “imperador” apresenta-se muito mais repetida dentro do léxico para o mesmo período do que a *Palavra-de-Characterização* (PdC) “alerta!”.

Além disso, as denominadas *Palavras-Chave* (PC), ou seja, aquelas *ocorrências* que se comportam de forma deslocada de sua categoria arritmo-semântica original, visto serem específicas para aqueles momentos históricos, onde se mostram mais presentes, encontram-se **negritadas** nas duas tabelas a seguir. Exemplificando, a PC **armas**, apesar de originalmente se comportar como uma PB na coluna anual, demonstra-se como PT na subdivisão (31-42) da primeira tabela, que abarca o período de 19 de julho a 27 de agosto de 1823.

No mais, seguem-se as referidas tabelas:

Primeira tabela (23 de abril a 19 de novembro de 1823): escala de 1/5, período médio de quarenta dias por subdivisão.

N° Edições	(05-66)	(05-16)	(17-30)	(31-42)	(43-54)	(55-66)
dd/mm	23/abr-19/nov	23/abr-28/mai	31/mai-16/jul	19/jul-27/ago	30/ago-08/out	11/out-19/nov
PT	Nós	Imperador	Nós	Governo	Nós	Nós
	Governo	Brasil	Províncias	Nós	Governo	Liberdade
	Liberdade	Governo	Imperador	Armas		Imperador
	Imperador	Nós	Rio de Janeiro			Julgar
	Províncias	Liberdade	Liberdade			Povo
	Brasil	Constituição	Constituição			Governo
		Ministério	Ministério			Brasil
		Povo	Brasil			Províncias
PB	Povo	Despotismo	Governo	Liberdade	Províncias	Projeto
	Constituição	Imprensa	Despotismo	Províncias	Brasil	Artigos
	Rio de Janeiro	&c.	Portugal	Obediência	Liberdade	Leis
	Ministério	Pátria	Deputado	Cega	Imperador	Constituição
	Pátria	Prisão	Povo	Ministério*	Povo	&c.
	Portugal	Rio de Janeiro	Pernambuco	Pátria	Portugal	Marotos
	Despotismo	Senhor	Senhor	Portugal	Armas	Despotismo
	Pernambuco	Pernambuco	Congresso		Pátria	Rio de Janeiro
	Senhor	Províncias	Soberano		Alerta	Absoluto
	Armas	Bem	Pátria			
		Carta				
		Público				
	&c.	Terror	Público	&c.	Rio de Janeiro	Direitos
	Alerta	Bahia	Bases	Ordem	Constituição	Vós
	Soberano	Contra	Negócios	Despotismo	Pernambuco	Escravos
	Leis	Padilha	Todos	Rio de Janeiro	Absoluto	Alerta
	Público	Alerta	Mal	Civil	Senhor	Fora
	Congresso	Vós	Rei	Pernambuco	Congresso	Homens
	Julgar	General	Opinião	Senhor	Ministério	Pernambuco
	Direitos	Segurança	Bahia	Povo	Soberano	Obediência
	Deputado	Armas		Brasil	Ordem	Pátria
	Artigos	Cidadãos		Bem	&c.	Senhor
	Projeto	Sociedade		Público		Soberano
	Absoluto	Provisório		Imperador		Assembleia

PdC	Ordem	Homens		Soldado		Crime
	Obediência	Espião		Réis		Desembargador
	Marotos	Dinheiro		Constituição		Federação
	Homens	Despacho		Mal		Ministério
		Devassa		Congresso		Cidadãos
		Advogado		Rei		Sistema
		Civil		Leis		Portugal
		Império		Militar		Poder
		Autoridade		Segurança		Comissão
		Nada		Razão		
		Exército		Assassinar		
		Tirania				
		Escravos				
		Deputado				
		Ordem				

Parte 1 da segunda tabela (23 de abril a 6 de agosto de 1823): escala de 1/10, período médio de quinze dias por subdivisão.

N° Edições	(05-66)	(05-10)	(11-16)	(17-24)	(25-30)	(31-36)
dd/mm	23/abr-19/nov	23/abr-07/mai	10/mai-28/mai	31/mai-25/jun	28/jun-16/jul	19/jul-06/ago
PT	Nós	Imperador	Imperador	Constituição	Nós	Governo
	Governo	Governo	Liberdade	Imperador	Rio de Janeiro	Nós
	Liberdade	Nós	Brasil	Nós	Províncias	Liberdade
	Imperador	Brasil	Imprensa	Liberdade	Brasil	Pátria
	Províncias	Carta	Senhor	Províncias	Senhor	Ministério
	Brasil	Constituição	Governo	Ministério		Despotismo
		Ministério	Nós	Povo		Senhor
		Liberdade	&c.	Rio de Janeiro		Rio de Janeiro
		Povo	Despotismo			Províncias
		Pátria	Prisão			Imperador
		Terror	Bem			Povo
		Rio de Janeiro	Ouvidor			
		Províncias	Ministério			
			Povo			
	Povo	Pernambuco	Constituição	Deputado	Pernambuco	Brasil
	Constituição	Homens	Rio de Janeiro	Pátria	Portugal	Pernambuco
	Rio de Janeiro	Vós	Pátria	Brasil	Governo	Portugal
	Ministério	Despotismo	Padilha	Despotismo	Imperador	Rei
	Pátria	Espíões	Bahia	Congresso	Ministério	Assassinar
	Portugal	Ordem	Contra	Governo	Despotismo	Carta

PB	Despotismo	Cidadãos	Sociedade	Soberano	Deputado	Congresso
	Pernambuco	Direitos	Público	Portugal	Liberdade	Homens
	Senhor	General	Pernambuco	Rei	Público	Razão
	Armas	Prisão	Advogado	França		Bem
		Alerta	Despacho			Constituição
		Comandante	Armas			Deputado
		Exército	Nada			Iturbide
						Paraíba
						Direitos
						Olhar
						Alerta
						Armas
						Escravos
						Público
PdC	&c.	Público	Deputado	Sistema	Bahia	Ilustração
	Alerta	Perdão	Segurança	Mal	Bases	Querer
	Soberano	Escravos	Pedroso	Bem	Povo	Corcunda
	Leis	Matar	Olhar	Espanha	Banco	Deus
	Público	Guerra	Boticário	Público	Soberano	Nulidade
	Congresso	Segurança	Felicidade	Todos	Constituição	Antigo
	Julgar	Tirania	Injúria	Nação	Negócios	Militar
	Direitos	Provisório	Províncias	Ideia	Congresso	Padre
	Deputado	França	Devassa	Ilustração	Labatut	Cortes
	Artigos	Exaqui	Portugal	General	Bispo	Tempo
	Projeto	Europeus	Palavra	Carta	Cortes	Abaixo
	Absoluto	Autoridade	Civil	Imprensa	Opinião	Império
	Ordem	Querer	General	Pernambuco	&c.	&c.
	Obediência	Perseguição	Coarctar	Guerra	Todos	Palavra
	Marotos	Império	Colônia			Perigo
	Homens	Espécie	Alerta			Leis
		Devassa	Aquele			Tirania
		Nação	Súdito			Estado
		Poder	Leis			Amigos
		Pessoas	Defesa			Civil
		Armas	Provisório			Porque
			Mal			Bases
			Atestado			Absoluto
			Excelentíssima			Andradas
			Sentinela			Trono
			Primeiro			México
			Império			Negócios
			Petulante			Mal
			Cortes			
			Benemérito			
			Ideias			

		Gazeta			
		Folheto			
		Congresso			
		Caxoeira			
		Autoridade			
		Marotos			

Parte 2 da segunda tabela (9 de agosto a 19 de novembro de 1823),
escala de 1/10, período médio de quinze dias por subdivisão.

N° Edições	(05-66)	(37-42)	(43-48)	(49-54)	(55-60)	(61-66)
dd/mm	23/abr-19/nov	09/ago-27/ago	30/ago-17/set	20/set-08/out	11/out-29/out	01/nov-19/nov
PT	Nós	Governo	Nós	Nós	Julgar	Nós
	Governo	Armas	Governo	Liberdade	Nós	Imperador
	Liberdade	Obediência		Brasil	Artigos	Governo
	Imperador	Cega		Governo	Povo	Liberdade
	Províncias	Nós		Imperador	Liberdade	Povo
	Brasil					Constituição
PB	Povo	Liberdade	Províncias	Províncias	Províncias	Marotos
	Constituição	Províncias	Brasil	Portugal	Projeto	Províncias
	Rio de Janeiro	Ordem	Imperador	Constituição	Brasil	Rio de Janeiro
	Ministério	&c.	Armas	Povo	Leis	Projeto
	Pátria		Liberdade	Pernambuco	Governo	Alerta
	Portugal		Povo	Pátria	&c.	Brasil
	Despotismo		Pátria	Rio de Janeiro	Obediência	Leis
	Pernambuco		Brasil	Alerta	Despotismo	Vós
	Senhor			Senhor	Crime	Pernambuco
	Armas			Guerra	Desembargador	Absoluto
						Fora
						Pátria
						Senhor
						Ministério
						&c.

						Escravos
						Poder
PdC	&c.	Ministério	Alerta	Rei	Constituição	Soberano
	Alerta	Civil	Rio de Janeiro	Almeida	Direitos	Frades
	Soberano	Portugal	Ministério	Absoluto	Imperador	União
	Leis	Soldado	Congresso	Armas	Homens	Representar
	Público	Réis	Direitos	Paraíba	Imprensa	Assembléia
	Congresso	Segundo	Inimigos	&c.	Justiça	Deputado
	Julgar	Autoridade	Ordem	Marotos	Cidadãos	Direitos
	Direitos	Pátria	Soberano	Sistema	Tirania	Ordem
	Deputado	Mal	Absoluto	Prisão	Recrutamento	Despotismo
	Artigos	Segurança	Civil	Cruz	Fora	Nação
	Projeto	Excelentíssima	Soldado	Vivas	Segundo	Deus
	Absoluto	Público			Despesas	Artigos
	Ordem	Justiça			Monopólio	Federação
	Obediência	Imperador			Força	Sistema
	Marotos	Opinião				Portugal
	Homens	Bem				Hábito
						Comissão
						Império
						D. João VI
						Título

3.3 Relações lexicais: os gráficos de *frequência diacrônica*

Feita a apresentação das tabelas lexicométricas, em tópico anterior, faz-se apreensível partes da organização lexical de Cipriano Barata durante o ano de 1823. Todavia, valer-se apenas dos dados expostos nas referidas tabelas é tornar insuficiente a visualização das relações lexicológicas entre as *ocorrências* do *corpus* em questão.

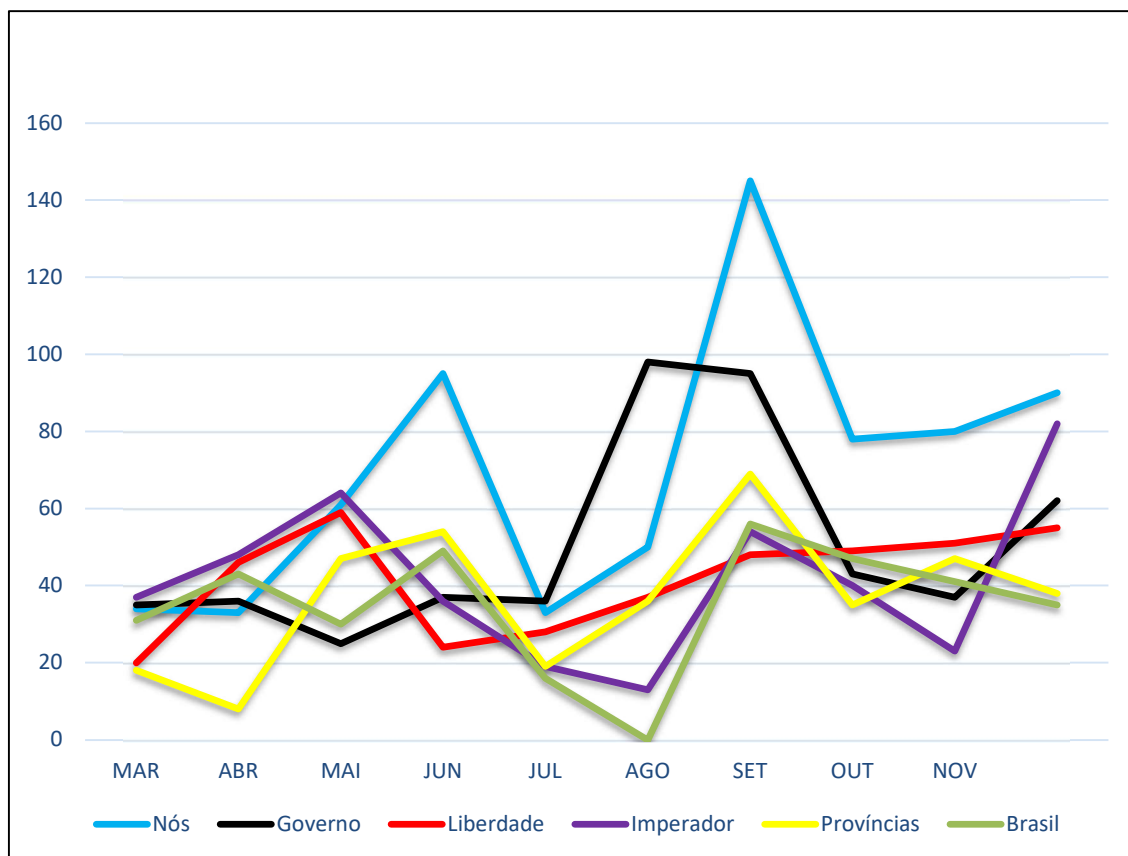
Para tal, recorre-se ao uso de modelos de análise baseados em gráficos comparativos, entre certos grupos de *ocorrências*, que possuem relações de *associação*, *oposição* e *identificação*, assim como prevê o método do historiador francês Jean Dubois, já citado anteriormente.⁹⁰

Os gráficos que se seguem, procuram demonstrar alguns aportes possíveis de serem feitos, na comparação entre termos que se repetiram ao decorrer do ano, e que foram selecionados em referência às relações que mantiveram entre si naquele período de tempo.

A partir deste ponto, serão chamadas de “tabelas de frequência diacrônica” os gráficos que buscam expressar as mesmas listagens de *frequência* lexicométrica (eixo vertical) trabalhadas em tópico anterior, a partir de uma relação diacrônica que abarca temporalmente os meses de março a novembro de 1823 (eixo horizontal), inclusas em uma lógica de relação de palavras, do método de Jean Dubois.

Iniciando essa sessão analítica, pode-se partir da comparação entre as diferentes Palavras-Tema do *Sentinela*, e que de primeiro momento já demonstram a singularidade da utilização do tema “nós”, principal discurso de Cipriano Barata em todas as suas 66 edições, apresentando picos de utilização lexical durante os meses de maio, junho, setembro e novembro de 1823.

⁹⁰ Dubois, em sua obra, fornece um modelo de categorias que são aptas a decifrar o campo lexical inerente ao discurso, pautando-se pelas redes de relações entre palavras, podendo ser elas de *associação*, *oposição* e *identificação*. Para maiores explicações em relação ao método de Jean Dubois, ver: Cardoso; Vainfas, 1997, p. 292-293.



Do uso excessivo do “nós” durante as edições do *Sentinela*, já se falou em tópicos anteriores, na referida tentativa de Cipriano Barata de se identificar e se misturar com o discurso de seus leitores.⁹¹ O que chama a atenção neste ponto é o fator de queda do tema “nós” nos meses de julho e outubro daquele ano.

A primeira queda se explica pela mudança repentina da temática principal dos enunciados de Cipriano, que se voltam para as críticas acerca da instituição do cargo de “governador das armas” a níveis provinciais, no que é nítida a ascensão, neste mês, do tema “governo”, que deixa a sua constância diacrônica anual (média de 40 repetições mensais) para um pico de quase 100 repetições durante os meses de julho, agosto e setembro.

Já a segunda queda do tema “nós”, durante a passagem do mês de setembro a outubro, é referência a um momento em que não há, especificamente, um tema a ser trabalhado por sua gazeta. Tal questão irá ser esmiuçada em um tópico futuro, mas o que se pode apreender daqui, é a

⁹¹ Ver páginas 58-59. Para um exemplo prático de sua utilização, ver a página 114.

inexistência de um assunto fixo nas páginas do *Sentinel*a no decorrer do mês de outubro, no que quase a totalidade dos temas lexicais apresenta quedas de *frequência* neste período, com exceção do tema “liberdade”, que manteve-se estável.

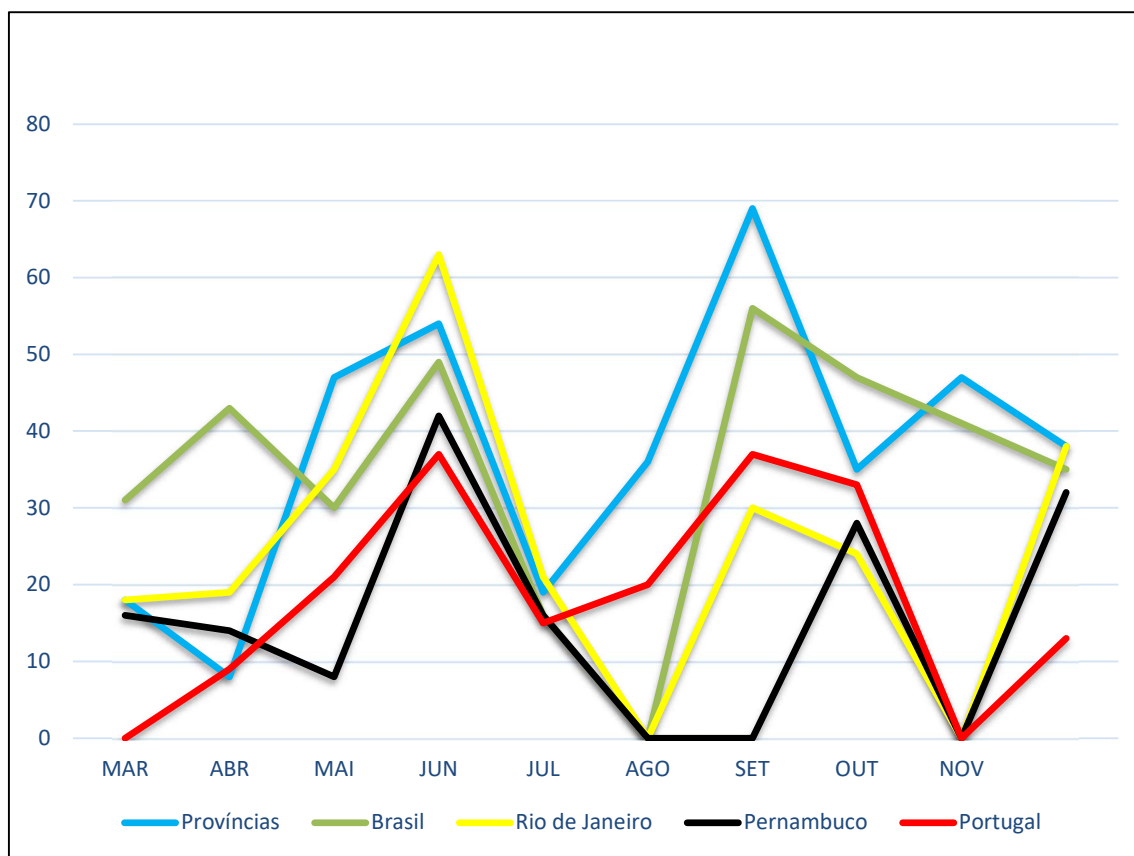
Outro tema passível de análise neste momento é “imperador”, que, como já citado anteriormente, possui taxas de *frequência* maiores em início e finais do ano. Atenta-se aqui para o fato de que, em seu primeiro pico, nos meses de abril e maio, “imperador” está associado diretamente com o tema de “liberdade”, pois muito se fala em um imperador liberal, que defenderia a instituição da primeira constituição do Brasil. Em finais do ano, porém, a mesma ocorrência deixa de se associar a “liberdade” e passa a se relacionar com “despotismo”, Palavra-base que será analisada nas próximas páginas.

Por fim, uma última relação deste primeiro gráfico de *frequência* diacrônica, reside nos temas de “províncias” e de “Brasil”, que apresentam uma progressão relativamente paralela no decorrer de 1823, de maneira que ao se falar de liberdade e constituição para as províncias da América portuguesa, opunha-se à estas o conceito de Brasil unificado. Esta oposição se torna clara em finais do ano, quando se inclui o termo “federalismo” na questão.

As pequenas variações de taxa de *frequência* entre estes temas, justifica-se a partir dos usos contextuais de ambos, no que, a exemplo do que ocorre nos meses de julho, agosto e setembro, ao se falar de “governadores das armas”, Cipriano Barata dialoga diretamente com as províncias, alertando-as do perigo de tal cargo político-militar, deixando de tratar de temas relacionados à centralização de poder que a palavra “Brasil” poderia vir a expressar. Nesta mesma medida, Imperador também é tema deixado de lado durante aqueles meses.

Em relação a essa questão, um segundo gráfico de *frequência* diacrônica pode ser analisado, vindo a tratar de certas *oposições* e *associações* possíveis, entre algumas localidades trabalhadas pelo discurso de Cipriano Barata, através de um certo “sentimento de pertencimento”, como

definira a historiadora Lucia Neves, em sua obra *Corcundas e constitucionais: cultura política da independência do Brasil (1822)*.⁹²



Através das relações de *oposição* entre as *ocorrências* de “províncias”, “Rio de Janeiro” e “Brasil”, e com a inclusão das *associações* “Pernambuco” e “Portugal”, foi possível vir a se pensar em um gráfico de *frequência* diacrônica que levou em consideração certo sentimento de pertencimento, presente no discurso do *Sentinela*.

Em suas gazetas, o editor buscou identificar a si, e a seu público leitor, como favoráveis ao bem estar das referidas “províncias”, em especial, a de “Pernambuco”, e desfavoráveis às ideias de “Rio de Janeiro” e “Portugal”. No caso de “Brasil”, o sentimento altera-se com o decorrer do ano, oscilando entre a defesa da causa imperial brasileira e o ataque ao despotismo dos ministros

⁹² No decorrer do contexto político e histórico dos anos 1820, o sentido que se tinha das palavras “pátria” e “nação”, passa a alterar-se, na medida em que o movimento vintista avançara, através do reformismo advindo das Luzes portuguesas. Acerca da alternância de significados destes termos, através dos novos ideais de “patriotismo” e “nacionalismo”, ver Neves, 2003. p. 204-212.

que impunham um controle estatal, a partir de um Brasil centralizado na corte fluminense.

Um primeiro ponto de interesse dessa análise reside nos picos de *frequência* da *ocorrência* “províncias”, que, durante os meses de maio e junho, apresenta relação de *oposição* direta à “Rio de Janeiro”, visto que se criticava a atitude dos ministros da corte fluminense, no controle que se era imposto aos governos provinciais. Já em finais do ano, a *oposição* passaria de “províncias x Rio de Janeiro”, para “províncias x Brasil”, momento em que Cipriano Barata começa a sua defesa de um sistema federalista de governo, opondo os interesses das ditas províncias para com o nascente governo imperial brasileiro.

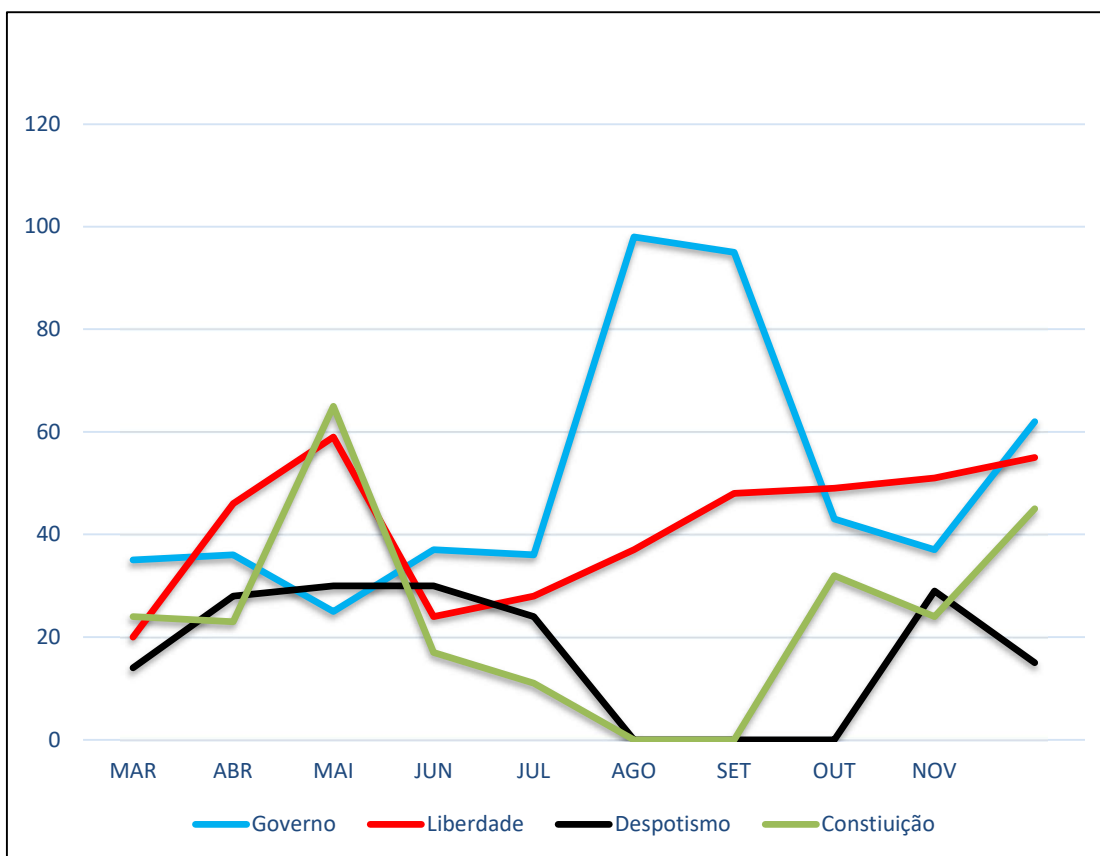
Nota-se ainda que, neste primeiro momento de *oposição* entre “províncias” e “Rio de Janeiro”, a *ocorrência* “Pernambuco” é palavra que apresenta grande aumento em suas taxas de *frequência*, de forma que, quando Cipriano Barata vinha a falar das mazelas do governo “despótico” do Rio de Janeiro, este queria dizer menos acerca do bem-estar das províncias como um todo e mais sobre a necessidade de se preservar os valores “liberais” da elite pernambucana, qual era integrante.

Um segundo momento de maiores utilizações da *ocorrência* “Pernambuco” é observado no mês de outubro, período em que há a inexistência de um tema fixo para a sua gazeta, no que o *Sentinel*a teria que se voltar para assuntos da política local de Pernambuco, para fazer render as suas páginas.

Já “Portugal” é *ocorrência* utilizada sempre quando se quer criticar o “inimigo português”. Seus picos de *frequência* em maio e junho, fazem alusão à construção do discurso dos chamados “ministros portugueses”, quais Cipriano Barata identifica como partidários dos irmãos Andrada, na sede do governo do Rio de Janeiro. Em agosto, setembro e outubro, ao trazer notícias da Europa, acerca do liberalismo peninsular, o editor faz da *ocorrência* “Portugal” termo de grande repetição em seu discurso.

Além destas, outra comparação que pode ser realizada, é a que analisa as relações entre os conceitos de “liberdade” e “despotismo”, lematizadas, respectivamente, em “liberal” e “despótico”, nas suas relações de *identificação*

com o tema de “governo”, juntamente com a utilização da Palavra-chave “constituição”.



A partir dos resultados obtidos com esta comparação de taxas de *frequência*, chega-se à conclusão de que em inícios do ano, Cipriano Barata se utiliza das *ocorrências* “constituição” e “liberdade” de maneira acentuada, e as inclui em uma relação de *associação* que faz o seu discurso orbitar, até finais do mês de maio, em uma defesa de um ideal de “constituição liberal” para o Brasil.

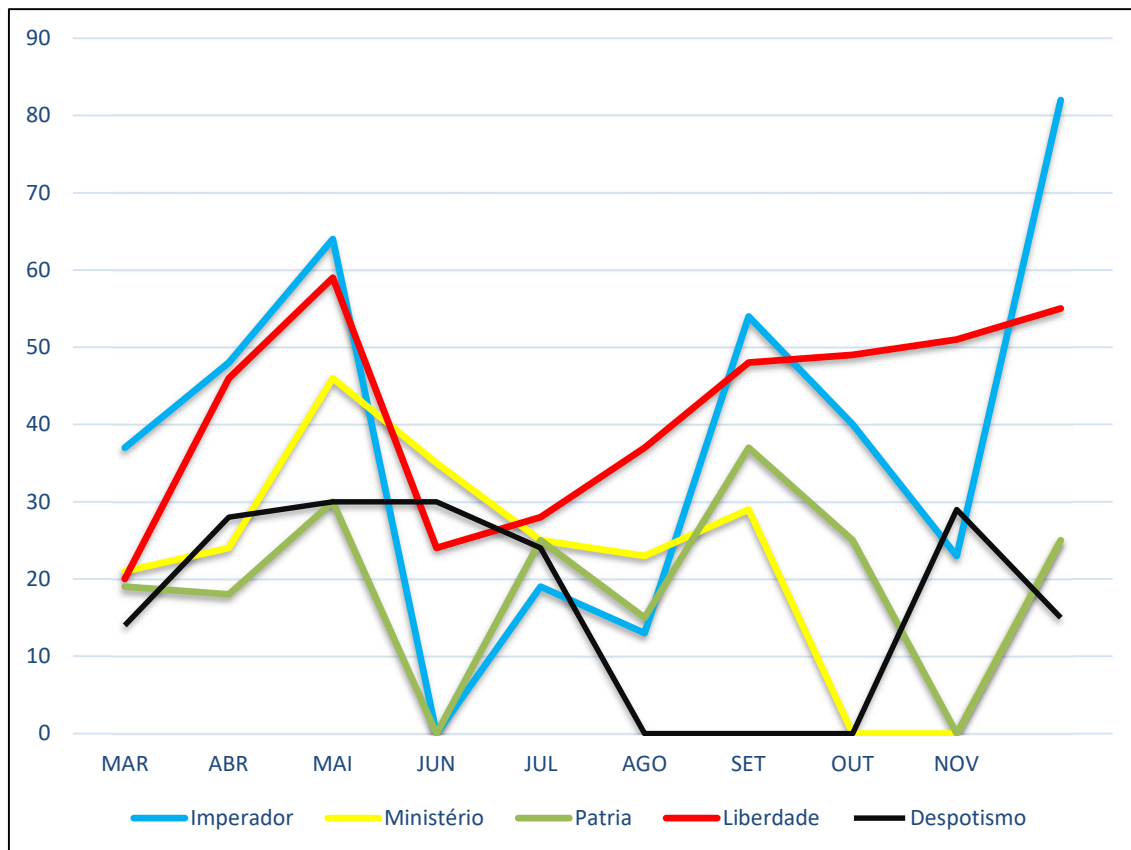
Já em finais do ano, quando critica o projeto constitucional que um dia defendeu, as *ocorrências* em destaque são as de “governo” e “liberdade”, e não mais a de “constituição”, que, apesar de se estar sendo analisada e apresentar um aumento na sua taxa de *frequência* diacrônica, perde quando comparada às outras duas, aludindo, talvez, a um sentimento federalista nascente em Cipriano, que defende a proeminência de um governo que seja, em sua visão, verdadeiramente liberal, estando este acima da validade do projeto

constitucional emitido pelo Rio de Janeiro, de onde surgiriam os seus clamores por uma secessão armada, em inícios do mês de novembro.

Da comparação entre as *ocorrências* de “liberdade” e “despotismo”, além do que já foi exposto durante tópicos anteriores, constata-se a presença de uma relação de *oposição* constante entre as suas diferentes lematizações, desde “liberal” e “despótico”, “liberdade” e “despotismo”, até “liberais” e “déspotas”, e que tem o seu auge dentre os meses de junho e julho. Após isso, o editor defende muito mais a liberdade do que ataca o despotismo, seguindo-se assim até finais do ano de 1823.

A constância da utilização de “governo” e “liberdade”, contrastando com a inconstância de “constituição” e “despotismo” pode vir a significar que a utilização destas últimas se dá apenas a níveis de figuras de retórica, no sentido de ataque a seus oponentes, identificando-os como despóticos e inconstitucionais, surgindo de maneira localizada no discurso de Cipriano Barata, diferente do que ocorre com as duas primeiras, a todo momento presentes em sua argumentação, de modo que - como se verá durante páginas do próximo capítulo, que visa uma análise de níveis retóricos do discurso - definem boa parte do ideal político do editor.

Aproveitando-se da relação de *oposição* entre “liberdade” e “despotismo”, propõe-se uma última análise lexicológica, entre a *oposição* das *ocorrências* de “imperador” e “ministério”, alicerçando-se pelo uso da Palavra-base “pátria”.



A começar por “imperador”, esta é *ocorrência* que se encontra em relação de *associação* a “liberdade”, especificamente durante os meses de abril e maio, quando muito se fala em uma constituição liberal para o Brasil, e que fosse encabeçada pelo imperador D. Pedro I, tido como um monarca liberal e defensor da vontade dos ditos “patriotas” brasileiros. Entretanto, em seu segundo pico de *frequência* diacrônica, no mês de novembro, “imperador” é associado diretamente à “despotismo”. No discurso de Cipriano Barata, há um constante desgaste da opinião deste para com D. Pedro I, visto cada vez menos como um defensor das liberdades do homem, e mais como um tirano, na medida em que o ano de 1823 avança.

Fator interessante de ser notado é o paralelismo presente entre as taxas de *frequência* de “imperador” e “pátria”. De alguma forma, para o editor há uma necessidade de se vir a falar em patriotismo, quando este cita as atividades e decisões emitidas pelo imperador D. Pedro I, seja a favor do mesmo, quando se está criticando o ministério do Rio de Janeiro, tecendo a tese de que os ministros chefiados pelos irmãos Andrada estão a enganá-lo, ou, em finais do

ano, em ataque direto à figura do imperador, opondo o sentimento dos ditos “patriotas” à figura imperial de D. Pedro I.

Acerca da *ocorrência* “ministério”, esta, que possui o seu pico de *frequência* durante o mês de maio, passa por uma queda gradual em sua utilização, até que, enfim chega a desaparecer após setembro. Este fato está conectado com a queda do ministério dos irmãos Andrada. Quando José Bonifácio, na visão de Cipriano Barata, não pode mais lhe ameaçar, tanto a si quanto a seu periódico, assim como havia acontecido com o editor do *A Malagueta*, não há mais a necessidade de vir a tratar em sua gazeta, dos trâmites do ministério do Rio de Janeiro.

Por fim, “despotismo”, além de todas as análises já feitas até este ponto, é *ocorrência* que quase chega a desaparecer do discurso do editor após a queda do ministério Andrada, e também com o fim do assunto do governo das armas por volta de setembro, vindo a retornar apenas em finais do ano com a análise do projeto de constituição e com as críticas ao imperador D. Pedro I.

Com tudo o que foi exposto até este momento, pode-se chegar a algumas conclusões acerca das características lexicais do editor analisado, e como estas se traduzem nas páginas de sua gazeta. A começar que, levando-se em consideração os resultados das pesquisas lexicométrica e lexicológica, alinhados com os gráficos de *frequência* diacrônica, edificou-se a imagem de um Cipriano Barata que tem como certo a sua inclusão em meio ao seu público leitor, como se ele, um homem “letrado” da imprensa brasileira, pudesse diluir-se neste conjunto de indivíduos da elite nortista, também letrada.

O uso constante do pronome “nós” atesta este fato, e, quando somado à utilização de outros termos, como os de “governo”, “liberdade”, “imperador”, “províncias” e “Brasil”, que são os grandes temas de seu discurso, demonstram a preocupação do editor em vir a tratar de assuntos de natureza política, prendendo-se no choque de oposições entre os interesses dos representantes provincianos e os objetivos do ministério reunido no Rio de Janeiro, como se este se dispusesse a se colocar em meio ao embate intraelitista, da elite pernambucana e paraibana, para com a elite fluminense.

A defesa exacerbada da palavra “liberdade”, acima dos ataques ao dito “despotismo”, comprova uma certa vontade de promover, através de uma

oratória propagandística⁹³, valores quais este julgava necessários a um estado imperial brasileiro. De certa forma, tal defesa alicerça-se àquilo que o seu público gostaria de ler, visto estar lidando com uma elite que se identifica como “liberal” e “patriota”. No mais, o conceito de “pátria”, quando presente em sua *Sentinel*a, faz alusão a uma ideia de Brasil unificado, mas não centralizado na província do Rio de Janeiro.

Como já especificado anteriormente, o federalismo de Cipriano Barata, se é que se pode tratá-lo desta maneira, não foi muito desenvolvido pelo autor, visto o fim abrupto de seu periódico em novembro de 1823. De todos os modos, a leitura do léxico de Cipriano levanta muitas questões além daquelas que foram desenvolvidas no decorrer do capítulo, não sendo possível esgotar tal assunto apenas mediante análise lexical. Contudo, o processo possibilita, e pede, por uma nova leitura, alicerçada nas teorias e métodos das análises do campo da nova retórica, focada nos estudos das estratégias argumentativas do discurso, e que será desenvolvida no próximo capítulo.

⁹³ Acerca dos diferentes tipos de discurso oratório empregados nos estudos da nova retórica, recomenda-se a leitura de Perelman; Olbreschts-Tyteca, 2005, p. 53-60.

Capítulo 4

“Ó do *Brasil!* Alerta!”: as estratégias argumentativas do “Sentinela”

4.1 As técnicas de retórica: argumentos, figuras e presunções

A partir do momento em que se constatou a possibilidade de se analisar as estratégias de um editor que, a todo momento tenta convencer os seus leitores da validade de seus argumentos, logo se pensou no campo da retórica como teoria base para tal atividade de pesquisa. Todavia, devido à abrangência deste campo, enquanto escola teórica de análise do discurso, teve-se que se situar a uma de suas vertentes, de modo que a mesma possibilitasse o dialogar com as páginas do *Sentinela*. Foi através da obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, do filósofo e jurista polonês, Chaïm Perelman, em coautoria com Lucie Olbreschts-Tyteca, que surgiram as primeiras abordagens ao inventário de técnicas de argumentação utilizado por Cipriano Barata.

Já no início de sua obra, Perelman deixa claro o objetivo do discurso retórico. Em sua visão, toda argumentação, que parte da escolha de premissas do pensamento, visa, em última instância, a “adesão dos espíritos”, daquele que discursa, ou seja, o orador, e daquele que apreende o discurso, logo, o auditório, de maneira que exista um “contato intelectual” entre ambas as partes.

Quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*. (PERELMAN, OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 16).

Para que tal contato ocorra, são necessárias algumas predisposições, que possibilitem a atividade argumentativa. Na visão de Perelman, são elas: a confirmação de que se compreende o que se é argumentado, seja a partir do emprego de um mesmo código linguístico e textual, ou seja, no uso de uma mesma língua comum, conhecida por todas as partes envolvidas na atividade discursiva; e a existência de certos acordos prévios a respeito de normas sociais e códigos de conduta moral, ou cultural, que possibilite o entendimento

ou choque de narrativas entre as partes (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 17-19).

Uma terceira predisposição exigida pela atividade argumentativa, segundo o autor, seria a de que “ouvir alguém é estar disposto a correr o risco de aceitar eventualmente o seu ponto de vista. Aquele indisposto a ouvir, é indisposto a argumentar, logo, não há argumentação com quem não ouve o outro” (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 19).

Definidas estas primeiras predisposições, segue-se para o que Perelman define como uma das mais importantes partes da atividade argumentativa, que é a “comunhão entre o orador e o seu auditório”. Na visão perelmaniana da retórica, o orador, figura que conduz a argumentação, é responsável pela construção do que vem a ser o seu auditório, no sentido de que, para se argumentar bem, deve se conhecer aqueles para quem se está falando (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 20-22), logo, Cipriano Barata, antes de argumentar em sua gazeta, levava sempre em consideração como o seu auditório, a elite letrada nortista, reagiria aos seus pensamentos.

Valendo-se do pensamento de que cada meio social é possuidor de opiniões dominantes, premissas, convicções e “costumes” aceitos, conclui-se que a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhes são destinados, de forma que não somente o orador influencia as opiniões de seu auditório, mas que o contrário também ocorre (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 23-26).

No caso do *Sentinela*, não é somente este que persuade a opinião da elite letrada que o lê, mas também é persuadido por aquilo que os seus leitores tem por interesse, além do conjunto de valores quais estes desprezam. Em uma constante atividade de policiamento do próprio discurso, Cipriano molda-se, apresentado certa plasticidade de ideias, para se manter alinhado ao seu auditório, ganhando com isso, através de estratégias de persuasão retórica, a referida “comunhão” qual Chaïm Perelman considera uma das partes de maior importância da atividade argumentativa.

Acerca da “persuasão”, a mesma é relacionada pelo autor polonês diretamente com o conceito de “convicção”. Em Perelman, persuadir é diferente de convencer, pois neste, busca-se a aceitação do auditório às supostas verdades que o orador propõe na atividade argumentativa, enquanto que

naquela, o que se visa não é o convencimento de um ponto de vista, mas sim a tomada de uma ação (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 30-34).

Durante as edições do *Sentinel*a, o orador buscou menos o convencimento de seu auditório particular, e mais a persuasão para a ação. Este tipo de argumentação se torna nítido quando Cipriano Barata, por exemplo, prega a queda do ministério dos irmãos Andrada, quando convoca os seus leitores das províncias “liberais” a pegarem em armas contra o Rio de Janeiro, ou mesmo quando propõe ao povo de Pernambuco a derrubada de alguns membros do governo local que, na sua visão, eram simpatizantes do antigo “despotismo”.

Retomando a questão da “comunhão” entre orador e auditório, através do discurso retórico, o que de fato ocorre com o *Sentinel*a durante aquele ano de 1823, é a atitude de Cipriano Barata de se colocar como “igual” para com a elite letrada nortista, que é o seu auditório particular, fazendo com que o seu discurso seja facilmente aceito pelos seus membros. Esta aproximação interpessoal só é possível de ser realizada, em níveis argumentativos, por se tratar de um auditório de natureza heterogênea.

Na teoria da nova retórica, o auditório pode ser identificado a partir de diferentes origens. Existe, em Perelman, o dito auditório universal, composto pelo público geral, ou por toda a espécie humana, que é foco do discurso de fontes filosóficas e matemáticas, na criação de valores universais, dogmas, teses científicas e imperativos categóricos de ordem ética, e existem diversos tipos de auditório particulares, ou heterogêneos, formados por grupos específicos de indivíduos, que compartilham uma mesma cultura, linguagem, valores e símbolos, sendo o enfoque de discursos de natureza retórica e/ou dialética (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 34-36).

No caso do *Sentinel*a, Cipriano Barata é responsável por discursar para um auditório específico, composto de membros de uma elite oitocentista, de um contexto histórico brasileiro, e que estão preocupados menos com o erigir de dogmas universais e mais com a elaboração de premissas pragmáticas que os possibilite se defenderem de seus rivais políticos.

Deste modo, o orador, quando discursa para este auditório heterogêneo, não o faz a partir da figura de “jornalista imparcial”, mas sim através de diferentes roupagens retóricas, possíveis através da técnica de decomposição

do auditório, que busca identificar as diferentes facetas que compõem os membros de um determinado auditório, de modo que, ao dirigir o seu discurso para a elite letrada do Norte, principalmente de Pernambuco e da Paraíba, o orador, buscando aproximar-se dos valores aceitos por estes, profere as suas premissas na figura de cristão, de liberal, de patriota, de homem honrado, de cidadão pernambucano, e como membro desta mesma elite. Já os seus inimigos, são identificados através do construído “mal do despotismo”.

Esta aproximação também é facilitada por se tratar de um “auditório de elite”. Na teoria da nova retórica, a particularidade de se argumentar visando uma determinada elite social, política ou econômica, detém a vantagem do argumento “vanguardista”, no que, a promoção de novas ideias - quando estas já são aceitas pelo auditório em questão, e quando não estão de encontro com os seus valores prévios - é facilitada pela atitude elitista de identificar a si mesma como responsável pela criação de novos modelos de pensamento, dentro de uma sociedade moderna (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 37-38).

Em outras palavras, certa ânsia da elite letrada nortista e “liberal” em se tornar a formuladora de um novo estado-Nação imperial brasileiro possibilitou a eclosão do discurso pela “liberdade”, contido nas páginas do *Sentinela*, de modo que tanto orador quanto auditório passaram a influenciar-se mutuamente.

Outra questão a ser levada em conta, quando se estuda a atividade argumentativa de um orador, é a “maneira”, ou “modulação” qual este se comunica com o seu auditório, através do uso de certas técnicas de estilística e de entonação, definidas pelo conceito de “oratória”. O campo da nova retórica, da vertente perelmaniana, leva em consideração as definições da retórica grega clássica, acerca dos diferentes tipos de gêneros oratórios, que podem ser de natureza política, jurídica, epidíctica (conservadora) e propagandística (revolucionária).

Na análise das edições do *Sentinela*, constatou-se que Cipriano Barata modula o seu discurso, de forma oratória, através do equilíbrio tênue entre os gêneros epidíctico e propagandístico. Tal dualidade não é estranha aos estudos retóricos de Chaïm Perelman, que trata de apresentá-los em sua obra.

Para o autor, o discurso epidíctico, muito utilizado pelos romanos e cristãos da antiguidade, busca a adesão dos espíritos sempre através do uso

de valores universalmente aceitos pelo auditório para quem se argumenta, de forma que a responsabilidade discursiva do que se está defendendo esteja presente em um “algo superior” (geralmente, na forma de costumes, leis, dogmas, Deus, etc.). Nele, o orador se torna de alguma forma educador.

Entenda-se que, o orador, como sujeito imbuído de conhecimento acerca de algo, e que pretende comunicar-se com os espíritos daqueles que aceitam e reconhecem a validade universal de seus argumentos, passa, com o tempo, a ser investido por seu auditório, no dever de ensinar outros da mesma comunidade sobre este “algo”, tido como verdadeiro e absoluto, aumentando com isso, o número de integrantes daquele mesmo auditório.

Logo, a atitude do *Sentinela*, de posicionar-se como “porta-voz” da elite letrada do Norte, além do fato de ser tratado como defensor, e vigia, da vontade destes, proporcionou a Cipriano Barata a oportunidade de ser imbuído o novo educador da elite “liberal”, que passou a se utilizar dos editoriais do *Sentinela* como fonte de convencimento de outros indivíduos.

Todavia, existem dois casos em que a natureza oratória do discurso epidíctico altera-se. O primeiro deles se dá quando o orador - identificado neste caso, como “educador” - deve voltar a sua epidíctica para novos alunos ou iniciados de um determinado auditório, no que este passa a “vulgarizar” o seu discurso, didatizando as suas temáticas, a fim de gerar maior compreensão daquilo que o seu auditório quer que seja apreendido pelos novos membros (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 54-55).

O outro caso, um pouco mais problemático de ser aplicado, reside no fato de que, quando o orador deve se voltar para com os de fora, ou seja, aqueles que não possuem ou não concordam com os valores aceitos universalmente pelo seu auditório, este deve agir de forma propagandística, visando, em última instância, a persuasão destes para o aceite de novos dogmas, valores e conceitos estranhos aos mesmos. De fato, o gênero propagandístico nada mais é do que o gênero epidíctico voltado para a ação (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 56-57).

No caso do *Sentinela*, este dialoga de forma epidíctica, quando se está a comentar, por exemplo, uma carta de um leitor assíduo, complementando e validando os argumentos deste, e, de modo propagandístico, ao lidar com

críticos à sua figura e à de sua gazeta, na tentativa de persuasão daquilo que se está falando.

Esta questão torna-se clara quando analisada a partir do conceito retórico de “acordo”. De fato, argumentar visando o “contado dos espíritos”, nas palavras de Chaïm Perelman, é partir de acordos prévios estabelecidos antes mesmo da argumentação ter início, ou seja, no entendimento que se faz necessário quando uma das partes envolvidas na atividade argumentativa lança mão de suas premissas, parte estruturante de todo o argumento posterior.

O que ocorre é que, para que uma premissa gestada por um orador seja compreendida pelo auditório, a mesma tem que participar de uma relação de “acordo”, acerca da sua verdadeira natureza retórica, seja através de acordos que fazem referência a fatos, verdades e presunções, ou acordos ligados a conceitos de valores sociais aceitos, logo entendidos.

Na elaboração de premissas, que visam o acontecimento do “acordo” entre orador e auditório, o que se faz é a suposta defesa do “real”, que se traduz, em Perelman, como meramente aquilo que é universalmente aceito desta maneira pelo próprio auditório, de forma que, “defender o real é defender a opinião geral” da maioria envolvida em uma argumentação, mesmo que não o seja fora desta.

A partir das concepções de premissas de “acordo” e de construção do “real”, chega-se à constatação que Cipriano Barata molda o seu discurso a partir daquilo que o seu auditório considera como pertencente ao domínio do “real”. Por exemplo, quando Cipriano tem a certeza de que o sistema político e social do liberalismo oitocentista prevalecerá sobre o antigo despotismo, ou quando defende, de forma pragmática, as qualidades do sistema monárquico acima dos ideais republicanos, este o faz por ser a visão universal concebida previamente no “acordo” com o seu auditório, tratando-se menos de uma convicção pessoal e mais como uma adaptabilidade às presunções de seus leitores, a fim de conseguir a sua aprovação e patrocínio.

Finalizando este primeiro tópico de análise retórica, e definida a impossibilidade de esgotamento de tal assunto, devido à sua complexidade e abrangência, segue-se agora uma listagem de algumas das principais técnicas de retórica utilizadas por Cipriano Barata durante o ano de 1823. São elas, as

presunções de **normalidade** e de **ad hominem**, as figuras de **presença** e de **repetição**, a figura de **comunhão**, a técnica de **qualificação** do discurso, a **plasticidade de noções**, e a manipulação do conceito de “**tempo**” retórico.⁹⁴

A começar pelas presunções, as mesmas baseiam-se na tentativa de tornar “real”, ou verdadeiro, um argumento que presume apenas a verossimilhança com a realidade. De certo modo, as presunções possuem o seu valor retórico a partir da fundamentação do “acordo” entre orador e auditório, desenvolvido em parágrafos anteriores, no que, aproveitando-se das premissas aceitas socialmente, edifica-se um discurso validado por um fato presumível de ser “verdadeiro”, logo, inquestionável.

As duas presunções mais comuns no discurso do *Sentinel*a, são as de normalidade e a famosa argumentação *ad hominem*. No caso da presunção de **normalidade**, busca-se escudar o próprio discurso através de um argumento que é condizente com o “normalmente aceito” pelos códigos e valores de determinada sociedade, de onde tira-se a conclusão de que, se é socialmente correto, logo, é verdadeiro.

Em Cipriano Barata, quando se fala que algo “é de conhecimento geral de todos”, ou que uma premissa faz alusão à “vontade do povo de Pernambuco”, o que se realiza, em níveis retóricos, é a camuflagem de um argumento pessoal através da acepção de aceite da maioria dos indivíduos daquela sociedade, fazendo com que seja quase impossível a possibilidade de o orador estar errado, visto ser o seu argumento, a opinião de uma multidão de pessoas instruídas - pois se fala para uma elite letrada, vanguardista - que, ao final do dia, validam as suas premissas.

Já a presunção **ad hominem**, como o próprio nome já diz, visa o validar da argumentação através da figura de um especialista no assunto que se está sendo tratado, de onde surge o “argumento de autoridade”, ou, em vias inversas, na desqualificação argumentativa de uma premissa, mediante o desprezo pelas características daquele que a argumenta, no que se faz presente o argumento *ad persona*, que imputa o valor de uma ideia às atitudes de um indivíduo (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 125-129). Durante as edições do *Sentinel*a, Cipriano Barata buscou se utilizar de

⁹⁴ Mais informações acerca de cada uma destas categorias e figuras de retórica se encontram presentes em Perelman; Olbreschts-Tyteca, 2005, p. 189-202.

personagens, em sua maioria históricos, para defender a aplicabilidade de seus argumentos e, em uma mesma proporção, invalidar as premissas de seus adversários, através da desqualificação pejorativa das atitudes e valores destes.

Outra questão é a da manipulação do chamado “**tempo**” do discurso, que consiste em selecionar sistematicamente os assuntos a serem trabalhados, ou as premissas que serão apresentadas em um discurso, de modo que o orador consiga, através de técnicas de persuasão, prender a atenção de seu auditório em um determinado ponto, ou obscurecendo a visão destes para outros assuntos, de onde se tem as figuras de retórica, responsáveis por realizar esta dualidade entre o fixar de um assunto que se quer que seja fixado, na mente do auditório, e o deixar de se entender em premissas que se quer se sejam esquecidas.

Esta característica, de controle do “tempo” do discurso, se faz presente no *Sentinela*, através da utilização de algumas figuras de retórica específicas, como as de presença, de repetição, e de comunhão.⁹⁵ Acerca das figuras de **presença**, é nítida a sua utilização durante uma argumentação quando o orador busca tornar “presente” em seu discurso, determinado assunto, estendendo-se em jogos de predicativos e composições verbais, que fazem render as suas páginas, em casos observáveis em que Cipriano Barata passaria mais de três edições voltado a tratar de um mesmo problema.

A questão da utilização da técnica da presença acarreta um direcionamento, ou condicionamento, da opinião de seu auditório, mediante condução do discurso, que busca se afastar de pontos que o enfraqueceriam. Por exemplo, quando se visa analisar o projeto constitucional em finais do ano de 1823, o *Sentinela* deixa de tratar de outros assuntos que poderiam vir a enfraquecê-lo.

Da figura de presença, surge uma especificação, muito utilizada por Cipriano, que é a figura de **repetição**, que, como o nome atesta, consiste em uma técnica de evocação de detalhes, de maneira repetitiva, com fins de tornar presente, na mente de seu auditório, aquilo que se está defendendo. Muito

⁹⁵ As figuras de retórica possuem a característica de levar o auditório a uma certa modalidade de pensamento pretendida, utilizando-se de falsas relações, ou relações alteradas, entre o fundo de significado de uma expressão e a sua nova forma empregada. Para maiores informações, ver: Perelman; Olbreschts-Tyteca, 2005, p.189-202.

utilizada pela literatura romântica, esta técnica, como atesta Perelman, possui grande poder persuasivo (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 131-136).

A figura de **comunhão**, já trabalhada em partes anteriormente, segue-se na atitude de camuflagem de opiniões pessoais do orador, em meio ao auditório, na tentativa de tirar de si a responsabilidade das premissas elencadas pela atividade argumentativa. No caso de Cipriano Barata, como já atestado pelos estudos lexicais desenvolvidos no capítulo três, o uso do pronome “nós”, de maneira exacerbada, atesta para a existência de uma figura de comunhão.

Acerca da **plasticidade** de noções, esta também já foi citada em alguns parágrafos deste tópico, não havendo a necessidade de se entender pela mesma. Por fim, a questão da **qualificação**, técnica na qual o discurso passa, na fase de seleção de dados a serem apresentados, por uma fase de classificação de sua natureza argumentativa, onde se é imputado ao argumento uma construção mental condizente com os objetivos do orador. (PERELMAN; OLBRESCHTS-TYTECA, 2005, p. 143-147).

Por exemplo, ao se falar de, hipoteticamente, um jovem que matara o próprio pai, visto este ter batido em sua mãe, toma um teor diferente a partir da qualificação que se lhe é feita, no que, chamá-lo de “assassino do pai”, ou “vingador da mãe”, detém em si uma diferença valorativa que altera toda a natureza do discurso. Em Cipriano Barata, estas escolhas de narrativa, a partir da técnica que qualificação do discurso, ocorrem inúmeras vezes, durante o ano de 1823.

De fato, atenta-se que o estudo de tais técnicas, identificadas, em sua maioria, a partir do conceito de “figuras de retórica”, na obra de Chaim Perelman, não se tratam de uma tipificação de argumentos, mas sim de um percurso procedural de onde partem as principais premissas e presunções que organizaram, retoricamente, o discurso de Cipriano Barata. No mais, durante o decorrer do próximo tópico, a partir de um estudo de características argumentativas subdivididas categoricamente, alguns dos principais argumentos do *Sentinel*a serão analisadas de maneira mais aprofundada.

4.2 Categorização do discurso: a enunciação semântica do editor

Ao se deparar com as práticas discursivas, empreendidas por Cipriano Barata no decorrer do ano de 1823, na esteia de sua enunciação enquanto *Sentinel*a, e de suas estratégias de retórica, que visavam, em última instância, o convencimento de seu público letrado, desvelou-se uma série de informações que possibilitaram a reconstrução argumentativa de sua gazeta. Partindo deste seguimento, além das análises de conceitos de retórica empregados no tópico anterior, o que se fez foi a divisão dos enunciados presentes no *Sentinel*a, a partir da elaboração de algumas categorias semânticas.

Seriam elas as categorias de: **objetivos oratórios, crenças políticas e religiosas, organização editorial, estratégias argumentativas, natureza do auditório e redes de sociabilidade**. Em nenhum momento tentou-se teorizar possíveis sentidos para as atitudes editoriais do orador em questão que não estivessem de acordo com o que o mesmo apresentou durante o ano de 1823, dentro do espaço de sua gazeta.

Lançar mão de uma análise acerca de questões biográficas, mentais e intelectuais de Cipriano Barata, significa, primeiramente, compreender qual a sua formação acadêmica, a natureza de sua erudição e os seus ideais políticos e sociais, tanto em matérias institucionais quanto em questões espirituais. Logo, das suas **crenças políticas e religiosas**, pode-se aferir que o editor do *Sentinel*a se comporta como o clássico homem “letrado” do século XIX, membro atuante de uma elite intelectual e política, partícipe das discussões de elaboração do estado imperial brasileiro.

Formado pela Universidade de Coimbra pós reforma institucional de 1772, teve ele a oportunidade, desde cedo, de entrar em contato com o iluminismo reformista de Portugal, adquirindo com isso uma cultura ilustrada e de natureza clássica, sendo versado nas áreas do direito, filosofia e medicina (PRADO FILHO, 2017, p. 1-2).

Em níveis de política, Cipriano Barata seria defensor das chamadas “liberdades do homem”, sejam elas as liberdades políticas, civis, econômicas e de imprensa, e a monarquia liberal constitucional, o seu modelo ideal de governo. Por vezes, em seu texto, criticaria tanto o despotismo antigo como

modelo governamental, quanto o republicanismo e a democracia, que julgava estratégias de “carbonários”, entendidos aqui em um sentido pejorativo.

Cipriano, ao mesmo tempo em que defende a ideia de império do Brasil, unificado sob a figura do Imperador, com a corte tendo sede no Rio de Janeiro, também se demonstra, em finais do ano, como simpatizante de um modelo federalista para as províncias. Infelizmente, o mesmo não viria a desenvolver a fundo os significados deste federalismo em suas páginas.⁹⁶

O editor inicia o ano e permanece, durante muitos meses, como defensor ferrenho de um Estado-nação brasileiro, unificado, centralizado e operante a partir de uma monarquia constitucional e civil, onde a soberania emanaria do “povo”, e não do imperador, e onde o militarismo não se confundiria com o governo, explicitando a sua contrariedade às ideias de se ter um imperador-general, ao exemplo de Napoleão Bonaparte, na França, e de governadores de armas que mais pareceriam *caudilhos* brasileiros.

Entre outros termos que marcam menor presença em seu discurso, ainda se destacam alguns traços a respeito de sua religiosidade, de como este via a escravidão, e de seus principais temores políticos. A começar por sua religião, o editor entendia-se como católico, de natureza providencialista, vindio a todo momento afirmar a prevalência da bênção divina nos caminhos políticos de sua ideologia, o liberalismo, qualificando, muitas vezes, o despotismo como algo não proveniente da divindade cristã⁹⁷.

Além disso, tratou o tema da escravidão apenas como matéria de política, nos sentidos de “escravidão constitucional e econômica”, deixando de abordar questões abolicionistas⁹⁸. Acerca de suas angústias em relação ao recém-formado governo imperial, temia, especificamente, o domínio da

⁹⁶ “Cada Provincia precisa do fazer suas Leis particulares, seos arranjos em separado, o que só deve ser organizado dentro dellas pelos seos Naturaes e seos Governos privativos; havendo em separado leis geraes que fação a união Imperial, e ex aqui a Federação” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 55, 11 de outubro de 1823, p. 2).

⁹⁷ “Pelo Signal da Sancta Cruz Livre nos Deos Nosso Senhor do Commando das Tropas no Imperador; e do Veto Absoluto, que he Irmão do Despotismo (...) Em nome do Padre, Seja creada a completa Liberdade de Imprensa, e da Conciencia: em nome do Filho, se crie a liberdade das Industrias de Corpo e Espirito (...) Amen” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 52, 1º de outubro de 1823, p. 1).

⁹⁸ “Fora com o Despotismo. Não aceitamos Constituição para grandeza, e opulencia, e absolutismo do Imperador: sim para nossos commodos, Independencia e Liberdade: o contrario não nos serve; nós somos livres; as Provincias são livres e Confederadas em forma Imperial, e não escravas” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 54, 8 de outubro de 1823, p. 6).

aristocracia econômica e política, aos cargos dados a europeus que não fossem liberais, e, de modo geral, era contrário ao despotismo, à tirania e ao estado de terror público que adviria com estes, temendo a ruína e a fragmentação do império do Brasil, o fracasso do liberalismo constitucional e a perseguição e prisão da imprensa periódica brasileira.

Definidos suas crenças e ideais, e articulando-os com seus **objetivos oratórios**, ou seja, aquilo que o editor almejava alcançar com seus escritos, chega-se na conclusão de que o editor do *Sentinel*a teve, como fins, a defesa da liberdade constitucional, para as províncias e para o Brasil, e a liberdade de imprensa, para si e para a sobrevivência material de seu periódico, além dos ataques realizados aos “sequazes do despotismo”, do “carcundismo” e da “tirania”.

Sobre os seus “meios”, entende-se que a atividade editorial, somada à sua eloquência e retórica, encarregariam o editor de mobilizar o discurso de seus leitores letrados, colocando-se como porta-voz da vontade de seu auditório, “didatizando” termos políticos, mobilizando a opinião pública, incitando grupos elitistas de “patriotas” e de “liberais”, atacando e desmoralizando seus opositores, e falando sobre assuntos pré-definidos e programáticos, tais como: o despotismo ministerial e militar, o governo civil e o das armas, as guerras de independência do Brasil nas províncias, assuntos políticos ligados a Pernambuco, ao Rio de Janeiro e a demais localidades, trazendo notícias acerca do triunfo do liberalismo em outras nações e sempre lembrando seus leitores acerca da necessidade de se manterem em “alerta!”, seu principal jargão.

Entendendo-se que boa parte da pré-disposição argumentativa do discurso impresso parte primeiramente da maneira como o próprio periódico é organizado – a sua **organização editorial** - a respeito da ordem das matérias, sessões e artigos de opinião, e como estes se relacionam com os sentidos profundos que se estão sendo passados naqueles espaços de poucas páginas, o texto de Cipriano Barata, em sua estrutura editorial, é detentor de um “molde jornalístico” que contém pequenas variações estruturais.

Seguindo o molde de quatro páginas e se mantendo a um preço fixo de quarenta réis (média anual de dez réis por página impressa), observa-se a existência de um enunciado principal redigido pelo editor – quase todos os

editoriais do *Sentinela* foram redigidos por Cipriano Barata – seguido quase sempre de uma carta de leitor, que serve como base para um segundo enunciado de resposta à carta, finalizando as edições com um terceiro enunciado final, voltado para informes gerais da semana.

Esta estrutura só sofreria alterações em casos excepcionais, quando haviam notícias de maior importância para o editor, e que não poderiam ser desdobradas em uma única edição, no que Cipriano Barata recorreu para duas soluções práticas: a primeira, alterando a estrutura enunciativa da sua gazeta, deixando de incluir cartas de leitores e partindo para edições mais coesas, com a presença de três a quatro grandes enunciados de sua autoria, discorrendo sobre o mesmo tema, ou temas análogos, ou, uma segunda solução, mantendo a estrutura normal de seu periódico, porém redigindo pequenos “suplementos” de duas páginas, com o preço fixo de vinte réis, onde o mesmo complementaria o seu raciocínio, já desenvolvido nas edições de quatro páginas.

Com o passar dos meses, estes “suplementos” se tornariam mais comuns, e nestes, Cipriano traria notícias urgentes ou extraordinárias, geralmente referentes a acontecimentos político da Europa ou América do Norte, tais como os triunfos do liberalismo na península ibérica e a queda do imperador Iturbide no México, ou até mesmo informes gerais sobre os conflitos das guerras de independência do Brasil. A estrutura destes suplementos de duas páginas variaria desde um modelo de dois enunciados corridos, à introdução de breves cartas de leitores, comunicados e informes gerais, e documentos oficiais, anexos a comentários de sua autoria.

Ao se aproximar dos finais do ano de 1823, todavia, o *Sentinela* sofreria uma série de alterações em sua estrutura editorial. A começar pelo aumento do número de páginas por edição, que seria, gradativamente, balizado em uma média de seis a oito páginas, com um preço fixo que se manteve na casa dos quarenta réis por edição, além de uma renovação em seu molde tipográfico, a partir da edição 49, deixando-o com uma aparência mais polida.

O que é importante observar desta mudança tipográfica é o fato de que, por diversas vezes, Cipriano Barata se queixou da “miudeza do papel” e a impossibilidade de tratar de temas mais abrangentes, como ele gostaria de

fazer⁹⁹. Estas queixas, a partir de determinado momento, desaparecem de suas páginas, ao mesmo tempo em que se vê a inclusão, quase que invisível, de anúncios de venda de escravos. Logo, somando-se ao fato de que a gazeta de Cipriano continuou, por alguns meses, a ser comercializada pelos mesmos quarenta réis de praxe, apesar do aumento em seu número de páginas, o que pode dar indícios de que o seu editor estaria sendo financiado por algum grupo de indivíduos ou algum patrono específico dentro da elite letrada nortista, porém que nunca é revelado ao certo em suas edições.

Esta hipótese demonstra-se pertinente ao se observar que, em finais do ano, quando o *Sentinel*a, apesar de ter a extensão de sua gazeta aumentada, de quatro para oito páginas por edição, ainda assim permanece preocupado em fazer reclames à já dita “pequenez do papel”. Fato interessante é que isto se dá quando Cipriano começa seus trabalhos de julgamento e análise do projeto de constituição elaborado pelo soberano congresso do Rio de Janeiro. Especula-se que, possivelmente, teria ele o seu financiamento cortado ou temia que em breve poderia ver o seu periódico empastelado. De qualquer forma, por se tratar de uma hipótese, é impossível de se dizer ao certo o que se passou com esta guinada tipográfica.

Observa-se ainda que, apesar de não se comportar como uma regra, havia certa preferência do editor em reservar as edições semanais que saíam às quartas-feiras, para temas de cunho “nacional”, como os trabalhos legislativos do congresso no Rio de Janeiro ou os informes gerais das guerras de independência do Brasil, e as edições dos sábados, a assuntos “locais”, voltados para a política e para a sociedade pernambucana.

Alinhando a estrutura de seu periódico com premissas de interpretação e análise retórica do discurso, chega-se ao levantamento das principais **estratégias argumentativas** que Cipriano Barata empregou durante o ano de 1823, em suas sessenta e seis edições.

O principal argumento utilizado pelo orador em seu discurso é a já referida estratégia de retórica que visa o antagonismo do “nós contra eles”, na medida em que se utiliza da categoria dissociativa e abstrata do “nós” para,

⁹⁹ “Nós não vamos apresentar huma Lei sobre jurados, nem fazer especial tractado sobre esta sancta Instituição; pois além de outras razoens, o nosso papelinho não pode com tanta couza” (SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 59, 25 de outubro de 1823, p. 1).

através de uma figura de “comunhão”, se incluir a si a suas opiniões em meio a uma universalidade inexistente, mas que o protege e que tira, em partes, a responsabilidade daquilo que se está defendendo, ao passo em que, o grande inimigo criado, o fantasma do “eles”, que deve ser combatido, dissuade seu auditório de reparar o emprego de suas estratégias de integração no “rebanho social”.¹⁰⁰

Na prática, a verdade é que o ataque ao que ele chama de “despotismo antigo”, a tirania, o carcundismo e o terror público que assolavam a vida dos indivíduos da elite “liberal” e “patriótica” brasileira, faz com que estes busquem unir suas vozes à do *Sentinel*a, que os alerta a todo instante com gritos de “nós devemos”, “nós iremos” e etc., elevando-se moralmente como porta-voz de uma opinião pública que deve ser conduzida, ensinada e guiada para as vias do liberalismo português.

E para que estes fins se tornem concretos, uma série de argumentos seriam empregados pelo orador, dentre os quais, os mais marcantes e aparentes seriam os argumentos passionais, argumentos de autoridade, “espantalhos”, dissociações, presunções de normalidade, estilística de predicativos repetitivos (figuras de repetição), discursos oratórios epidícticos e propagandísticos, argumentos dedutivo-científicos e de “quase-lógica”, usos estratégicos de cartas de leitores, figuras de presença, de comunhão, associações, analogias, metáforas, e argumentação histórica de níveis exemplares.¹⁰¹

Logo, por meio de uma série de indícios dados por Cipriano Barata, no decorrer do ano de 1823, e através das listas de assinaturas quais o editor do *Sentinel*a fez questão de incluir em algumas de suas edições, tornou-se possível montar um esboço da **natureza do auditório** quais suas edições eram destinadas, ou seja, do conjunto de sujeitos que liam o *Sentinel*a e qual a sua distribuição social.

Através das já citadas listas de assinaturas, compostas por nomes de leitores assíduos que, a fim de demonstrar o seu apoio, enviavam cartas com

¹⁰⁰ Ver o exposto nas páginas 55-56.

¹⁰¹ Alguns destes tipos de argumentos e figuras de retórica já foram desenvolvidos durante as páginas do tópico anterior. Acerca de alguns outros, devido à sua extensão e complexidade em matérias de retórica, recomenda-se a leitura integral das teorizações formuladas por Chaïm Perelman e Lucie Olbrescht-Tyteca, 2005.

os seus nomes, seguidas de séries de elogios à sua pessoa e a seus escritos, desvela-se que eram homens e mulheres, membros da elite do Norte, pernambucana e paraibana, além de membros de patentes militares, do oficialato de Pernambuco, conjuntamente com leitores espalhados pela Bahia – dentre eles, soldados pernambucanos que lutavam as guerras de independência naquela localidade – Rio de Janeiro e Alagoas, quase sempre identificados pelos nomes de “bons cidadãos”, “o povo”, “liberais” e “patriotas”.

Além disso, durante o ano de 1823, uma **rede de sociabilidade** foi possível de ser identificada, a partir da citação de nomes de indivíduos, periódicos e grupos políticos que se portavam favoráveis ou contrários aos escritos do *Sentinel*a. Em relação a seus aliados em meio à imprensa, são citados *O Pampeiro*, *Reverbero Constitucional Fluminense*, *A Malagueta*, *Gazeta Pernambucana* e *Sentinel*a da Praia Grande. Das personalidades que apoiavam os seus trabalhos, os nomes de Gonçalves Ledo, Luís Augusto May, Frei Caneca, Marcos Mandinga e Dona Leocádia foram os mais presentes em suas edições, por meio de cartas e enunciados que se relacionavam com os do *Sentinel*a. Além destes, oficiais do exército de Pernambuco, da alfândega, políticos e integrantes do Poder Judiciário, redigiram cartas em apoio ao editor. Dos grupos políticos e religiosos que simpatizaram com Cipriano, são lembrados os frades carmelitas, o grupo político dos "matutos", e o grupo composto por membros da elite nortista, denominados de "sentinelas".

Acerca de seus inimigos, opositores e não-simpatizantes, os periódicos a seguir fizeram ácidas críticas ao *Sentinel*a: *O Regulador*, *Diário do Governo do Rio de Janeiro*, *Correio do Rio de Janeiro*, *O Atalaia*, *O Espelho*, *O Mosquito*, *O Sylpho*, *Idade d'Ouro do Brasil* e *Arara Pernambucana*. Dos nomes que mais se opuseram a ele, destacam-se os do ministro José Bonifácio, o do general francês Pedro Labatut, além de alguns dos políticos integrantes do governo provisório de Pernambuco, e os chamados “membros aristocratas” do soberano congresso do Rio de Janeiro. Dos grupos que não apoiavam os seus escritos, estariam os frades therézios, o grupo do “apostado” maçom e os simpatizantes dos irmãos Andrada, tanto no Rio de Janeiro quanto em Pernambuco e nas demais províncias.

E sua rede de contatos, quando identificada pelas suas gazetas, mantinha-se por uma extensão territorial que abarcava diversas províncias,

dentre elas Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba, além das cidades estrangeiras de Lisboa e Filadélfia, e outros países europeus, como Portugal, Espanha e Inglaterra. A respeito da circulação de seu periódico, é comprovada a existência de leitores nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro e Bahia.

4.3 O enredo histórico: o “*Sentinel*a” e a conjuntura política de 1823

Feita tal exposição, este tópico destina-se agora a realizar uma análise dos principais enunciados de Cipriano Barata, no decorrer do ano de 1823, na tentativa de se criar um enredo narrativo, onde as principais tensões políticas, temas discursivos e eventos históricos retratados pelas páginas do editor do *Sentinel*a puderam ser apreendidas, dialogando diretamente com o que foi exposto, até este ponto, pelos capítulos e tópicos anteriores.

A começar pela articulação de alguns dos enunciados que mais chamam a atenção, detentores de características discursivas do orador estudado, em diálogo direto com todas as alegações historiográficas apresentadas até aqui, entende-se que, durante todo o ano, desde as suas primeiras edições em março, até as últimas que vieram à luz, em novembro, o *Sentinel*a da liberdade na guarita de Pernambuco, pelas mãos de seu editor, enfrentou momentos agitados em relação à conjuntura política de sua época, o que fez com que o periódico optasse por noticiar assuntos, temas e enfoques diversificados.

Ao todo, é possível se observar cinco grandes momentos temáticos, muito bem explorados por Cipriano Barata, e que são parte dos objetos de estudo deste tópico final. Um primeiro ato editorial se inicia dentre os meses de março e maio de 1823, quando as preocupações do editor orbitaram em torno da aparição de diversos tipos de despotismos velados em Pernambuco, advindos em sua maioria do Rio de Janeiro, gerando com isso, gradativamente, um ambiente de desconfiança entre o editor do *Sentinel*a e o ministério dos irmãos Andrada.

Dos rumores que chegavam à sua porta, Cipriano Barata alertaria seus leitores da existência de um estado de “terror público” na província, mediante a criação de um aparato despótico, a serviço da “tirania”, que ficaria conhecido como “cartas brancas”, identificadas como leis em brancos que permitiam as autoridades das províncias preencherem-nas à seu comodismo, realizando, com isso, devassas, prisões e até mesmo execuções de seus opositores, como se fossem ordens que já tivessem advindo preenchidas, previamente, da capital fluminense.

Exaqui pois o estado violento e lastimozo em que se acha a Corte do Rio de Janeiro: como se pertende formar e introduzir huma Constituição dispotica pela vontade dos Ministros, que he o mesmo que dizer que ficamos escravos como dantes, e só com sombra de Constituição, por isso os Ministros tem estabelecido ali o systema do terror, e das devassas, e das denuncias de sorte que ninguem vive ceguro.¹⁰²

Logo, contra o fantasma do terror público, o editor ergueria a sua voz, num primeiro ato de “alerta!” ao Brasil e ao povo pernambucano. Seu maior medo era, de fato, a prisão da imprensa, que poderia se dar a qualquer hora. De primeiro momento, Cipriano se mostraria incapaz de conceber que o ministério andradino permitirá a existência de tais mecanismos do despotismo antigo. Porém, com o passar dos meses, por volta de junho de 1823, as críticas contra o ministério do Rio de Janeiro, focalizadas na figura dos irmãos Andrada – especificamente José Bonifácio, de quem o *Sentinel*a detinha o seu principal alvo jornalístico – se intensificaria.

Os Ministros do Rio pertendem que o Brasil ingula a força huma Constituição que com muito artificio se tem talhado dispotica: Constituição dependente delles, quaze inutil para os povos, e muito commoda e propria a grandeza de huma Corte draudolenta e corrupta, e dos mesmos Ministros seos sequazes e orgãos; e para que o povo se cale como escravo e se curve recebendo tudo, tem inventado esses terrores, esses espias, esses Tribunaes devassadores, essas prizoos e degredos; de sorte que he fama publica pelas innumeraveis cartas que chegão, que no Rio não só ninguem pode falar sobre couzas do Governo, e systema da Constituição, mas athe nem pode ler hum livro ou papel que contenha ideias liberaessob penna de ser prezo e perseguido e athe expatriado.¹⁰³

Este primeiro momento também encontra a presença de temas voltados para a política local da capital Recife, e de Pernambuco, no que o editor apontaria a ocorrência, a seu ver, de uma série de escândalos de corrupção, medidas despóticas e atitudes inconstitucionais na província.

¹⁰² SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 1.

¹⁰³ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 2.

Em um segundo momento, durante os meses de junho e julho de 1823, a temática de seu periódico escalaria com as críticas cada vez mais diretas e incendiárias ao ministério dos irmãos Andrada, até enfim se colocar como opositor declarado dos mesmos, pregando a desobediência civil, se necessária, até que o dito ministério viesse ao chão. Com esta atitude, Cipriano consegue para si a atenção dos grupos políticos do Rio de Janeiro, sendo criticado por jornais áulicos da capital fluminense e angariando para si uma rede de opositores influentes.

Acudinos meo Deos! Soccorreinos pelas vossas divinas chagas. A tempestade está armada; o Ministerio quer dominar sobre os povos, estabelecendo o Governo dispotico; os povos rezistem para sustentar os seos direitos, sua liberdade, quem vencerá? Abaixo o Ministerio! O' do Imperador alerta!¹⁰⁴

De certo modo, o discurso incendiário de Cipriano também o ajudaria a levantar aliados em meio ao debate público da corte fluminense, como foi o caso de Luís Augusto May, editor do periódico exaltado, *A malagueta*. Do caso do espancamento de May, Cipriano Barata teria material político suficiente para ser explorado, por um bom tempo, nas páginas de sua gazeta.

Agora creio que os Sequazes do Gabinete exclamão -- este Barata hé hum Sacrilego; he digno de ter amesma sorte do Author do Malagueta; se nós podera-mos mandar-lhe sobre a cabeça os nossos Assassinos, elle o pagaria. E o nosso servelismo ficaria livre deste Filozofa do Diabo que tão animosamente fala verdades; as quaes talvez abirão os olhos ao Imperador (...). Pois Senhores Sceleratos; mordão-se lá, que eu heide assoutar tudo com verdades, nesta guarita de Pernambuco.¹⁰⁵

Entretanto, apesar das ameaças que o mesmo passaria a receber do Rio de Janeiro, o seu discurso só iria enfim mudar com a queda do ministério. Até lá, os principais temas de sua gazeta seriam aqueles envolvendo a elaboração de uma constituição para o Brasil que fosse inspirada no liberalismo

¹⁰⁴ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 35, 2 de agosto de 1823, p. 2.

¹⁰⁵ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 35, 2 de agosto de 1823, p. 3-4.

português; a unificação de uma pátria brasileira, independente politicamente de Portugal; questões acerca da “vontade popular” e da “opinião pública” dos leitores do *Sentinel*a; e o combate ao despotismo antigo que emanava da corte fluminense.

Vale ressaltar que em todos estes momentos, o imperador D. Pedro I é tido como “protetor”, “salvador”, “liberal”, “constitucional” e outros predicativos que indicavam a sua altivez moral em relação aos seus ministros. A defesa da égide do imperador é tanta que em alguns momentos, o editor prefere atribuir os deslizes políticos do imperador ao engano implantado nele através de seus ministros, do que admitir a participação de D. Pedro I nos conluí

Em consequencia pois das curtas ideias, aqui apresentadas, afirmo, e he evidentissimo que o Rio de Janeiro com a sua imprensa preza, e sem liberdade, he prezo, escravo, e sem liberdade; e que o mesmo ha de acontecer a qualquer Provincia, que adoptar tão infame systema; e que o Ministerio, que tal systema tem adoptado he oppressivo, e tyranno; que os Ministros tem enganado o nosso Imperador sobre os meios de aplanar as dificuldades, e os desgostos, que os mesmos Ministros tem cauzado.¹⁰⁶

A partir da queda dos Andrada no Rio de Janeiro, Cipriano precisou mudar o tema de seu discurso, encontrando nas críticas ao modelo de governadores das armas o seu algoz jornalístico. Durante todo o mês de agosto e meados de setembro de 1823, o *Sentinel*a traria uma série de exemplos históricos, argumentos religiosos e preceitos de constitucionalismo para desmoralizar a chamada atitude de “obediência cega” que alguns indivíduos detinham em relação aos governadores das armas, principalmente em casos envolvendo o general francês Pedro Labatut, envolvido no contexto das guerras de independência do Brasil, no fronte baiano dos conflitos.

Foi pela obediencia cega que os Soldados tem queimado o melhor palacio da antiguidade por ordem de Alexandre Magno

¹⁰⁶ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 11, 10 de maio de 1823, p. 3.

(...) foi pela obediencia cega que destruhio a Liberdade de Roma com a queda de Pompeo; foi pela obediencia cega que nero queimou sua patria, e rasgou as entranhas de sua Mai; foi pela obediencia cega que os Turcos fundarão o seo horrivel poder, sobre a liberdade e independencia de muitas Naçoens.

107

Todavia, esta temática, apesar de aparecer de modo explosivo nas páginas de sua gazeta, não perduraria por muitos meses. Seria em outubro então, em que surgiria um momento onde Cipriano não encontraria tema fixo para as suas notícias, o que serve de base para a teoria de que o seu periódico teria o seu funcionamento regulado pela necessidade do “alerta!” da opinião de seus leitores. Quando não há esta “necessidade”, respectivamente, não há tema específico para as suas edições, vindo este a explorar temáticas locais, dar os informes das baixas dos conflitos das guerras de independência nas diferentes províncias do Brasil, anunciar eventos teatrais e culturais que ocorreriam na província de Pernambuco e comentar cartas remetidas a si pelos seus leitores, abordando assuntos dos mais diversificados. Fato é que o editor do *Sentinela* se alimentava de polêmicas políticas para fazer render as suas folhas.

Contudo, apesar de passar por um mês de “notícias magras”, Cipriano Barata voltaria a tratar assuntos políticos durante meados de outubro e inícios de novembro de 1823, último período em que se dispõe a analisar minuciosamente todos os artigos, leis e predisposições do projeto de constituição elaborado pelo soberano congresso do Rio de Janeiro. Em um discurso jornalístico de teor elevado e que se intensifica ao decorrer de suas edições finais, Cipriano chegaria a apontar uma gama de medidas e leis despóticas, inconstitucionais e que, a seu ver, comprometeriam o Brasil a uma escravidão política forçada, e pior do que à do absolutismo de outrora.

Quando pozemos os olhos neste Projecto de Constituição; o nosso Espirito se espavorio; os nossos cabellos se iriçarão; e as nossas carnes tremerão de horror! Que! Dice eu! Este he o Projecto suspirado da nossa liberal Constituição? Que absurdos! Que erros de politica! Que atentados contra a

¹⁰⁷ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 37, 9 de agosto de 1823, p. 2.

liberdade particular e publica! Que horribicos manejos para extinguir a reprezenação das Provincias.¹⁰⁸

Incendiando a opinião de seus leitores “letrados”, o editor, em meio a muitos gritos de “alerta!”, defenderia a resistência armada ao Rio de Janeiro, a derrubada do congresso e a reformulação do projeto de constituição, o que fez com que seus opositores políticos e jornalísticos, que já não o tinham em boa conta, agissem, arquitetando a sua prisão, deportação e empastelamento de sua gazeta, que ocorreria em 19 de novembro de 1823, data de sua última edição, que veio à luz, em caráter extraordinário, sob o título de *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco, atacada, e preza na fortaleza do Brum, por ordem da força armada reunida. Alerta!* De um modo geral, estes seriam os principais temas de seu periódico.

O que se buscou aqui foi o tratamento dos enunciados presentes no *corpus* de pesquisa, filtrados a partir de suas naturezas retórico-argumentativas, sempre encarando-se o texto como discurso ativo. Para tal, as teses desenvolvidas pelo idealizador do campo de estudos da nova retórica, Chaim Perelman, em co-autoria com Lucie Olbrescht-Tyteca (2005), foram salutares para o proceder desta atividade.

Além dos temas jornalísticos expostos até este momento, alguns outros assuntos não deixariam as páginas do *Sentinela*, no que os mesmos serão desenvolvidos a seguir, de uma forma a se construir uma narrativa histórica que os encadeie em uma sequência lógica de exposição. Para tal, esta sessão analítica continua a sua apresentação a partir de um dos primeiros enunciados defendidos e, posteriormente, reforçados por Cipriano Barata em 1823, que era o de que, independentemente das ações e decretos emitidos pelo imperador D. Pedro I, este estaria sendo influenciado e enganado pelo seu grupo de ministros.

Por meio de uma série de estratégias argumentativas, envolvendo desde a necessidade do “alerta!” característico do *Sentinela*, na atitude de advertir a todos os “bons patriotas” de que o que se pretendia fazer no Rio de Janeiro era, na verdade, seguir pelo caminho do “terror” das armas e das tramas

¹⁰⁸ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 54, 8 de outubro de 1823, p. 4.

políticas, até mesmo comparações históricas entre a Carta Constitucional que se elaborava no Brasil, com a “infame” carta de Luís XVIII, outorgada à França, Cipriano expressaria um discurso de natureza dissociativa, na qual retirava a culpabilidade da figura do imperador, jogando-a exclusivamente sobre o seu ministério.

He preciso advertir a todos os bons patriotas, que o empenho dos Ministros he enganar o Imperador, e juntamente obrigar os povos do Brazil a receberem por meio do terror huma Carta de Constituição feita ao gosto e proveito dos mesmos Ministros, a imitação da infame Carta que deo Luis 18° Rei de França por meio de espias, terrores e baionetas, na qual não há direitos civiz, nem segurança pessoal, nem liberdade d'imprensa &c.¹⁰⁹

Deste modo, o discurso do *Sentinela* seguiria por diversos meses, até tornar o ministério do Rio de Janeiro, refletido na figura dos irmãos Andrada, o seu principal inimigo, logo, adversário de seu auditório. Em meio a uma argumentação passional, com a presença de uma estilística voltada para o uso de figuras de repetição, onde se vê o uso de expressões como “viva a patria!” e “abaixo o ministério” inúmeras vezes. O que se almejava era a mobilização da opinião da elite letrada nortista, elencando ambos como sendo contrários ao ministério andradino. Por volta da edição de nº 36, este discurso combativo chega ao seu auge de entonação.

Entre tanto em quanto respirar, em qualquer parte que estiver de Sentinella bradarei abaixo o Ministerio de facinorozos manchados em sangue humano, abaixo o Ministerio fautor do Governo absoluto e tyrannico; alerta! O' do Rio de Janeiro alerta! Mas que digo? Haverá naquella Cidade dezanventurada homens capazes de ouvir a verdade? De deffender a patria? Haverá soldados so para sustentar o despotismo; e não restará quem sustente os interesses do seo paiz? O' Terra mil vezes infelis? Ah! e quem dera que eu podesse atirar do meo coração huma faisca de amor da liberdade, sobre aquelles illudidos Soldados! Quem dera que eu podesse atear o sagrado fogo da liberdade e do patriotismo naquellas almas enregeladas pela escravidão!!! Mas porventura não terei eu recurso? Sim ainda me restão esperanças: [...] Viva a patria! Vencer ou morrer! As armas abaixo o despotismo! Salve se o Imperio! Abaixo a

¹⁰⁹ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 9, 3 de maio de 1823, p. 2.

tyrannia! Viva o Imperador segundo a livre Constituição! Abaixo o Ministerio! Viva o nosso Omnipotente Soberano Congresso! Fora Governo absoluto!!! ¹¹⁰

Quando enfim o ministério dos Andradas é derrubado, e a notícia de tal feito chega ao seu conhecimento, Cipriano comemora, reafirmando mais uma vez o quanto o imperador D. Pedro I estava sendo enganado por seus ministros, e dando graças a Deus que haviam sido alterados os rumos políticos do soberano congresso do Rio de Janeiro.

A mudança do Ministerio do Rio de Janeiro offerece a nossa penna huma incadiação de reflexões tão serias, como importantes, á respeito do character publico do Gabinete, e das mudanças subsequentes, que devem apparecer em todas as couzas; porque athé me parece que o Soberano Congresso participará dos benignos influxos daquelle fenomeno. Em verdade os Ministros passados tinham lançado com tal arteficio hum véo entre si, e o Imperador que elle de todo era illudido, como se vê da proclamação do mesmo Augusto Senhor; bem clamava eu que o Imperador estava enganado, e que era preciso abri-lhe os olhos, bradando desta guarita com grande esforço, afim de o fazer acordar; finalmente, apesar dos Corcundas que me querião atropelar, elle encarou a verdade; e graças a Deos, já temos esperanças de salvação. ¹¹¹

Todavia, o ataque ao ministério como responsável pelas mazelas políticas da constituição liberal do Brasil, apesar de uma pausa momentânea no período pós-Andradas, retornaria com força redobrada em finais do ano. Neste momento, o *Sentinel*a se encontrava em meio a uma necessidade, construída por si próprio, de comentar, explicar e julgar os artigos e leis, inclusos no projeto de constituição emitido naquela segunda metade do ano.

O editor toma, com isso, todo o cuidado na hora de redigir suas edições, a fim de não aparentar ser contrário ao projeto em si, mas sim como opositor dos responsáveis pela elaboração do mesmo, sejam eles deputados, ministros, desembargadores ou até mesmo o imperador, que neste ponto do ano não se vê mais agraciado pelas palavras do *Sentinel*a.

¹¹⁰ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 36, 6 de agosto de 1823, p. 2.

¹¹¹ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 38, 13 de agosto de 1823, p. 1.

Deichemos o Capitulo segundo sem nos cançarmos com meudezas, alias não acabaremos tão cedo. Antes porem de passarmos adiante, julgamos necessario advertir ao Publico, que quando examinamos este Projecto, e blateramos cheios de fel, não derigimos as nossas frexas nem contra a Soberana Assembleia em corpo, nem contra a Comissão por inteiro: nossos clamores apenas tocão a alguns Membros Aristocratas, e Dezembargadores, e Ministros, que pelo seo servilismo e falta de amor a Patria se curvão a tudo com a mais incrível impudencia: em huma palavra eu não ataco nem levemente a Sanctidade da nossa Augusta Assembleia, pela qual sacrificarei a propria vida: quem reflectir nos meos discursos, verá que não accometo o Divinal Systema Constitucional, baze e sustentaculo da nossa liberdade: eu só pelejo contra a fraqueza do Congresso, por estar tremendo perante as armas do Imperador: eu só clamo contra a sua falta de liberdade, a que elle deve abertamente resistir; ataco a sua coacção e Terror, origens da pessima organização do Projecto; combato a mudez e culpavel condescendencia em deicharem imprimir tal Projecto monumento da nossa vergonha do nosso abatimento e servidão.¹¹²

Em edições posteriores à de n° 60, torna-se evidente, inclusive, algo que já era observado desde inícios do ano, que é a atitude do editor de sempre erigir um “inimigo imaginário” para o seu discurso, sendo eles o “terror” e a “tirania”, em inícios de 1823, e o “despotismo” como o grande mal a ser combatido, aos finais do mesmo ano. Mais uma vez Cipriano Barata coloca a si e a seu periódico como aquele que “alerta!” o povo dos males que o acomete.

Continuão as observações sobre o estado do Rio de Janeiro. Não podemos deixar de levantar a nossa voz e dar mil brados de Alerta áquella Illustre Cidade antigamente cheia de muita gloria Brazileira: o Despotismo manhozo lambendo as garras e os beijos do sangue innocente de que ali se tem fartado, parece amiassar de novo aquele perseguido povo, que mostra não ter ainda recobrado o alento depois dos ultimos sustos e estragos do Ministério passado.¹¹³

Com isso, segue-se nesta análise, na elucidação do que seria o principal tema argumentativo do orador, que é a relação retórica entre o grupo do “nós” e os seus opositores, o grupo do “eles”. No enunciado que se segue, este

¹¹² SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 60, 29 de outubro de 1823, p. 1.

¹¹³ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 65, 15 de novembro de 1823, p. 3.

ponto tão característico do discurso do *Sentinela* pode ser observado. Neste caso, tal relação se dá no contexto das guerras de independência do Brasil, onde o editor exigia que os “inimigos do Brasil” jurassem o império independente e que aclamassem a constituição liberal.

Pois bem nós queremos que vós (...) deis dinheiro para fazermos a guerra contra os inimigos do Brazil; nós queremos que clameis pelas ruas e praças contra elles, seos planos e furores: nós queremos que unidos ao Brazil, façais guerra aos Marotos da Bahia, e a quatos nos accometerem: nós queremos que de muito boa vontade, e sem constrangimento algum proclameis – Viva o nosso Imperador Constitucional Liberal, e Defensor Perpetuo – Viva a Independencia – Vivão as nossas Cortes Liberaes Constituintes Brasileiras – Morrão os Marotos e Marinheiros que forem traidores a nossa Patria commum o Brazil – Morrão os Marotos da Bahia, Maranhão e Parà, e quantos nos inquietarem com guerra (...) Pernambuco, alerta! ¹¹⁴

Este tipo de argumentação busca, em última instância, realizar uma comparação axiológica indireta, camuflada nas entrelinhas do discurso, onde se visa euforizar o “nós” como sujeitos do bem, representantes da ilustração, e disforizar o “eles” como seres malignos, sequazes do obscurantismo, “faltos de luzes”, e afins. Neste caso, os aliados paraibanos de Cipriano Barata, são engrandecidos com seus elogios.

Em quanto algumas pessoas de poucas luzes, e mal intencionadas me sensuraõ (...); em quanto a má fé, e a falta de patriotismo pertendem sufocar a voz da liberdade, e estabelecer em Pernambuco o reino das trevas e do arbitrio: os Illustres, e generozos habitantes da Provincia da Paraiba do Norte, possuidos do bom senso, e do entusiasmo, que inspira o amor a patria, e da liberdade, lançaõ mão da mesma Sentinella (...), forte baluarte contra o despotismo, e *muralha* e luminoso farol da Brasileira Constituição liberal. ¹¹⁵

Desenvolvidos estes pontos, pode-se seguir agora, na descrição dos ideais políticos do editor. Numa atitude de esclarecer o seu auditório acerca

¹¹⁴ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 10, 7 de maio de 1823, p. 3.

¹¹⁵ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 13, 17 de maio de 1823, p. 1.

daquilo que o mesmo pretendia defender em suas futuras edições, Cipriano Barata expõe a todos, os pontos norteadores de seu discurso. Todavia, disfarça-os através da figura inventada do “credo político que corre em Pernambuco”, e o qual ele julga como “um modelo de patriotismo” a ser seguido, dissociando a sua imagem das consequências últimas do ato de se posicionar politicamente contrário ao governo instituído.

Parece-nos justo apresentar ao Publico o rezumo d'o Credo politico, que corre em Pernambuco, e que supponho hum modelo de patriotismo. I. Creio na Sancta Independencia absoluta do Imperio do Brazil; (...). II. Creio na Communicação e reunião das Provincias (...), a fim de fazer opposição, e dissolver qualquer trama, que possa ser inventado para dezorganizar o systema liberal. III. Creio em huma Constituição liberal (...) que não haja veto absoluto, nem iniciativa das Leis fora das Cortes (...); nem duas Cammaras, nem o commando das Armas no nosso Imperador; (...) IV. Creio na Ressurreição da liberdade de imprensa; na distruição do Despotismo, seja elle qual for; (...) V. Creio na Vida eterna da Constituição, e do patriotismo Brasileiro, Vigilancia e bom Governo do Imperador; cõstância, e valor das Provincias. Amem Jezus.¹¹⁶

Dentre estes “credos” defendidos pelo *Sentinela*, o da liberdade de imprensa é um dos mais explorados durante os primeiros meses de 1823, onde se critica as atitudes governamentais que visavam a “prisão da imprensa”. Levando-se em consideração que se está falando de um sujeito que é identificado com um homem “letrado” da imprensa brasileira, logo, a prisão ou impedimento da existência de um cenário de liberdade editorial no Brasil se tornaria um empecilho ao discurso do editor. Há aqui a necessidade de se combater os idealizadores desta prisão menos como um ideal axiológico a ser buscado e mais como uma questão de subsistência material.

A escandalosa prizão da imprensa no Rio de Janeiro, reunida com a falta de segurança individual, ou pessoal para se escrever, ler, e falar com liberdade, fazem que todos andem inquietos, e aflictos em Pernambuco, e perguntem huns aos outros, como poderá fazer-se huma Constituição liberal sem haver essa indispensavel liberdade de imprensa, para todos escreverem a vontade, espalharem ideias, combinarem, e

¹¹⁶ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 13, 17 de maio de 1823, p. 3-4.

delucidarem as materias, e assim se espalharem as luzes, e se enunciar a publica opinião das Provincias, que hê o verdadeiro e mais luminoso darol dos Deputados, para bem conhecerem o que devem propor, aprovar, ou reporvar, combater, repellir, e decretar nas nossas Cortes Soberanas á contento das ditas Provincias, e do Brazil inteiro.¹¹⁷

Cipriano preocupa-se também, com o bem estar da constituição liberal do Brasil, se portando prontamente contra qualquer atitude que impeça a realização da mesma. Pastoreando em seu discurso a opinião dos “patriotas mais liberais” – existindo aí um argumento de universalidade fictícia, pois não há como saber o quanto de Cipriano Barata é colocado neste “agitar dos ânimos” de seu auditório – o orador rebate os ataques feitos pelos representantes do fantasma do “despotismo”, seja ele advindo de Portugal ou do Rio de Janeiro, que tentavam enquadrar a constituição liberal como de origem republicana. O republicanismo, assim como o ideal democrático, é constantemente derribado pelo editor, que prefere se alinhar aos preceitos de uma monarquia liberal.

Alem de todos os sustos que fazem agitar os ânimos e os corações dos patriotas mais liberaes; não faltão cuidados e dezassocegos a respeito da factura ou formato da Constituição no Rio de Janeiro, e bondade de sua legislação; porque sendo publico o odio que se tem á Constituição de Portugal, que hé mui liberal para os Portuguezes, e o empenho baixo e vil, de persuadir aos Brasileiros que ella hé Republicana, e digna de desprezo; parece incontestavel que todas estas frexadas e tiros são lançados para de proposito insinuar aos povos descuidados que se deve fazer para nós Constituição que seja menos liberal, isto hé uma Constituição que dê Veto absoluto ao Imperador.¹¹⁸

Outro exemplo deste uso de uma presunção de universalidade de seu auditório, como lugar de seu discurso, se vê com a inclusão de cartas de leitores que justificam e concordam com sua argumentação, e que valorizam a sua figura, como sendo a de um sujeito prestativo e que pensa no bem de seus

¹¹⁷ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 19, 7 de junho de 1823, p. 1.

¹¹⁸ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 21, 14 de junho de 1823, p. 1.

leitores. No contexto a seguir, o orador utiliza-se de uma carta, da elite letrada paraibana, para validar o seu ponto de vista.

O heroico e mui illuminado povo da Paraiba, continua a mandar-me cartas em que me significão amor e amizade, e ao mesmo tempo abonão a Liberdade da Imprensa, buscando por este modo publicar ao Mundo inteiro as despozições generosas para com a sua Patria. Por agora só exporei a Carta, palavra por palavra, com as suas 93 assignaturas, pois não julgo de razão alterala: o publico deve dar-lhe o necessario desconto em tudo que diz respeito a minha pessoa: minhas vistas são reforçar a opinião das Provincias do Norte para que as do Sul conheção que deste lado se sustenta a liberdade, e que hà dispozições para rebater a tyrannia. ¹¹⁹

Acerca de seus ideais, um deles se torna marcante na medida em que avança o ano de 1823. Para Cipriano Barata, a soberania, assim como a validade da carta constitucional, adviria sumariamente da vontade do povo, e não do ministério ou do imperador, um dos principais motivos de choque entre o editor do *Sentinel*a e o soberano congresso, sendo, inclusive, um dos possíveis motivos que encaminhariam a sua prisão, em novembro.

A vista pois do quadro que temos pintado em miniatura não duvidamos levantar a voz, arrancando profundos suspiros, para significarmos os nossos sentimentos de patriotismo aos Illustres Deputados rogando-lhes que antes fujão do que concordem em alguma legislação absurda incommoda ou perniciosa as vistas que a Constituição hé feita pelo Povo e não pelo Ministerio; que hê dada pelo Povo e não pelo Imperador, o qual sò ha de ser Chefe do nosso Poder Executivo (com todo amor e respeito lho digo) segundo determinar a nossa Constituição feita livre e legalmente conforme os nossos direitos inalienaveis e imprescriptiveis, que são proprios e essenciaes a Soberania do Povo e da Nação. ¹²⁰

Analisa-se agora o tema da oposição ao governo das armas, conjuntamente com o cargo político-militar de governador das armas, encarado, por Cipriano, como um grande malefício que deveria ser combatido

¹¹⁹ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 31, 19 de julho de 1823, p. 3.

¹²⁰ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 22, 18 de junho de 1823, p. 2.

pelo *Sentinel*a a todo o custo. No contexto das guerras de independência do Brasil, especificamente no fronte baiano dos conflitos, o *Sentinel*a se colocaria contrário ao estabelecimento de tal cargo naquela província, associando-o com o grande fantasma do “despotismo”.

Agora nos parece conveniente advertir a Bahia que não receba mais Governador das Armas, visto que já experimentou duas vezes o mal que elle faz, e pode causar para o fucturo, e ao mesmo tempo a inutilidade do cargo, que só serve para acrescentar as despesas publicas; cazo lho mandem do Rio de Janeiro, não o deve aceitar officinando que hé desnecessaria e inadmissivel tal Authoridade, porque as Provincias querem paz e quietação para poderem estar unidas: em fim nada de Governador das Armas; fora com tal invenção propria para renovar o Governo militar no Brasil, e disunir as Provincias: fora Governo militar que hé o mesmo Despotismo em pessoa: fora Governadores das Armas, fora Governo militar; fora, fora... ¹²¹

Permanecendo na esteia do governo militar, um dos mais marcantes argumentos históricos que atestam a natureza *exemplar* de sua consciência, se dá na edição de nº 5, onde Cipriano Barata busca realizar um comparativo entre diversos imperadores históricos e o então atual imperador do Brasil, D. Pedro I. O que se estava sendo discutido naquele momento era se de fato D. Pedro I deveria assumir as rédeas do comando militar do nascente império do Brasil, no ato de imperador-general, assim como o fez Napoleão Bonaparte com a França, ou permanecer apenas como chefe do Poder Executivo imperial.

Quando lí o tal papel, de que tracto, lembrei-me de um Valeriano Imperador dos valerosos Romanos, o qual em huma entrevista cahio nas garras de Sapôr segundo Rei da Persia, que fez delle seo estribo, e finalmente na idade de 84 anos lhe tirou a pelle, para a conservar cheia de palha, vestida de purpura real pendurada em huma parede, lembrei-me de hum S. Luiz, que morrendo emprestado na guerra cauzou grandes males à França: lembrei-me de Francisco I. tão bem Francez, prizioneiro em Pavia: veio-me depois lembrança o nosso Infante D. Fernando atromentado, e morto cruelmente pelo Moros? e de D. Sebastião, que regeitando os conçelhos dos prudentes teimou em hir lançar a Nação Portuguesa nos ferros da Hespanha por 60 annos; e athe não me esqueço a bala na fonte da cabeça de Carlos XII da Suecia, que pôz aquella

¹²¹ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 27, 5 de julho de 1823, p. 3.

Monarchia em confusão; e para acabar depressa recordei-me do Príncipe João com os olhos arrancados em França, e de outros muitos desastres de diversos Imperantes-Generaes, e por fim de Bonaparte, que, depois de abuzar dos exercitos, acabou infelizmente na Ilha de S. Elena.¹²²

O que se vê aqui é menos uma diligente atenção dada aos perigos que o imperador D. Pedro I incorreria sendo generalíssimo do Brasil, e mais uma preocupação com a possível ruína do império do Brasil, qual Cipriano temia, visto que se tinha o receio de ver o território antes pertencente à América portuguesa, fragmentado em diversas republicas menores.

O assunto das guerras de independência do Brasil, visto que a conjuntura histórica do ano de 1823 dá importância às mesmas, aparece de forma esporádica nas edições do *Sentinela*, muitas das vezes como uma maneira de atendimento aos pedidos de seus leitores, na forma de respostas a cartas de indivíduos que possuíam parentes ou conhecidos que se encontravam lutando as guerras em diferentes províncias. Como pode ser observado no trecho a seguir, o editor preocupava-se em se balizar por aquilo que o seu auditório gostaria de ler, reconfortando-os com o seu característico “alerta!”.

Alerta está. A Guerra hé bem conhecida e ensanguentada, e destruidora: no Piauí hà pouco houve muito sangue derramado; em Maranhão e Bahia ferve a guerra; o nosso porto está bloqueado: nós temos o nome de Insurgentes: huká esquadra de Portugal com 1500 homens chegou a Bahia; as traições para nos dominarem são claras tudo isto são factos: Logo estamos em guerra aberta; logo o comércio deve ser suspenso, e devem-se tomar todas as medidas hostis para oprimir o inimigo; e para prova basta o Decreto de 14 de Janeiro deste anno de 1823 pelo qual o nosso Imperador reputa os Portuguezes estrangeiros.¹²³

Outra estratégia argumentativa muito presente em seu discurso, é o uso de figuras de repetição e o emprego de um discurso epidíctico nas matérias e

¹²² SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 5, 23 de abril de 1823, p. 2.

¹²³ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 7, 26 de abril de 1823, p. 4.

temas de seus editoriais, em uma proporção que chegava a cansar, muitas vezes, o seu próprio auditório. Mediante esta repetição, Cipriano Barata almejava o “fixar” de suas ideias na mente de seus leitores, persuadindo-os a girem politicamente de acordo com os seus desígnios, no que, o mesmo declarava proceder exatamente por estas vias em suas gazetas.

Alguns dos meos Leitores tem reparado que eu repito as vezes as mesmas materias de que já tenho falado, podendo dizer couzas novas: por isso parece necessario dar huma saptisfação a todos. Eu repizo algumas das materias mais essencies, e faço isto de propozito para as fazer recordar; este hé o melhor meio de obrigar a conservar as ideias das couzas importantes; ex arazão por que mil vezes tocarei na liberdade de impreença; nos Jurados do civil e Criminal; na responsabilidade dos Ministros e de mais Empregados publicos; esta a razão porque mil vezes falarei contra o Veto absoluto, e a iniciativa das Leis fora do Nosso Soberano Congresso.¹²⁴

Antes de finalizar esse tópico, é possível ainda se analisar um último ponto que seria largamente desenvolvido em suas edições, que é o da questão do carácter axiológico com que o *Sentinela* representava o sujeito “português”, alinhando para isso, diversas presunções retóricas de seu tempo, tais como as da “recolonização”, do “antilusitanismo” e também a escala de valores que diferenciava o “bom português” do “mal português”, este último comumente chamado, de modo pejorativo, pelos nomes de “maroto” e de “marinheiro”.

Segundo as novas que correm, sentarão prassa no Rio de Janeiro 400 Portuguezes; donde parece se pode tirar por consequencia que hà manobra para fortificar o systema daquelle Ministerio com Portuguezes nossos mortaes inimigos. seja como for o Governo de Pernambuco deve faser voar daqui ja todos os Prizioneiros ditos; e além disso devem ser lançados fora, sem os maltractar, a todos quanto novatos tem chegado surdamente de Janeiro para cà; e mais aquelles que pelo remorso de seos crimes, fugirão daqui, e agora voltarão para reforçar o partido do Governo absoluto, e o systema de recolonizar o Brazil: isto que disemos hé fundado em factos, pois os Marotos de Maranhão mandarão degradados para Portugal, não so os 400 Brasileiros, como já noticiei em outra Sentinella, mas athé, segundo noticias modernas, exportarão

¹²⁴ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 15, 24 de maio de 1823, p. 3.

os Negociantes nossos amigos Inglezes e Francezes, a fim de faserem o commercio excluzivo com Portugal: que dezaforo de Marotos!!! Seja como for hé necessario alimpar Pernambuco, e tranquilizar os coraçoens dos Povos: fiquem só os bons Portuguezes, nossos firmes amigos, e ja Patriotas, porque esses são nossos Irmaons cujo sangue, corpo, e alma já hé Pernambucano.¹²⁵

O que se pretendeu realizar durante este quarto capítulo foi menos uma panorâmica geral dos conceitos desenvolvidos por Cipriano Barata naquele ano de 1823, e mais uma análise das características retóricas e de semântica (enunciação) empregadas pelo editor a partir da já citada tentativa de “adesão” dos espíritos de seu auditório, membros de uma elite letrada brasileira, envolvida com o processo de independência do Brasil.

Apesar da existência de outros exemplos passíveis de análise, o exposto até aqui, pelos três tópicos do quarto capítulo, puderam, em certa medida, demonstrar a natureza argumentativa de Cipriano Barata, suas principais estratégias, e as temáticas que remexeram o seu dia a dia. Da sua atividade editorial, uma série de termos, ideias e problemas foram propostos, a uma elite letrada que os consumiu, assimilou e procurou agir politicamente, graças à atitude persuasiva de seu editor.

Desde as primeiras queixas contra o uso das referidas “cartas brancas” em março, como medidas do despotismo antigo para fazer calar a voz dos liberais e patriotas brasileiros, até o incentivo da secessão militar, de alcunha federalista, em finais do ano, o *Sentinel*a procurou sempre se situar como porta-voz de um grupo de homens “letrados”, que levavam em consideração os seus diversos brados de “alerta!”.

¹²⁵ SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 34, 30 de julho de 1823, p. 1-2.

Conclusões

Com tudo o que foi exposto até este momento, pode-se formular algumas conclusões acerca da articulação das teorias e metodologias de pesquisa, conjuntamente com os resultados obtidos mediante a atividade empírica, além de possíveis caminhos futuros que devem ser delineados, a fim de se prescindir nos rumos qual esta pesquisa irá tomar deste ponto em diante.

Primeiramente que, a análise lexicológica robiniana, adaptada para a realidade de pesquisa desta dissertação, tornou possível desvelar um Cipriano Barata que aparece como sujeito político extremamente preocupado com o posicionamento axiológico de seu discurso, na medida em que mobiliza, ou seja, persuade, o seu auditório. A busca de um modelo retórico, de técnicas e de estratégias argumentativas que incluíam não só a si, mas a seus leitores, como participantes de um grupo político e social imaginado, um “nós” exaltado composto pelos membros da elite letrada nortista, de “liberais” e “patriotas”, que se uniam para dar cabo do fantasma do “despotismo”, seja ele europeu ou fluminense, fez do periódico *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, um baluarte justificador da ação destes indivíduos.

Este estudo de caso, de um homem “letrado” tão característico como Cipriano José Barata de Almeida, além de possibilitar um primeiro aporte rumo a uma tipificação ideal do que viria a ser o homem “letrado” da imprensa vintista brasileira, também é salutar para a compreensão de toda uma realidade elitista e intra-elitista, na participaram das discussões políticas que levaram à independência e, posteriormente, à elaboração da primeira constituição do Brasil.

Em um contexto histórico oitocentista, cujo ano de 1823 se tornou marcante, por resumir o paralelismo temporal entre as discussões constitucionais ocorridas na capital do Rio de Janeiro e os conflitos armados que se davam espalhados pelas diversas localidades da região Norte do país, e, em um momento de desconfiança dos editores “letrados” e incendiários da imprensa brasileira para com um ministério que passava a persegui-los, espanca-los ou até mesmo assassina-los – como foi o caso do editor carioca

do *A malagueta* – a incidência de um discurso exaltado, que em determinado momento do ano chegou a pregar a queda do ministério e até mesmo a secessão militar, revirou os ânimos da elite letrada de então. Em meio a esta situação, Cipriano Barata erguia-se a si mesmo como o grande defensor da opinião pública de seus leitores, escalando a sua argumentação conforme cresciam os sentimentos de revolta de seu auditório.

Numa atitude pensada de se portar como educador, defensor e representante da vontade da elite que o apoiava, o *Sentinela* se tornaria uma das principais vozes de oposição aos movimentos políticos do Rio de Janeiro, que buscavam maior centralidade na capital imperial e promoviam políticas de aproximação com o modelo do absolutismo português.

Durante a atividade de pesquisa, muitas foram as metodologias testadas, que pudessem analisar todo um amálgama de referenciais enunciativos, que, se traduzidos por um método historiográfico eficaz, proporcionariam a criação de um molde para se trabalhar com estes editores da imprensa periódica vintista a longo prazo. Na esteira de experimentação, os métodos linguísticos, de estudos do léxico, de Regine Robin, alinhados com as propostas teóricas do campo da nova retórica, idealizado por Chaïm Perelman, frutificaram o discernimento da personalidade jornalística, política, religiosa e, acima de tudo, argumentativa, de Cipriano Barata, através dos seus escritos presentes nas edições do *Sentinela*.

Apesar das adaptações, tanto teóricas quanto em questões de transposição de método, e das dificuldades que se teve em se adaptar alguns conceitos da historiografia francesa - tal qual a impossibilidade de transposição conceitual dos “homens de letras” franceses, de Michel Winock, à uma realidade brasileira, passando a ser apenas uma aproximação teórica, em níveis de inspiração inicial -, para todos os fins, o referencial elencado por essa dissertação encontrou várias possibilidades empíricas que vieram a lograr êxitos.

Acerca dos termos teóricos mais utilizados em seu balizamento, como os de elite letrada, imprensa incendiária, cultura política, iluminismo português, a tipificação de uma personalidade histórica, além de outros, pode-se dizer que, se não empregados com devida propriedade no decorrer do corpo do texto, serviram eles no esclarecimento das dúvidas que se tinha conforme

avançavam os estudos historiográficos, desde questões biográficas, de Cipriano Barata e de seu periódico, até em matérias de teorizações e levantamento de hipóteses.

Finaliza-se então, apresentadas as principais conclusões em que se chegou o historiador em sua atividade de pesquisa, à futuras possibilidades que poderão levar esta proposta a avançar os seus estudos nos próximos anos:

A partir da comprovação da aplicabilidade prática do campo da nova retórica, de Chaïm Perelman e de Lucie Olbreschts-Tyteca, a uma atividade historiográfica, pensa-se, futuramente, em seguir nas vias investigativas de como o discurso de Cipriano Barata alcançou outros escritores da imprensa periódica brasileira, durante os anos de 1820, ou seja, de como as estratégias e técnicas de argumentação de um homem “letrado” que passou boa parte de sua vida, após os eventos de 1823, escrevendo das prisões por onde esteve em cárcere, chegaram aos ouvidos de outros homens “letrados” brasileiros, e como estes deixaram-se influenciar pelas mesmas.

Além disso, os caminhos linguísticos propostos por Régine Robin, no diálogo com a historiografia, podem servir de base analítica para se utilizar o léxico de Cipriano Barata na comparação com o de outros escritores da imprensa vintista, como os nomes de Luís Augusto May (*A malagueta*), Gonçalves Ledo (*Reverbero Constitucional Fluminense*) ou Filipe Patroni (*O paraense*), na medida em que estes se assemelham, ou não, com aquele, é uma segunda possibilidade ulterior.

Para todos os desígnios que se possam ter do trabalho historiográfico que visa uma personalidade do passado, no tratamento de textos impressos há cerca de duzentos anos atrás, o que se pode aferir do resultado final alcançado, é o fato de que, em meio a diversos brados de “Alerta!”, Cipriano José Barata de Almeida, detentor de uma cultura letrada e integrante de uma rede de sociabilidade elitista, construiu a sua guarita na região de Pernambuco, de onde se portou, naquele ano de 1823, como “sentinela” dos interesses dos representantes do nascente liberalismo brasileiro.

Referências

Fontes impressas

BRAZIL. Coleção das Leis. Decreto de 2 de março de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRAZIL. Coleção das Leis. Decreto de 10 de março de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRAZIL. Coleção das Leis. Decreto de 12 de julho de 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRAZIL. Coleção das Leis. Decreto de 22 de novembro de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

PORTUGAL. Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional. n. 175-177, 26 de julho a 18 de julho de 1821.

PORTUGAL. Ministério do Reino. Decisão de Governo n. 51, 28 de agosto de 1821.

SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO. Recife: Tipografia de Cavalcante e Cia. n. 5-66, 23 de abril a 19 de novembro de 1823.

Fontes digitais

LEIS DE LIBERDADE DE IMPRENSA. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/MonarquiaC.htm>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DIÁRIOS DO GOVERNO DE PORTUGAL. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1821&mes=9&tipo=a-diario&res=>. Acesso em: 12 jun. 2022.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759961&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SEMINÁRIO 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/11/200-independencia-panfletos-incendarios-independencia>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage Publications, 1989.

BAILYN, Bernard. The origins of american politics. *Political Science Quarterly*, v. 84, n. 1, p. 111-113. 1969.

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/1822). In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CABRAL, Flávio José Gomes (org.). *A independência do Brasil em foco: história, cultura e instituições*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

CALAFATE, Pedro. Ecletismo e metodologia na ilustração portuguesa. In: *Metamorfoses da palavra*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CEFAÏ, Daniel. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001.

DUBOIS, Jean. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 a 1872*. Paris: Larousse, 1962.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, 2002.

FLORINDO, Glauber Miranda. Entre a autoridade do monarca e o lugar do poder local: rupturas e continuidades na assembleia constituinte de 1823. *Revista Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, 2020.

INCENDIÁRIO. In: DICIONÁRIO Aurélio da língua portuguesa. 5. ed. São Paulo: Positivo, 2010.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2003.

MARQUES JUNIOR, Nelson Ferreira. “Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação”: áulicos, ideias e soberania na corte fluminense (1824-1826). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013a.

MARQUES JUNIOR, Nelson Ferreira. *A elite intelectual áulica: jornais, ideias e os seus redatores na corte Fluminense (1822-1831)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013b.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo: Editora Paz Terra, 1999.

MONCADA, Luís Cabral de. Um “iluminista português” do século XVIII: Luís Antônio Verney. In: *Estudos de história do direito: século XVIII - iluminismo católico*: Verney-Muratori. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1950. v. 3

MOREL, Marcos. *Cipriano Barata: o panfletário da independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marcos. *Sentinela da liberdade e outros escritos (1811-1835)*. São Paulo: Edusp, 2009.

MOREL, Marcos. *Sentinela da liberdade: presença de Cipriano Barata no processo de independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

MULLER, Charles. *Initiation a la statistique linguistique*. Paris, 1968.

NASCIMENTO, Michele Vasconcelos Oliveira do. Culturas políticas: contribuições da sociologia compreensiva para a história política e uma proposta metodológica. *Historiæ*, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 9-26, 2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade de São Paulo, 2010.

OUTRAM, Dorinda. *The enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PERELMAN, Chaïm; OLBRESCHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2005.

PRADO FILHO, Enock Edson Teixeira do. A trajetória política de Cipriano Barata e a formação do Estado nacional brasileiro (1821-1835). *XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico* – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

REIS, José Carlos Reis. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENNÓ, Lucio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, 1998.

REY DE CARVALHO, Flávio. *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Brasília: Programa de Pós-graduação em História – Universidade de Brasília, 2007.

ROBIN, Regine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

RODRIGUES, André Figueiredo. De original e inédito a pasticho: a trajetória de o Tiradentes de Araújo Guerra (São Paulo, 21 de abril de 1889). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 14, n. 27, 2020.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des droites*. Paris: Gallimard, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. *Por une histoire des cultures politiques*. Besançon: Université de Besançon, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Edipro, 2019.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censuras e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2006.